

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO  
PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

LUCIANE BANDEIRA MEIRELES

**OFICINA DE CERÂMICA:  
UM CAMINHO PARA POTENCIALIZAR O ENSINO DA HISTÓRIA E  
A CULTURA INDÍGENA.**

Santa Maria, RS  
2021





**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

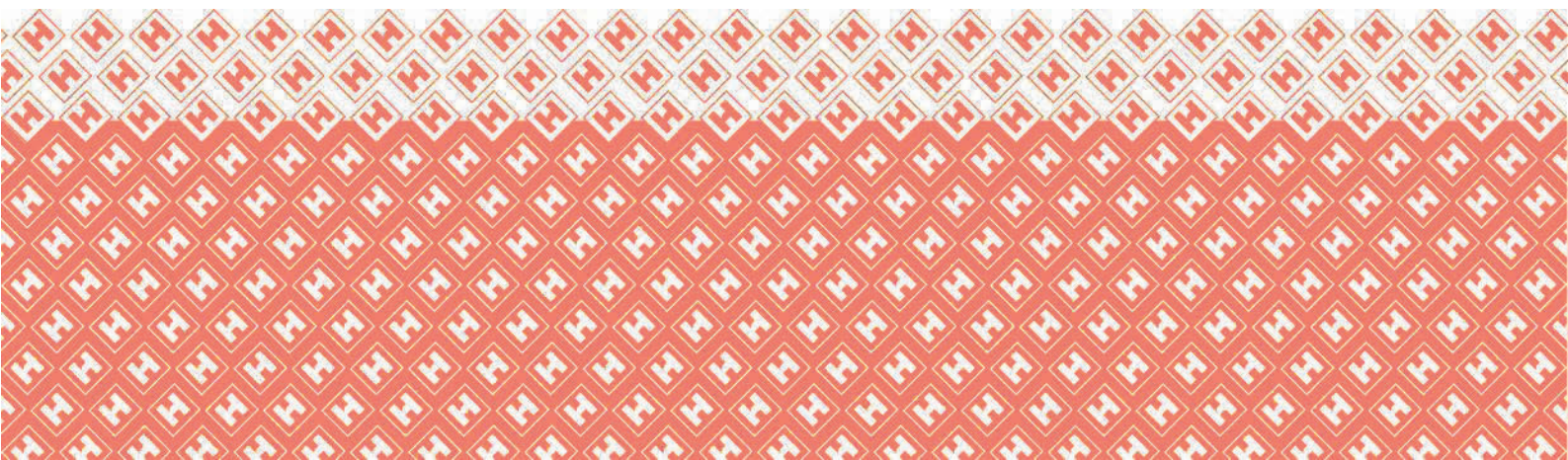
---

**Luciane Bandeira Meireles**

**OFICINA DE CERÂMICA:  
UM CAMINHO PARA POTENCIALIZAR O ENSINO DA HISTÓRIA E  
A CULTURA INDÍGENA.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Setembro / 2021





Luciane Bandeira Meireles

**OFICINA DE CERÂMICA:  
UM CAMINHO PARA POTENCIALIZAR O ENSINO DA HISTÓRIA E A  
CULTURA INDÍGENA.**

Dissertação apresentada ao Curso Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.Marta Rosa Borin

Santa Maria, RS

2021

MEIRELES, Luciane Bandeira

Oficina de cerâmica: um caminho para potencializar o ensino da História e a cultura indígena / Luciane Bandeira MEIRELES.- 2021.

117 p.; 30 cm

Orientador: Marta Rosa Borin

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História em Rede Nacional, RS, 2021

1. ProfHistória 2. Ensino de História 3. História Indígena 4. Cerâmica I. Borin, Marta Rosa II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, LUCIANE BANDEIRA MEIRELES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Luciane Bandeira Meireles**

**OFICINA DE CERÂMICA:  
UM CAMINHO PARA POTENCIALIZAR O ENSINO DA  
HISTÓRIA E A CULTURA INDÍGENA**

Dissertação apresentada ao curso Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ensino em História**.

**Aprovada em 01 de outubro de 2021:**



---

**Marta Rosa Borin, Dra. (UFSM)  
(Orientador)**



---

**Teresinha Saldanha, Dra. (UNICENTRO)**

---

**Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2021





## DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa aos 165 povos indígenas afetados pelo Covid-19 e aos mais de 500 mil brasileiros mortos pelo descaso e omissão de órgãos públicos na elaboração e execução de planos frente à pandemia.

Dentre eles, mais de 1000 indígenas.



## AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, motivo maior de boa parte da motivação para a conquista do título de Mestre. Obrigada por compreenderem as minhas ausências, vocês são a minha maior força e sempre serão a minha maior conquista. Amo vocês.

Ao meu marido, Juliano, que dividiu comigo cada momento desta etapa. Obrigada pelo apoio, pelo auxílio, pelo estímulo e acima de tudo, pela paciência e perseverança em não me deixar desistir. Entre cinco filhos, afazeres domésticos e trabalho, conseguimos!

A minha mãe, por sempre ter me ofertado as condições emocionais e materiais de prosseguir nos meus objetivos. Ao meu pai (in memoriam) presente em tudo o que eu sou até hoje. Aos meus irmãos, fonte de apoio sem fim.

A Prof.<sup>a</sup> Dra. Marta Borin, meu agradecimento e admiração, pela orientação e principalmente pela forma carinhosa que me acompanhou. Mais que orientações teóricas me sensibilizou com a disposição e atenção na correção e devolutiva da minha escrita, mesmo com o prazo apertado.

A Prof.<sup>a</sup> Dra. Leonice pelas aulas que me apresentaram uma diversidade de autores e pensamentos e por me fazer permanecer acreditando que é através da valorização de nossa cultura e da superação dos desafios intrínsecos a ela que poderemos alcançar outra realidade social e educacional em nosso país.

A Prof.<sup>a</sup> Dra. Terezinha Saldanha, minha professora de História do Brasil. Por meio de seu conhecimento, sabedoria e uma visão de mundo engajada e humana me proporcionou, juntamente com outros professores da UNICENTRO, uma formação acadêmica sólida. As memórias dos inesquecíveis jantares na sua casa, permanecem vivas em mim. Eu agradeço a aprendizagem singular que todos esses momentos me proporcionaram. Obrigada por estar aqui!

Aos/as professores/as da UFSM do Programa do Mestrado Ensino de História-ProfHistória que dedicaram seu tempo para nos ensinar e que junto a isso nos motivaram a continuar. Eu agradeço a aprendizagem singular que esses momentos me proporcionaram.

Aos meus colegas do ProfHistória Airton, André, Anna Carolina, Arioli, Cleber, Fábio, Laionel, Leonardo, Pâmela e Rafaela com os quais compartilhei momentos de alegria, angústia, desânimo e principalmente conhecimentos. Vocês foram fundamentais.

Aos meus colegas professores da Escola Elisa Tramontina e Colégio Santa Rosa, companheiros de uma empreitada docente desafiadora que é desempenhar qualquer que seja a função na área da educação em nosso país, desafio que se intensificou ainda mais com a pandemia.



## RESUMO

### **OFICINA DE CERÂMICA: UM CAMINHO PARA POTENCIALIZAR O ENSINO DA HISTÓRIA E A CULTURA INDÍGENA.**

AUTORA: Luciane Bandeira Meireles

ORIENTADORA: Marta Rosa Borin

Esta dissertação tem como tema História e a temática indígena e apresenta o objetivo de potencializar o Ensino de História e Cultura Indígena através de uma Oficina de Cerâmica. A investigação parte da análise do papel do Ensino de História na socialização da temática indígena. Foram analisadas as mudanças acerca destas temáticas vindas das lutas dos povos indígenas e da implantação da Lei nº 11.645/08. As reflexões teóricas que embasam essa pesquisa focam-se no Ensino de História e na construção da consciência histórica. A metodologia está calcada na pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa resultou na construção de um material pedagógico, voltado para professores/as da Educação Básica, que consiste em um Manual de Oficina de Cerâmica Indígena. Dessa forma, o produto, que pretende construir novos olhares e perspectivas sobre a história indígena, contribuirá para a socialização da temática indígena e para a formação e atuação docente através de um manual didático onde pretende-se descrever as etapas da oficina. Busca-se, portanto, com a realização da oficina, a construção do conhecimento a partir da experimentação, da manipulação e da criação de objetos de argila, resultando em uma aprendizagem mais dinâmica e atrativa.

Palavras-chave: ProfHistória; Ensino de História; História e Cultura Indígena; Educação Patrimonial; Aula-oficina; Cerâmica.



## **ABSTRACT**

### **CERAMIC WORKSHOP: A WAY TO STRENGTHEN THE TEACHING OF INDIGENOUS HISTORY AND CULTURE**

**AUTHOR:** Luciane Bandeira Meireles  
**ADVISOR:** Marta Rosa Borin

This dissertation presents a proposal to potencialize the teaching of Indigenous History and Culture through a Ceramics Workshop. The investigation starts from the analysis of the role of History Teaching and Heritage Education in the socialization of the indigenous theme. Changes on these themes arising from the struggles of indigenous people and the implementation of Law 11.645/08 were analyzed. The theoretical reflections that support this research focus on the Teaching of History and the construction of historical awareness. The methodology is based on bibliographical and documental research. The research resulted in the construction of a pedagogical material, directed at Basic Education teachers, consisting of an Indigenous Ceramics Workshop Manual. In this way, the product, which intends to build new views and perspectives on indigenous history, will contribute to the socialization of indigenous themes and to the training and performance of teachers through a didactic manual which intends to describe the stages of the workshop. The aim is, therefore, with the realization of the workshop, to build knowledge through experimentation, manipulation and creation of clay objects, resulting in a more dynamic and attractive learning experience.

**Keywords:** ProfHistory; History teaching; Indigenous History and Culture; Heritage Education; Classroom-workshop; Ceramics





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fragmentos de cerâmica com 20.000 anos encontrados na gruta de Xianrendong .	42
Figura 2 - Deusa da Fertilidade, de argila endurecida. Proveniente da Anatólia, atual Turquia. VI milênio a.C. ....	43
Figura 3 - Prato com figura humana. Esta peça de terracota, encontrada em Susa (atual Irã), foi produzida entre 4200 e 3800 a.C. A figura aqui representada poderia personificar a agricultura. ....	44
Figura 4 - Cerâmica minóica .....	44
Figura 5 - Cerâmica Marajoara - Urna .....	48
Figura 6 - Cerâmica Santarém - Estatueta Antropomórfica Feminina .....	49
Figura 7 - Cerâmica Kaingang.....	52
Figura 8 - Cerâmica Kaingang.....	53
Figura 9 - Cerâmica Kaingang.....	55
Figura 10 - Cerâmica Kaingang.....	55
Figura 11 - Confeção de peça de cerâmica pelos educandos do 7º do Colégio Santa Rosa ..	62
Figura 12 - Distribuição da população indígena nas primeiras décadas do século XVI .....	62
Figura 13 - Sumário .....	63
Figura 14 - Links de acesso a material adicional.....	64
Figura 15 - Cerâmica Marajoara - Urna com motivo decorativo inciso sobre engobo branco, com retoque de pintura vermelha .....	64
Figura 16 - Links de acesso a material adicional.....	65
Figura 17 - Conhecimentos básicos de cerâmica .....	65
Figura 18 - Dicas de cerâmica .....	66
Figura 19 - Lista de matérias necessários .....	67
Figura 20 - Etapas da oficina .....	68
Figura 21 - Etapas da oficina .....	69
Figura 22 - Etapas da oficina .....	69
Figura 23 - Etapas da oficina .....	70
Figura 24 - Dica para montagem de forno alternativo.....	70
Figura 25 - Avaliação.....	71



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2 ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	<b>20</b>
2.1 Ensino de história: impasses, conquistas e desafios .....	21
2.2 Ensino de história e cultura indígena .....	23
2.3 Material Didático Sobre a Temática Indígena .....	25
2.4 A BNCC e o Ensino da Temática Indígena .....	30
2.4.1 BNCC e a Temática Indígena .....	32
<b>3 ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA</b> .....	<b>36</b>
<b>4 A ORIGEM DA CERÂMICA</b> .....	<b>40</b>
4.1 A CERÂMICA NO BRASIL .....	46
4.1.1 Cerâmica Marajoara .....	47
4.1.2 Cerâmica Tapajós .....	48
4.2 CERÂMICA INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL .....	50
4.2.1 Cerâmica Kaingang .....	51
4.3 OFICINA DE CERÂMICA: METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DE FONTES .....	56
<b>5 O PRODUTO - MATERIAL DIDÁTICO SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA</b> .....	<b>60</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>75</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>80</b>



## I. INTRODUÇÃO

Essa dissertação é o resultado de pesquisa realizado no âmbito do ProfHistória, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ensino de História, o qual tem como objetivo proporcionar aos docentes de História que trabalham com a Educação Básica uma formação continuada e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de História.

A dissertação e seu produto, um manual didático para professores da educação básica, visa apresentar uma abordagem diferenciada da temática indígena na sala de aula, através de uma Oficina de Cerâmica. Temática está que durante minha experiência em sala de aula, e agora na equipe diretiva de uma escola, percebo ainda deficiente e carregada de visões estereotipadas.

Ainda percebo muito comum a prática de alguns professores em trabalhar essa temática apenas em dias específicos ou ainda com visões dos povos indígenas como sujeitos do passado, sem relação nenhuma com o presente ou como protagonistas de sua história. Ainda é frequente trabalhar o tema com desenhos para pintar, representando os indígenas como no século XVI.

Este trabalho representa a continuidade de uma caminhada iniciada em 2003, quando me formei em História, pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO – Campus Santa Cruz, em Guarapuava, Paraná. Em 2005 concluí minha pós-graduação em Ensino e História do Brasil, nesta mesma instituição. Desde 2007, tenho trabalhado com a Educação Básica e percebi que o ensino de História passou por grandes transformações nos últimos anos, com novos temas, metodologias, materiais didáticos e recursos. Em função disso, procuro sempre realizar cursos e oficinas para enriquecer a minha prática e manter uma atualização que possibilite melhorar a qualidade do ensino público que está tão debilitado.

E foi durante a participação em um desses cursos, mais precisamente em um Projeto de Extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, no Campus de Feliz, em 2019, intitulado Ceramicando na Escola, que tive o primeiro contato com a cerâmica. O projeto foi coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane Diehl e promoveu um curso de Cerâmica, ofertando aos professores de todas as redes de ensino uma aproximação ao ofício do ceramista com abordagens educacionais, ou seja, referentes à inclusão das relações étnico-raciais africana e indígena no currículo escolar. Durante seis encontros foram trabalhados conhecimentos históricos e culturais da utilização da cerâmica e realizadas atividades práticas de manipulação da argila com diferentes técnicas de confecção.

Essa experiência, além de teórica e prática, despertou em mim uma curiosidade e um interesse muito grande em continuar oportunizando essa abordagem. Reforçando ainda mais a

importância de existir, como coloca Monteiro (2007), entre os professores e os saberes que ensinam, e que é primordial para sua prática e identidade docente. Pude perceber, durante o decorrer das atividades, a forte ligação entre o estudo, o manuseio da argila e as diferentes áreas do conhecimento, como as linguagens através da expressão artística, da natureza com o processo químico que se deu após a queima, da Matemática com o cálculo da porcentagem de redução da peça, bem como, obrigatoriamente, das Ciências Humanas.

O aporte teórico que embasam para as discussões sobre Ensino da História estará relacionado à consciência histórica de Rüsen tendo como metodologia Educação Patrimonial para a construção do conhecimento histórico. Construção esta fundamental para a compreensão da História como percepção do real, onde o educando não precisa saber tudo o que aconteceu na humanidade, desde que aquilo que ele aprende adquira um significado. A consciência histórica, segundo Rüsen (2001, 57), é “(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”.

Enquanto professora de História posso confirmar que, principalmente para o Ensino Fundamental e Médio, a História indígena durante muito tempo tem sido apresentada como a de um grupo exótico, com pouca ou nenhuma expressão cultural na sociedade brasileira contemporânea. Atualmente, governos tentam cada vez mais criar mecanismos de dissolução de elementos culturais indígenas sob o pretexto de que esses grupos devem ser englobados pela sociedade do chamado “homem branco”. Essas tentativas têm sido intensificadas nos últimos anos com questões relacionadas às violências enfrentadas pelas populações originárias nacionais. O Marco Temporal é a prova disso, sendo tese defendida pela bancada ruralista de que somente as terras ocupadas pela promulgação da Constituição de 1988 seriam válidas para a demarcação de Terras indígenas, ou seja, todas as Terras demarcadas ou reivindicadas após 5 de outubro de 1988 se tornariam ilegais.

Assim, toda a tentativa de desenvolver pesquisas e práticas educacionais que ampliam a visão e busca problematizar e movimentar reflexões constituídas a partir do estudo e do reconhecimento da produção cultural material e imaterial dos povos indígenas é importante.

Desse modo, a presente dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos; o primeiro capítulo consiste na abordagem dos pressupostos do Ensino de História: seus impasses, conquistas e desafios. É realizada uma reflexão acerca de como o Ensino de História trabalha a Cultura Indígena no decorrer do tempo e as mudanças implantadas com a BNCC. No segundo capítulo, Ensino de História e Patrimônio Cultural Indígena desenvolvo a problemática de como o Ensino tem um papel primordial no reconhecimento de uma mentalidade ancorada

no respeito e compreensão do Patrimônio Cultural. O terceiro trabalha o elemento chave da proposta, a Cerâmica, sendo analisadas ali a origem, características, importância e a história cerâmica indígena no período anterior à chegada dos portugueses.

Finalizo com o quarto capítulo onde apresento o produto desta pesquisa, apresenta-se uma proposta de Manual de Cerâmica (voltada principalmente para a Educação Básica) elaborada com base na cerâmica indígena brasileira, sendo os guaranis o ponto de partida para o ensino da história e cultura indígena.

Assim, a partir desta pesquisa, percebe-se que a cerâmica passa a ser fonte para o ensino de História e Cultura Indígena, permitindo a ampliação do espaço restrito apenas à sala de aula, tornando o aprendizado mais dinâmico, reflexivo e despertando o sentimento de pertencimento.

## 1 ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História na Educação Básica vem passando por grandes transformações nos últimos anos, principalmente no que tange às suas temáticas e as metodologias utilizadas. Todos os anos são lançados livros didáticos que comprovam isso e que mostram que essas transformações se relacionam, não apenas com os processos históricos vividos pela sociedade, mas também com as mudanças sofridas pela disciplina em sua função social.

Conforme Bittencourt (2018), o ensino de História apresenta mudanças marcantes em sua trajetória. O Ensino de História no Brasil sempre mostrou objetivos específicos. Assim, durante os diferentes períodos surgiram reflexões, debates e projetos para legitimar ou deslegitimar ideias e conceitos, governos ou períodos. E que atendendo às necessidades sociais e políticas, o conhecimento escolar também produz o seu próprio conhecimento e vai se adequando a essas mudanças.

Até recentemente, trabalhava-se a História como o estudo de um passado criado para consolidar a origem branca e cristã, apresentando uma sucessão cronológica das realizações de “grandes homens” para uma “nova” disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial.

As recentes transformações da História enfrentam constantes desafios para se efetivarem, como a inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira, da história dos povos indígenas ou das mulheres. As transformações do ensino de História têm proporcionado debates importantes quanto a sua inserção e rejeição em projetos curriculares.

Atualmente, um campo que vem ganhando visibilidade é o da aprendizagem histórica que percebe o ensino de história a partir da teoria da consciência histórica. Neste sentido, Germinari (2011, p.62), aponta que:

A categoria “consciência histórica” foi desenvolvida com a finalidade da formação histórica dos estudantes alemães. Essa categoria foi referenciada principalmente nos estudos do filósofo de História alemão Jörn Rüsen. Para este autor, a consciência histórica é a consciência da relação estrutural entre passado, presente e futuro. A formação dessa consciência não se produz unicamente na escola, mas também em outros espaços da sociedade. Nessa perspectiva, a Didática da História como área específica de reflexão e intervenção sobre o ensino-aprendizagem expandiu-se para novos lugares, como museus, arquivos, mídias (literatura, televisão, cinema), viagens, meio familiar, âmbitos tradicionalmente negligenciados como elementos didáticos. Além do trabalho de delinear a definição da categoria consciência histórica como elemento principal da formação histórica, também foram apresentados estudos empíricos com educandos e professores. Os resultados de uma das investigações desenvolvidas com educandos da Alemanha (oriental e ocidental) e da Europa do leste



e oeste surpreenderam os investigadores quando concluíram que não havia grandes diferenças entre a consciência histórica dos educandos orientais e ocidentais.

Essa linha de pesquisa vem ganhando espaço no Brasil, porém é algo recente, Ribeiro (2016, p.197) afirma que: “Apesar de nos anos de 1990 alguns pesquisadores brasileiros da área de ensino de história terem tido contato com alguns artigos e textos destes pesquisadores, não havia clareza de que se tratava de um campo específico de reflexão”. O autor conclui que: “Apenas no início do século XXI é que o conceito Educação Histórica começou a fazer sentido”.

Para Rüsen, aprender história mobiliza elementos cognitivos que são específicos e diferentes dos outros tipos de aprendizagem escolar como os da matemática, da língua portuguesa ou da física. O aprendizado histórico para o autor, remete a processos de constituição de sentido, de uma apropriação subjetiva que é feita pelo educando, a partir das suas experiências no tempo presente e de todo o conhecimento sobre a história, que ocorre por meio de uma apropriação objetiva. O aprendizado histórico para Rüsen vai se formando à medida que os acontecimentos do passado levam o educando a um processo de consciência histórica, relacionando o passado e o presente, para projetar um futuro. Algo indispensável atualmente, pois ele não consegue se ver no coletivo e nem se dotar de perspectivas no presente que o leve a pensar no futuro. As experiências vividas por ele e pela família acabam determinando demais o seu pensar, assim criando interpretações que o orientam na vida.

Cabe a nós, professores de História, uma disciplina científica, ainda que formada por uma racionalidade particular, pensar essas questões e levar para a sala de aula essa análise condicionante do tempo presente e promover a consciência histórica. Assim, a aprendizagem consciente proporcionará a compreensão do educando na realidade social.

## **2.1 Ensino de história: impasses, conquistas e desafios**

Hoje, mais do que nunca, se torna necessário um aprendizado onde as experiências do passado sejam ampliadas, desenvolvendo no educando uma orientação histórica, de empatia, respeito, tolerância, autocrítica e liberdade.

Com a diversificação e modernização dos recursos didáticos ofertados, o professor tem buscado cada vez mais novas metodologias para serem aplicadas no ensino, como projetos e oficinas. Os educadores contemporâneos apontam que o ensino tradicional, baseado em fatos e datas não mais correspondem às exigências da sociedade atual, que é dinâmica e caracteriza-se pela inovação tecnológica. Este modelo antigo de currículo organizado em disciplinas dispostas de modo fragmentado, sem correlação ou nexos entre elas, vem sendo repensado e tende a ser

substituído, para que a escola se aproxime mais da sociedade e que os educandos se envolvam mais no processo educativo.

Pensar em novas metodologias direciona à ideia de trabalhar por meio de projetos ou oficinas. Hernandez (1998) defende que o educando aprende participando, averiguando, adotando atitudes diante das situações colocadas em sala de aula, considerando e relacionando informações. O ensino através de projetos de trabalho enfatiza o aspecto globalizador com atenção à resolução de problemas significativos. Situações problematizadoras são levantadas pelo educador, introduzindo novas orientações e propiciando descobertas de novos caminhos, norteando os educandos na compreensão dos significados, onde são possibilitados a fazer análise global da realidade, com isso constituem os seus próprios procedimentos. Os educandos apreendem o conceito de projeto para dar vida às suas ideias.

Ao estudá-los, as crianças e os jovens realizam contato com o conhecimento não como algo pronto e acabado, mas como algo mais complexo. Um dos aspectos mais importantes é que isso permite que o educando desenvolva uma atitude ativa e reflexiva diante de suas aprendizagens e do conhecimento, na medida em que percebe o sentido e o significado para a sua vida, para a sua compreensão do mundo.

Nessa perspectiva de modelo pedagógico, o professor auxilia a desenvolver um pensamento crítico acerca da história, e é esta a relação que deve ser estabelecida entre professor, educando e o ensino de História. Para Schmidt e Cainelli (2009, p.57).

Ao professor de história cabe ensinar ao educando como levantar problemas procurando transformar em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas. Ensinar história passa a ser então, dar condições ao educando poder participar do processo de fazer o conhecimento histórico de construí-lo.

As discussões sobre o ensino de História ocupam grande destaque no cenário atual. É uma área de fundamental importância para a construção da identidade social do ser humano, uma vez que possibilita a percepção dele como sujeito e agente da História. Desta maneira, é necessário que desde o início da escolaridade os educandos possam perceber a pluralidade e a diversidade das experiências individuais e coletivas, compreendendo-as no constante processo de mudança e permanência, adquirindo a habilidade de analisar as relações, as diferenças, as semelhanças e as desigualdades.

O Ensino de História, quando em sintonia com seu tempo, deve ser capaz de qualificar o educando para uma atuação consciente em todas as esferas da sociedade, levando-o, portanto, a perceber-se como um sujeito histórico. Sob este ponto de vista, a História não é resultante

somente de personagens de destaque, mas da construção consciente/inconsciente de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos, que constituem a sociedade em que vivem.

## **2.2 Ensino de história e cultura indígena**

É recorrente o questionamento sobre nosso trabalho em relação à temática indígena, justamente criticando o livro didático, a falta de informação e material e a própria deficiência no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. Entre os vários fatores limitantes, a maior deficiência é a falta de recursos didáticos diversificados com a temática indígena, que saia do senso comum e da visão repleta de estereótipos. Somados a isso, ainda existe o agravante que, mesmo com a obrigatoriedade, ocorrem poucas mudanças na aplicação real da lei, principalmente nas disciplinas que não são das Ciências Humanas.

O tema ensino da história e cultura dos povos indígenas no Brasil foi incluído no currículo escolar pela Lei Nº 11.645/08, a qual determina a obrigatoriedade deste tema de ensino na Educação Básica. No entanto, observa-se que a história e cultura indígena na escola, na maioria das vezes, ainda tem sido tratada somente na data ou na semana do dia do índio, 19 de abril, ou seja, um ensino muito restrito, por vezes, preconceituoso e que avança muito timidamente, pois os livros didáticos brasileiros ainda carecem de conteúdos significativos para o longo do ano letivo.

A importância desse estudo se dá pelo próprio fato de que não basta existir uma lei que cria a obrigatoriedade se poucos professores conseguem uma abordagem diferenciada ou mesmo tem material diferenciado para fazer uso. Desta maneira, é necessário que, por meio da utilização desses materiais, no decorrer da escolaridade, os educandos possam perceber a pluralidade e a diversidade das experiências individuais e coletivas, compreendendo-as no constante processo de mudança e permanência.

Para Funari e Piñon (2011), em relação a Lei Nº 11.645/08, a maioria das escolas brasileiras ainda não conseguiu ser bem-sucedida na sua aplicação, tanto quanto à atualização dos professores para tal, como quanto para conseguir criar espaço no currículo obrigatório para que este objetivo seja atingido. Mais de dez anos depois, pode-se dizer que houve um avanço tímido na discussão em sala de aula, pautada em uma visão que foge da história do Brasil pré-colonial.

Na prática, o indígena ainda aparece nos livros didáticos e nas aulas como o habitante exótico encontrado pelos colonizadores, conquistado e catequizado, para depois desaparecer dos livros, até voltar a ser colocado no período contemporâneo, sendo tratado exclusivamente como povo marginalizado, necessitado de proteção e/ou distante demais da realidade moderna, à qual ele estaria em vias de se adequar para tornar-se um “ser humano normal”.

Obedecer às leis que regem o Estado brasileiro é um dos elementos constituintes da cidadania. A inclusão da história das sociedades indígenas na escolarização básica dos brasileiros ultrapassa o cumprimento desse dever cidadão, sinalizando um compromisso ético com o respeito, com as ideias de bem viver do outro.

No que compete ao ensino de História Indígena, já foi demonstrado que leis, ou reformas educacionais não oferecem clareza sobre como tratar o conteúdo. A obrigatoriedade do ensino não significa necessariamente oferecer um conhecimento de qualidade ou, mais ainda, não significa findar o silenciamento. Com efeito, se uma dada visão cristalizada pela memória social a respeito do indígena não for combatida de frente pelo método de ensino, não há qualquer tipo de avanço em termos de conhecimento, e as culturas permanecem silenciadas por caracterizações estigmatizadas, preconceituosas e imprecisas.

É perceptível que durante um grande período, a historiografia brasileira apresentou os povos indígenas como agentes passivos da história, vistos de uma maneira genérica, sem suas particularidades sociais e culturais. Esse tipo de enfoque passou a sofrer uma mudança a partir de uma nova compreensão histórica. A Nova História Indígena veio para redimensionar o papel dos indígenas na História, recuperando assim, o seu protagonismo.

Apresentando os indígenas como sujeitos movidos por interesses ligados a sua forma de organização sociocultural e protagonistas nas guerras, disputas e acordos que foram estabelecidos com os europeus, autores como a Maria Regina Celestino de Almeida, Cristina Pompa, Ronaldo Vainfas, Fernanda Sposito e outros fazem análises importantes sobre modificações teórico-metodológicas que permitem essa mudança e reescrevem a história do Brasil através da atuação dos indígenas como sujeitos. As novas interpretações são essenciais para desconstruir ideias preconceituosas e racistas ainda muito presentes em nossas sociedades, sobretudo em regiões próximas às áreas indígenas.

As análises, hoje, reconhecem que os povos indígenas apresentaram reivindicações nos documentos que tratam de disputas que travaram com os colonizadores em outros séculos. A leitura e a releitura da documentação revelam que os indígenas tinham uma compreensão

própria da realidade colonial e de seus direitos e de quais eram suas possibilidades de ação para obtê-los.

O quadro de valores atribuído aos indígenas também foi modificado no olhar dos estudos históricos. Hoje, passaram a ser entendidos como povos com história dinâmica, sujeitos protagonistas da sua história e da história nacional, que criaram estratégias de luta, resistências e negociações ao longo dos cinco séculos de convivência com os não índios. São povos vivos e atuantes, que afirmam constantemente sua identidade.

### **2.3 Material Didático Sobre a Temática Indígena**

Ao longo do tempo, a maneira como os povos indígenas são vistos e representados, têm passado por várias mudanças, decorrentes dos próprios movimentos de seus grupos, bem como da visibilidade política conquistada. As mobilizações nos debates em torno da elaboração da Constituição de 1988 e da garantia dos direitos à terra, saúde e a uma educação diferenciada, fez com que a sociedade reconhecesse a pluralidade dos movimentos sociais que integram o país.

Essa nova visão obrigou que as autoridades adotassem novas posturas e, junto a isso, novas práticas pedagógicas. Só a partir de elaborações de políticas educacionais inclusivas no currículo escolar é possível reconhecer, respeitar e garantir as diferenças culturais, deixando de tratar os indígenas como povos exóticos e folclóricos, reconhecendo nos seus direitos todas as expressões sociais e culturais existentes e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade tolerante.

No desenvolvimento dessa visão e educação para a diversidade, mais uma vez o papel do professor é fundamental. Tanto as representações construídas pelos professores sobre os objetos do conhecimento, quanto os materiais didáticos utilizados, precisaram e continuam precisando ser avaliados.

Bittencourt (2011, p.295) ao abordar os aspectos do ensino e da aprendizagem de História, define materiais didáticos como:

Instrumentos de trabalho do professor e do educando, suportes fundamentais na mediação entre ensino e a aprendizagem. Livros didáticos, filmes, excertos de jornais e revistas, mapas, dados estatísticos e tabelas, entre outros meios de informação, têm sido utilizado com frequência nas aulas de História". O crescimento, nos últimos anos, no número de materiais didáticos é inegável, com a multiplicação de publicações didáticas e paradidáticas, dicionários especializados, além de materiais em suportes diferenciados daqueles que originalmente têm sido utilizados pela escola, baseado em vídeos e computadores.

A autora em suas análises aborda uma visão crítica a respeito do material didático, já que este não deixa de ser um instrumento de controle do ensino, à medida que boa parte dos professores possuem pouca qualificação, aliado as péssimas condições de trabalho nas escolas, o material didático se torna um mercado lucrativo, no qual acabam virando "pacotes educacionais".

Para Freitas (2007, p.21) os materiais ou recursos didáticos “são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando estimular e aproximar o educando do processo ensino-aprendizagem”.

Cabe à escola, mas acima de tudo ao professor identificar os melhores materiais didáticos, aqueles que estão dentro de seus objetivos de ensino e elaborar seu plano de trabalho.

No Brasil, o livro didático ainda é o principal instrumento utilizado pelo professor e conseqüentemente pelo educando, por isso é importante a reflexão sobre a produção, escolha e utilização na sala de aula.

Para Bittencour (op. cit. p.299):

[...] é importante refletir sobre os diferentes tipos de materiais disponíveis e sua relação com o método de ensino. Existem os que são confeccionados para privilegiar trabalhos individualizados dos educandos e favorecem a criação de técnicos competentes, os quais também se podem transformar apenas em indivíduos possessivos e competitivos. Uma formação dos educandos voltada para a valorização do trabalho em equipe e para a necessidade constante da interação entre grupos, tendo em vista a realização de tarefas, exige opções por materiais didáticos adequados, que facilitem o alcance de tais objetivos.

O autor enfatiza que, dentro do aprendizado de história, o material didático tem um papel significativo e não deve ser utilizado para gerar um processo de entrosamento entre o conteúdo e sua compreensão. As atividades docentes que envolvem a prática pedagógica, estão diretamente ligadas à produção de materiais didáticos. Dentre esses materiais, o livro didático, mesmo não sendo a única ferramenta de aprendizagem, é ainda uma das que ampliam o potencial interpretativo do conteúdo estudado, rompendo assim com os limites da exposição apenas oral.

Quando a Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, tornou obrigatório o estudo da história e cultura dos povos indígenas, surgiu um novo desafio: como rever o silenciamento dado a esse tema, por tanto tempo? Essa lei acabou produzindo mudanças nas propostas de elaboração e apresentação dos conteúdos programáticos das escolas. A obrigatoriedade do ensino das temáticas propostas pela Lei implica a necessidade de abordagem na docência de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio.

Gatti Junior (2004, p. 21) cita que o livro didático é mobilizado no processo de escolarização como um “recurso material e ideológico no sentido de assegurar a disseminação de uma determinada agenda antropológica, de um determinado modelo de homem e de sociedade”. Por conta disto, conforme coloca Bittencourt (2011, p.301) ele é oferecido como “suporte de conhecimentos escolares”, além de apresentar “conhecimentos escolares”, também oferece um “suporte de métodos pedagógicos”. Isto faz do Livro didático um objeto de importância na constituição das disciplinas escolares é um instrumento político em sua natureza.

Com base nos estudos de Funari e Piñon (2011) e dentro de uma perspectiva histórica, sabe-se que a disseminação de livros didáticos ocorreu entre os anos de 1910 e 1940, em um processo lento, desigual. Entretanto, uma real alteração na imagem dos indígenas nesses mesmos livros somente começa a aparecer após a metade do século XX, com os Parâmetros Curriculares dos Livros Didáticos.

O nacionalismo adquiriu força na América Latina especialmente depois dos anos 1930 e governos de vários países passaram a usar os indígenas como heróis e símbolos para outros países. Nos anos de governos nacionalistas, passou a ocorrer uma reaproximação do índio em todo o continente americano. Com essa motivação, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas assina o Decreto lei nº 5.540/1943, instituindo o dia 19 de abril como o Dia do Índio. A partir desse momento a temática indígena, que antes era quase nula, passa a fazer parte do calendário escolar brasileiro.

Funari e Piñón (2011, p.95) colocam:

Nos livros didáticos da Era Vargas (1930 - 1945), os índios apareciam, quando eram mencionados, em três contextos de aprendizagem: Português, Geografia e História. [...]. De toda maneira, como o ensino primário era o único disponível para a maioria das pessoas, a imagem passada era tanto da presença indígena, como sua condenação pelo que eram considerados hábitos bárbaros. [...] O antropólogo Luís Donisete Benzi Grupioni, ao estudar as representações sobre os índios nos livros didáticos utilizados entre 1985- 1995, enfatiza que esse material é, muitas vezes, o único disponível para os educandos e mesmo para os professores. Nas casas brasileiras, os livros mais comuns são a Bíblia e as obras didáticas.

A autora cita que Grupioni analisou criticamente os livros didáticos da década de 1990, pois os povos indígenas acabavam sendo "quase sempre enfocados no passado" (op. cit. p. 97). Eram tratados como meros coadjuvantes de uma história nacional, ficando sempre "à sombra dos colonos europeus", não sendo considerados como sujeitos históricos. Todo esse enfoque acima descrito acabou por levar à desvalorização das culturas indígenas.

No ano de 1985, o Governo Federal cria o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), um programa que consistia na distribuição gratuita de livros didáticos para os educandos das escolas públicas de ensino fundamental de todo o país. Foi baseado nos princípios da livre participação das editoras privadas e da livre escolha por parte dos professores. O PNLD foi aperfeiçoado em 1995, contemplando a análise e a avaliação prévia do conteúdo pedagógico com a criação do Guia de Livros Didáticos.

Com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais entre os anos de 1997 e 1998 houve uma renovação na educação básica. Funari e Piñón (2011) ressalta que com o fim da ditadura militar e a implantação dos PCNs houve uma modificação nos pressupostos do ensino e os termos diversidade, e pluralidade passaram a ganhar destaque.

A partir dos PCNs surgiram novas temáticas, novos estudos, novas teorias e a antiga cronologia de iniciar o estudo da História do Brasil a partir da chegada dos portugueses, foi superada. Apesar das mudanças, foi mantida a apresentação dos povos indígenas a partir do passado, sem ressaltar a riqueza cultural dos grupos e a continuação desses aspectos no tempo presente.

Na disciplina de História, nas orientações apresentadas nos PCNs dos anos iniciais do Ensino Fundamental é destacado os estudos que enfatizem os deslocamentos, as organizações e lutas de diferentes grupos sociais e étnicos evidenciando a importância do trabalho dos povos indígenas apontado que:

A opção de introduzir estudos de povos indígenas é relevante por terem sido os primeiros habitantes das terras brasileiras e, até hoje, terem conseguido manter formas de relações sociais diferentes das que são predominantes no Brasil. A preocupação em identificar os grupos indígenas que habitam ou habitaram a região próxima do convívio dos educandos é a de possibilitar a compreensão da existência de diferenças entre os próprios grupos indígenas, com especificidades de costumes, línguas diferentes, evitando criar a imagem do índio como povo único e sem história. O conhecimento sobre os costumes e as relações sociais de povos indígenas possibilita aos educandos dimensionarem, em um tempo longo, as mudanças ocorridas naquele espaço onde vivem e, ao mesmo tempo, conhecerem costumes, relações sociais e de trabalho diferentes do seu cotidiano. (BRASIL, 1998, p. 37).

Desde então, algumas transformações ocorreram e devem ser apontadas. A elaboração dos PCNs trouxe novas orientações para os livros didáticos da educação básica, com uma perspectiva de que o educando, no decorrer de sua trajetória escolar, desenvolvesse a capacidade de “questionar a realidade formulando problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação”. (PCNs, 1998, p. 8).



Com as mudanças vindas com os PCNs e com as ações do PNLD, nas últimas décadas a presença dos livros didáticos nas escolas foi intensificada, motivando um aumento no número de pesquisas e contribuições sobre diversos temas, incluindo a temática indígena.

Porém como o material didático não se restringe apenas ao livro, vimos nessas duas últimas décadas um aumento considerável na produção de outros materiais didáticos que abordam a temática indígena, sendo que abaixo vamos citar os mais relevantes e que podem ser utilizados em sala de aula:

- Novos programas veiculados pela TV Escola e que também são distribuídos em DVD;
- Coletâneas produzidas por especialistas (educadores, antropólogos, sociólogos, linguistas e historiadores), além de serem excelentes instrumentos de atualização, servem de orientação para a elaboração de atividades didático-pedagógicas;
- Das organizações governamentais merecem referências os sites da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que torna públicos, entre outros documentos, textos didáticos sobre a história indígena e a Revista Brasil Indígena, e o do Museu do Índio (RJ), que disponibiliza uma sessão específica para a pesquisa educacional. Entre as instituições de pesquisa, um bom ponto de partida para as consultas são: o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII/USP), a página organizada pelo prof. John Monteiro do Departamento de Antropologia da Unicamp, intitulado “Os índios na História do Brasil”, e o site da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) de Pernambuco. Todos eles fornecem endereços eletrônicos de instituições dedicadas à temática indígena. Nesses e em outros sites, como na página do antropólogo Júlio Cezar Melatti (UNB), podemos baixar artigos, livros e vídeos que tratam da organização social e política, da educação da formação de professores indígenas. Ainda na internet, é possível obter imagens em movimento por meio do site YouTube. Numa rápida busca pelas palavras índios e indígenas é possível localizar, extraídas as repetições, mais de 500 vídeos, a maioria deles com até 5 minutos de duração, facilitando o seu uso em sala de aula. Os formatos e as condições técnicas desses vídeos são as mais diversas.

Como foi visto, é relevante pensar o material didático disponível nas escolas através de novas fontes de informações, bem como os enfoques que uma oficina pode trazer. O desenvolvimento de uma matéria que disponibiliza via uma atividade extraclasse faz com que educandos tenham a oportunidade de trabalhar diferentes conceitos e reavaliar o senso comum,

construindo saberes que levem a compreensão das sociedades indígenas como históricas.

Pensar na inclusão da história e cultura indígena na educação básica e conseqüentemente em uma maior produção didática sobre o tema, vai muito além de cumprir a lei. É um compromisso é uma necessidade.

## **2.4 A BNCC e o Ensino da Temática Indígena**

A Base Nacional Comum Curricular não é algo novo e suas origens remontam a mais de trinta anos. O primeiro passo foi dado ainda em 1988, quando da promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil, visto que esta já previa a Base Nacional Comum Curricular, em seu Artigo 210:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Verifica-se que o legislador definiu que seriam elaborados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, assegurando desta maneira, além de uma formação básica comum em todo o território brasileiro, também o respeito às culturas regionais.

Em 20 de dezembro de 2016, com a aprovação da Lei nº 93.364 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n.º 9.394/96), foi regulamentada uma base comum nacional, em seu Artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A LDBEN, determina ainda como será o ensino da História do Brasil, a qual deverá observar as características locais e regionais, conforme o § 4º do Artigo 26:

§ 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia.

Outra etapa pela implantação da Base Nacional Comum Curricular ocorreu entre os anos de 1997, 1998 e 2000, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Em 1997 foi feita a consolidação, em dez volumes, dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Já em 1998 são consolidados, em também 10 volumes, os

Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano. Já no ano 2000 ocorre o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio.

A respeito dos PCNs, coloca Gidaltes (2018, p.31):

Os Parâmetros Curriculares Nacionais manifestam-se da necessidade de melhorar a qualidade, a priori, do ensino fundamental no Brasil e, por conseguinte, contribuir para a formação da cidadania. Similarmente, o Ministério da Educação atesta a necessidade de auxílio aos professores, enquanto agentes no processo de ensino-aprendizagem, de propor conteúdos, métodos e processos de ensino, discutir orientações didáticas e critérios de avaliação, subsidiando-o no seu cotidiano e no dia a dia das salas de aula. Dessa forma, esses documentos foram implementados expressando uma referência para reflexão e possíveis transformações na educação brasileira objetivando assim, que todas as crianças pudessem ter acesso aos conhecimentos básicos para o exercício da sua cidadania.

Vale a pena destacar que estes documentos não têm por intuito a doutrinação e determinação de conteúdos ou práticas avaliativas. Os PCNs são referenciais didáticos no processo de organização dos currículos escolares para ensino fundamental e médio, trazendo novas discussões para a questão da cidadania, da pluralidade e do meio ambiente – através dos temas transversais –, buscando promover certa uniformização do currículo, sem que despreze as naturalidades e as particularidades dos estados e municípios brasileiros.

Uma década após, no ano de 2010 são fixadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil e, na sequência, para o ensino fundamental (2011) e para o ensino médio (2012). Em 2014, a Lei 13.005 veio para regulamentar o Plano Nacional de Educação, o qual possuía 24 metas e duração de 10 anos. Toda essa evolução culmina com a homologação da Base Nacional Comum Curricular pelo Ministro da Educação<sup>1</sup>. Mas afinal, o que é a Base Nacional Comum Curricular?

A Base Nacional Comum Curricular nada mais é do que um documento, o qual delimita, além das competências gerais e competências específicas, as habilidades e também as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas para todos os educandos, independente de qual Estado da Federação estes estudem, em cada uma das etapas do aprendizado, sendo um conjunto de normas e orientações que visam auxiliar os professores e as equipes pedagógicas durante a elaboração dos planejamentos locais e, deve ser seguido por todas as escolas, tanto públicas quanto privadas, garantindo aos estudantes o direito ao aprendizado de um conjunto comum de conhecimentos e habilidades, reduzindo desta forma as desigualdades atualmente existentes e elevando a qualidade do ensino.

Conforme coloca Brazão (2017, p.1):

Segundo o MEC, a BNCC tem o objetivo de integrar o ensino em todo o Brasil, visto que os currículos escolares existentes no país foram elaborados por estados e

---

<sup>1</sup> Esta linha do tempo é detalhada no site: <<http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: mai. 2021.

municípios. Como não há uma unidade curricular em todo o país, o que ocorre é a manutenção das tradições de conteúdos que eram propostos pelos livros didáticos, além disso alguns conteúdos geravam um distanciamento dos educandos de regiões mais distantes dos grandes centros por não haver uma identificação com os conteúdos abordados em sala de aula, aumentando o desinteresse do educando. A proposta do governo federal com a BNCC era de gerar um currículo nacional com propostas de conteúdos considerados nacionais e conteúdos regionais, propiciando uma formação de uma identidade regional e nacional.

Nesse momento, é importante ter em mente que a Base não é um currículo, mas sim um conjunto de orientações para nortear as equipes pedagógicas no processo de elaboração dos currículos locais. Existe, sem dúvida, a brecha para que o professor de boa vontade elabore tais discussões com os educandos.

#### **2.4.1 BNCC e a Temática Indígena**

O currículo da disciplina de História até então tem como base a história eurocêntrica, ou seja, a Europa, seus povos, seus costumes e sua cultura são colocados acima dos demais, defendendo-se a ideia que se não fosse por causa do branco europeu o ocidente não existiria.

A primeira versão da BNCC foi apresentada em setembro de 2015 e inclui no currículo de História tanto as culturas indígenas quanto as afro-brasileiras, em uma tentativa de se suprir a História Eurocêntrica. Sobre este tema, Silva Júnior (2016, p. 95), em um trabalho publicado na revista EccoS coloca:

A história do ensino de história no Brasil é marcada por uma versão excludente, opressora e silenciadora de diversos sujeitos que fizeram e fazem parte da constituição do país. Prevaleceu o monopólio cultural detido pelo Norte, um ensino eurocêntrico e um olhar enviesado por estereótipos e visões pouco informadas sobre outras realidades, como, por exemplo, sobre os afrodescendentes e indígenas. Como professor, formador de professores de história, acredito ser imprescindível que o ensino de história abranja a diversidade de experiências constituintes do patrimônio histórico-cultural das sociedades, sem hierarquizá-las. Um ensino que estabeleça um diálogo entre diferentes, aberto para a transformação de novas culturas e não para preservação de sua “essência”. Insisto que a compreensão do mundo excede os parâmetros estabelecidos pela presunção de superioridade disseminada pela modernidade ocidental. Defendo a efetivação de um ensino de história em uma perspectiva democrática e cidadã, no qual os estudantes possam se apropriar dos saberes históricos e decidir livremente, com conhecimento de causa, como querem utilizar a história: para manter a ordem estabelecida, criar novas ordens ou ser cidadão do mundo defensor de uma democracia internacional.

Quando ocorre a mudança de currículo, deixando de lado o currículo antigo, o qual já possui toda uma fundamentação que se baseia nas tradições do passado para se adotar um novo, isso pode causar uma certa repulsa não só da sociedade, como também do meio acadêmico. Fato que ocorreu com a primeira versão da BNCC, que propôs uma forte mudança nas estruturas

da abordagem e visão da história escolar rompendo com o pensamento eurocêntrico. Porém a proposta que visava a valorização da história indígena e afro-brasileira gerou um incômodo por romper com as tradições históricas que valorizam especialmente a cultura europeia.

Nessa linha, Brazão (2017, p.4) coloca:

Portanto, a construção de um novo currículo está fundamentada nas tradições do passado e quando um novo currículo apresenta uma grande ruptura com as tradições tende a sofrer duras críticas, tanto do meio acadêmico como da sociedade. Fato que ocorreu com a primeira versão da BNCC, que propôs uma forte mudança nas estruturas da abordagem e visão da história escolar rompendo com o pensamento eurocêntrico. Porém a proposta que visava a valorização da história indígena e afro-brasileira gerou um incômodo por romper com as tradições históricas que valorizam especialmente a cultura europeia.

Fazendo uma análise a respeito da cultura indígena na BNCC, através dos trabalhos de Bazão (2017) e Gildate (2018), podemos constatar que quando da apresentação da primeira versão da BNCC, ainda em setembro de 2015, esta propunha para a disciplina de História um currículo que valorizava e reconhecia a diversidade étnica e cultural brasileira, dando ênfase às culturas indígenas e afro-brasileiras, visando com isso gerar nos educandos o respeito pelas diversidades.

Notamos que nesta primeira versão ocorreu a ruptura da continuidade da história eurocêntrica, onde toda a cultura que não fosse oriunda da Europa era negada ou desqualificada. Essa abordagem gerou uma série de críticas, não apenas daqueles historiadores que defendem que a História do Brasil (e do ocidente) se deve a História da Europa, mas também dos historiadores que trabalham com História Antiga e Medieval, uma vez que com a maior ênfase na História do Brasil, alguns desses conteúdos foram suprimidos.

O seu texto base expunha o principal objetivo do novo currículo de história, que era propor o reconhecimento de uma diversidade étnica e cultural, cujo objetivo era gerar nos educandos um maior respeito as diversidades. [...]A primeira versão da BNCC de História apresentava uma ruptura com a historiografia da tradição escolar, dando um maior foco especialmente no ensino médio a História indígena, História da América, História da África e História dos afro-brasileiros. (BRAZÃO, 2017, p.17).

A ANPUH – Nacional (Associação Nacional de História) chegou a elaborar um documento intitulado Manifestação pública da ANPUH sobre a base nacional comum curricular, o qual entre outras críticas, destacou que:

A questão da cidadania, tal como aparece formulada no documento, corre o risco de ser compreendida como algo natural e particularizada através de um personagem: "o cidadão brasileiro". O documento acaba por apresentar uma proposta prescritiva, e não política, em relação à cidadania. Na formulação desse objetivo caberia propor a

reflexão sobre o significado amplo de cidadania relacionado à política, à formação de identidades (não apenas a nacional), à alteridade, a parâmetros éticos historicamente construídos, ou seja, questões que vão muito além do respeito às leis, regras e valores. Ainda no que se refere à formação do cidadão como uma das metas do ensino de História, registre-se que a discussão sobre a questão de "gênero", muito importante, mas ausente nos objetivos da Proposta, contribuiria para um debate frutífero sobre a cidadania no mundo contemporâneo. [...] Uma das lacunas centrais da Proposta refere-se à ausência da discussão apropriada sobre o papel do ensino de História na formação intelectual do educando, a qual resulta de um conhecimento histórico produzido por pesquisas realizadas por historiadores e pesquisadores de áreas afins. Ora, ter acesso ao conhecimento do resultado dessas investigações científicas é fundamental para a formação crítica dos educandos, tanto em relação à história ensinada nas escolas quanto às suas histórias de vida. Os dois tipos de aprendizado, ainda que específicos, se interligam. É por meio desse aprendizado mais amplo que o estudante pode apreender as categorias de tempo histórico em suas diferentes temporalidades, ritmos e durações, além de também desenvolver capacidade analítica sobre diferentes formas de construção dos discursos e das representações sobre o passado. (ANPUH, 2016).

Com tantas críticas a essa versão, foi apresentada, em maio de 2016, a segunda versão da BNCC. Ao se comparar esta versão com a anterior, esta nada mais é do que um retrocesso, visto que voltava o currículo de História para a abordagem eurocentrista.

Para a elaboração desta versão, convidou-se um grupo de historiadores ligados à ANPUH. Essa aproximação com os historiadores, aliada ao retorno à História eurocêntrica resultou em uma significativa redução das críticas quando do lançamento desta.

Algo que marca a segunda versão da BNCC é a proposta de um currículo de História com uma divisão de conteúdo. O que se relaciona com a História do Brasil será visto nos sétimos e oitavos anos do ensino fundamental depois no terceiro ano do ensino médio. Outro ponto importante a ser destacado acerca da segunda versão da BNCC é que nela, os conteúdos a serem abordados são apresentados em forma de tópicos.

Para Pereira e Rodrigues, (2018, p.9):

A primeira versão apresentou eixos temáticos que dividiam os objetivos em quatro módulos, relativos ao tema da cidadania, das temporalidades, dos conceitos e da pesquisa, o que fazia o currículo estar menos submisso ao que se convencionou chamar de “lista de conteúdos”. A divisão nos eixos procurou trabalhar competências intelectuais e questões relativas à especificidade do conhecimento histórico, como os conceitos, a pesquisa e as temporalidades. Pois bem, nota-se que a segunda versão optou por, justamente, retornar à ênfase na lista de conteúdos, relatando objetivos “clássicos” do ensino de história, deixando de renovar tanto o campo teórico da escrita da história quanto às competências intelectuais – ou, ainda, a própria dimensão cidadã – possíveis de serem exploradas com diversos conteúdos. A opção por essa lista tornou a BNCC muito próxima de uma história sem corpo e sem política, uma vez que estabelece conteúdos considerados “canônicos” e obrigatórios ao conhecimento dos estudantes e das novas gerações. Essa ideia supõe que determinados conteúdos são indispensáveis, mas, ao mesmo tempo, não problemáticos e com pouco ou nenhum sentido em relação ao tempo presente. O “indispensável”, portanto, não passa por um critério de seleção, mas está pretensamente ligado a uma espécie de natureza do conhecimento histórico, subjacente a uma concepção moderna de história que se pretende universal a partir de uma experiência particular.

A última versão da BNCC traz orientação para um currículo que reconhece a diversidade cultural, e faz referência às diferentes expressões de diversidade de grupos sociais identitários. É possível perceber isso ao observar as competências gerais em diferentes áreas do conhecimento, como: história, geografia, religião, artes, dentre outros. Como exemplo disso, na área do conhecimento Ciências Humanas, dentro do componente curricular de História, a inserção da diversidade cultural é assim ressaltada:

Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades (BRASIL, 2017, p. 399).

O documento através de seus elementos aponta para a perspectiva crítico-discursiva, pois faz referência, também, à necessidade que de abordar aspectos de exclusão histórica sofrida por diferentes grupos sociais. Evidencia o caráter singular dos sujeitos na proposta de estudo de abordagens específicas. A inclusão de conteúdos e temas obrigatórios definidos pela lei vigente, deve ultrapassar uma dimensão apenas retórica e possibilitar o estudo de protagonistas da própria história do Brasil. A importância desses grupos tem relação com a “possibilidade dos estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira e se comprometerem com ela.” (BRASIL, 2017. p. 399)

É nesse contexto educacional que nós professores devemos agir e elaborar metodologias, não só em razão da obrigatoriedade da lei e também da BNCC, mas para buscar uma formação intelectual e social dos educandos. Está aberto mais um caminho para a construção de um novo olhar sobre a sociedade e, em especial, abre uma reflexão profunda sobre a identidade nacional, com enfoque em todos os sujeitos em suas relações no passado e no presente.

### 3 ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA

Patrimônio é uma palavra que vem de pater, quer dizer “pai” em latim. A ideia de patrimônio como algo que é herdado do pai foi sendo transformada no decorrer de muitos séculos a fim de definir tudo aquilo que um grupo familiar recebia de seus ancestrais.

De acordo com Gallois (2006, pág. 11):

O tempo passou e, na Europa do século XVIII, a palavra patrimônio se estendeu para o domínio das cidades e das nações. Do ponto de vista de cada família, era importante cuidar de seu patrimônio para que este pudesse ser transmitido aos membros das próximas gerações. Da mesma forma, do ponto de vista do conjunto dos cidadãos de um país, passou a ser considerado importante cuidar de um conjunto de bens históricos e artísticos, visto como propriedade de uma nação inteira.

Essas mudanças ocorreram em meio ao processo da Revolução Francesa e a ação de alguns revolucionários que acreditavam que o fim da monarquia deveria vir junto a destruição de todos os seus símbolos, entre eles castelos, monumentos e obras de arte. Assim surge na França o primeiro movimento de proteção de um patrimônio nacional de que se tem notícia, por volta de 1830. Era um grupo que se mostrava contrário à destruição do patrimônio deixado pelos nobres e defendiam que essas propriedades deveriam ser apropriadas como herança para os franceses e, assim, considerado patrimônio da Nação.

Para Gallois (op. cit. p. 12-13):

O que aconteceu na França se repetiu em vários outros países, que foram passando por mudanças radicais em seus modos de organização social, política e econômica, quando formas tradicionais iam sendo substituídas por formas consideradas mais modernas. E foi nesse contexto que os governos perceberam que, se não fossem criadas instituições e políticas voltadas à preservação de seu passado, as nações perderiam a memória de suas origens e de suas realizações mais antigas. Com a adoção das primeiras práticas de conservação (como por exemplo a transformação de palácios privados em museus públicos), os bens históricos e artísticos se tornavam símbolos nacionais que fomentavam sentimentos patrióticos. Até o começo do século XX, o patrimônio nacional designava apenas bens materiais. A ideia de um patrimônio cultural que não fosse feito apenas de monumentos, de esculturas e quadros e artistas famosos, mas também de saberes imateriais, nasce paralelamente ao surgimento da Antropologia. Um dos pais-fundadores da disciplina, Edward Tylor, foi o primeiro a propor uma definição de cultura que resume o pensamento antropológico da época. Segundo ele, cultura “é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. As políticas nacionais de proteção de patrimônios abriram caminhos novos durante as décadas de 1900 a 1950, incorporando progressivamente não só alguns bens não-materiais, mas os conhecimentos e costumes tradicionais, ou seja, incorporando o que há de mais rico nas culturas humanas: Estava plantada a semente das atuais políticas em defesa desse tipo de patrimônio. Porém, muitos obstáculos deveriam ser enfrentados para consolidar essas



políticas.

A noção de Patrimônio Cultural que reconheça valores e histórias populares possíveis de serem identificadas e trabalhadas como práticas sociais é algo recente.

“(…) não há dúvida de que essa ampliação no conceito de patrimônio cultural contribui para aproximar as políticas culturais dos contextos multiétnicos, multirreligiosos e heterogêneos, que caracterizam as sociedades contemporâneas”. (FONSECA, 2009, p.73).

Conforme Soares e Klamt (2008), o patrimônio é uma construção e, como tal, necessita de tempo para definir-se. Nada é criado para tornar-se patrimônio. Faz-se necessária a identificação da comunidade com este bem, de modo que se torne uma marca, um referencial que conta sua história e a destaca das demais comunidades. Por outro lado, o patrimônio é inventado e reinventado, de maneira que existe um aspecto político na seleção daquilo que as comunidades consideram – ou não – sua herança cultural. A preservação de tais bens passa a ser algo fundamental para a conservação de sua memória. A formação de uma atitude cidadã em respeito ao patrimônio é um processo lento e gradual e com diversas dificuldades.

Oliveira e Wenceslau (2007, p. 17) colocam que infelizmente, em um país como o Brasil, as propostas voltadas para a cultura e a educação tramitam em segundo plano nas discussões políticas, ficando à sorte de programas ou investimentos, muitas vezes escassos e insuficientes, da iniciativa privada.

Conforme sugere Hermann (1989, p.36 apud Silva Junior, 2016, p.32) “uma consciência histórica está estreitamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitetônicos e que tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência histórica”.

A legislação atual redefiniu o conceito de patrimônio cultural. O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens de "natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Bittencourt (2011, p.277-280) nos convida a pensar sobre esses lugares de memória da sociedade brasileira e faz um alerta sobre o compromisso de se trabalhar com os educandos as dimensões da relação entre patrimônio cultural, a memória social, a identidade e a pluralidade

cultural. A autora coloca que:

O conceito mais abrangente de patrimônio cultural abre perspectivas de adoção de políticas de preservação patrimonial. O compromisso do setor educacional articula-se a uma educação patrimonial para as atuais e futuras gerações, centrada no pluralismo cultural. Educação não visa apenas evocar fatos históricos "notáveis", de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer para rememoração e preservação daquilo que tem significado para diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional. [...] O compromisso educacional orienta-se por objetivos associados à pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas e deve ser inserido no currículo real em todos os níveis de ensino. Bittencourt (op. cit. p. 277)

Segundo Soares e Klamt (op. cit) a Educação Patrimonial (EP) tem sido considerada como o ensino centrado nos bens culturais, objetivando proporcionar às pessoas (em especial às crianças) um maior contato com patrimônio cultural da sua região. Através de uma metodologia específica, o objeto cultural se torna um ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem que capacita para conhecer, usar, desfrutar, recriar e transformar o patrimônio cultural. Uma vez que o patrimônio histórico é um bem cultural, procura-se incentivar o uso dos objetos, locais, monumentos e prédios históricos para realizar o ensino de história ao mesmo tempo em que valorizar o patrimônio local para formação da identidade e da cidadania.

Educação patrimonial é uma proposta educativa que busca valorizar e preservar o patrimônio cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Patrimônio é tudo o que faz referência aos modos de ser e de viver de um grupo de pessoas. A importância de uma atividade que desenvolva a educação patrimonial parte do princípio do conhecimento e da valorização de um bem cultural. Nos dias atuais se torna essencial encontrar caminhos que ajudem os jovens a compreender o valor histórico de um patrimônio e que percebam que ele faz parte de um acervo cultural que deve ser preservado por toda a comunidade.

A escola é uma instituição que não tem a mera função de fornecer teorias e informações e sim deve ser destinada a formação de cidadãos. Para isso o processo de ensino e aprendizagem deve abranger práticas pedagógicas que levem o educando a desenvolver um olhar mais amplo. Articular atividades que visem a criar nos estudantes uma cultura de questionamento, preservação e valorização do patrimônio local, possibilitando a estes identificarem este patrimônio como parte da história passada e presente do Brasil, bem como fomentar nestes o hábito pela busca constante do conhecimento sobre a história do povo originário do país em que vivem.

Para atingir esse objetivo é de suma importância que o ensino de história ande junto com a educação patrimonial.

Para Monteiro (2007, p.19) o ensino da História:

[...]traz subsídios do conhecimento histórico para auxiliar a construção e reconstrução da memória que possibilita aos indivíduos estabelecer relações afetivas com a cidade e o país onde vivem, compreendendo como a sociedade em que vive foi construída através do tempo, tendo uma história com continuidades e descontinuidades, mudanças, transformações.

O conhecimento sobre sociedades passadas, através das investigações de artefatos que materializam a sua existência, pode ser trabalhado como tema propulsor para questionamentos acerca da desvalorização das sociedades indígenas no município, no estado e no país, expondo assim o não reconhecimento das riquezas de conhecimentos que nos proporcionam e levando o educando a uma reflexão sobre a produção de discursos de inferiorização e de invisibilidade das populações indígenas na escrita da História e na História ensinada.

O trabalho com o patrimônio cultural indígena é fundamental para explorar as origens da sociedade brasileira. A cultura material indígena é vista em diversos aspectos da história. O professor pode destacar materiais relacionados aos conhecimentos desses povos sobre natureza, bem como sobre o trabalho, os rituais, as festas e a língua falada.

A inserção na Lei de aspectos que incluem o reconhecimento e a valorização do patrimônio material e imaterial de grupos até então negligenciados em sua cultura, leva-nos a indagar as possibilidades de sua efetiva aplicação, dirimindo assim as desigualdades que ainda estão fortemente presentes na sociedade brasileira e, quem sabe, chegando ao momento em que se irá ultrapassar o “elogio da diversidade”.

Independentemente de leis, parâmetros ou orientações que tenham sido criadas no decorrer das últimas décadas, a introdução do ensino da História e cultura indígena deve ser uma construção de novos olhares e perspectivas sobre a história, promovendo o debate de respeito à igualdade e sensibilização dos educandos para a preservação das diferentes formas de patrimônio material e imaterial.

## 4 A ORIGEM DA CERÂMICA

O termo cerâmico deriva da palavra grega "kéramos", "terra queimada" ou "argila queimada".

A cerâmica é um dos materiais mais antigos produzidos pelo homem. A confecção de objetos cerâmicos começa no momento em que o homem pré-histórico percebe o endurecimento do barro próximo à fogueira. Nascida na percepção do homem em utilizar-se do barro endurecido pelo sol e no contato com o fogo obtinha-se um material inalterável pela água. (LIMA, s/d, p.2). Esse processo de endurecimento, obtido casualmente, multiplicou-se e chegou até os dias de hoje.

Ao se falar em cerâmica, é inevitável o relacionamento deste com a sua matéria-prima, o barro e com todo o processo de transformação. Frincke (1992, apud DUTRA, 2005, p. 32) coloca:

Os barros existem em todo o mundo, constituindo a maior parte da superfície terrestre. São rochas sedimentares de grão fino que tiveram origem na decomposição, química, ou por erosão, das rochas feldspáticas como o granito ou o pórfiro. Os seus principais elementos são a sílica e o alumínio.

Para Cooper (1999), não se sabe exatamente o momento em que o homem percebeu que a argila submetida a uma temperatura mais alta (cerca de 600°) endurece e não se desintegra mais com a água. Sabe-se, no entanto, que a história da cerâmica acompanha a história das civilizações desde que o homem dominou o fogo, e acaba se confundindo com a história da civilização: vasos, potes ou taças muitas vezes são os únicos elementos que podem ser observados para entender os hábitos e cultura dos povos antigos.

Ainda tomando como base os estudos de Cooper (op. cit.), a respeito da origem da cerâmica, duas são as teorias aceitas sobre a descoberta da cerâmica. A primeira, e também a mais reconhecida, é a teoria de que em alguns lugares o fogo era mantido em buracos, sendo vigiado todo o tempo para se manter aceso. Em algum momento esse fogo poderia ter sido coberto com argila, transformando assim a argila em cerâmica e os vestígios deixados formavam um recipiente cerâmico rudimentar.

Já a segunda teoria sugere que eles teriam recobertos alguns cestos com argila, para que assim ficassem impermeáveis. Quando a argila secou e contraiu, formou-se um recipiente simples. Esta teoria é mais contestada, uma vez que pressupõem que já existiria a cestaria. Em alguns povos a cestaria existia sem que existisse a cerâmica e em outras ocorreu o contrário.

Com base em seus estudos, o autor afirma que a combinação de diversos fatores, sociais, técnicos e econômicos resultaram na descoberta que a argila se transformava em cerâmica quando alcançava uma temperatura suficiente.

Essa argila endurecida que agora, exposta ao calor, se transformava em cerâmica foi utilizada para os mais diversos fins, indo desde uma superfície para a escrita cuneiforme, a vasilhas, potes, urnas funerárias e até mesmo para a construção de casas.

Os artefatos de cerâmica, por serem itens resistentes ao tempo, são frequentemente encontrados em escavações arqueológicas e atuam como um registro da vida, da cultura e da história de diferentes povos. Verifica-se que a fabricação de cerâmica era algo presente em praticamente todas as civilizações da antiguidade, misturando-se com a própria evolução da humanidade, tanto que já foram registrados itens de cerâmica que remontam ao período neolítico, ou seja, há mais de 10.000 anos os seres humanos já produziam peças de cerâmica.

Christy e Voss (1993, apud DUTRA, 2005 p. 35) colocam:

Seguramente, el descubrimiento de que la arcilla, una vez cocida y endurecida, poda utilizarse como materia prima para la fabricación de recipientes para alimentos y líquidos, habrá significado un gran paso adelante en el progreso humano. Los primeros recipientes fabricaban a mano, frecuentemente con piezas que después se cocían al fuego o se dejaban secar al sol. No obstante, ya en el año 4.000 a.C. la cerámica egipcia muestra un notable refinamiento tanto en la configuración como en el decorado.

Todavia, novas descobertas estão remontando a origem da cerâmica para um período bem anterior ao acima citado, além de alterar o que sabemos a respeito dos costumes dessas sociedades de coletores e caçadores.

Conforme reportagem veiculada pela BBC Brasil<sup>2</sup>, após ter sido originalmente publicada pela revista Science, foi encontrado na caverna de Xianrendong, na Província de Jiangxino, no sul da China, o que pode ser o pedaço de cerâmica mais antigo do mundo, com 20 mil anos de idade. Os fragmentos seriam parte de um pote de 20 centímetros de altura com 15 a 25 centímetros de diâmetro, provavelmente um caldeirão utilizado para cozinhar alimentos ou um pote para fermentação de bebidas alcoólicas.

Esta nova teoria vem contra a teoria até então aceita pela maioria dos cientistas, ou seja, que potes e recipientes de cerâmica, por serem grandes e se quebrarem com certa facilidade, não seriam úteis para as sociedades de caçadores e coletores, uma vez que estas eram nômades, indo de um lugar para outro em busca de alimentos. Desta forma esses recipientes de cerâmica

---

<sup>2</sup> GHOSH, P. Arqueólogos descobrem pedaço mais antigo de cerâmica na China. BBC Brasil. 2012. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629\\_china\\_ceramica\\_fn](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629_china_ceramica_fn)>. Acesso 7 jul.2021.

teriam sido inventados somente após o surgimento da agricultura, quando os humanos começaram a permanecer em um mesmo lugar por períodos mais longos. Todavia, nos últimos dez anos, pesquisadores descobriram fragmentos de cerâmica de antes do surgimento da agricultura.

Hoje já se acredita que esses artefatos já eram utilizados 10 mil anos antes do que se pensava, ou seja, a cerca de 20 mil anos atrás.

Na figura abaixo pode-se observar alguns desses fragmentos localizados na China, com idade de 20 mil anos.

Figura 1 - Fragmentos de cerâmica com 20.000 anos encontrados na gruta de Xianrendong



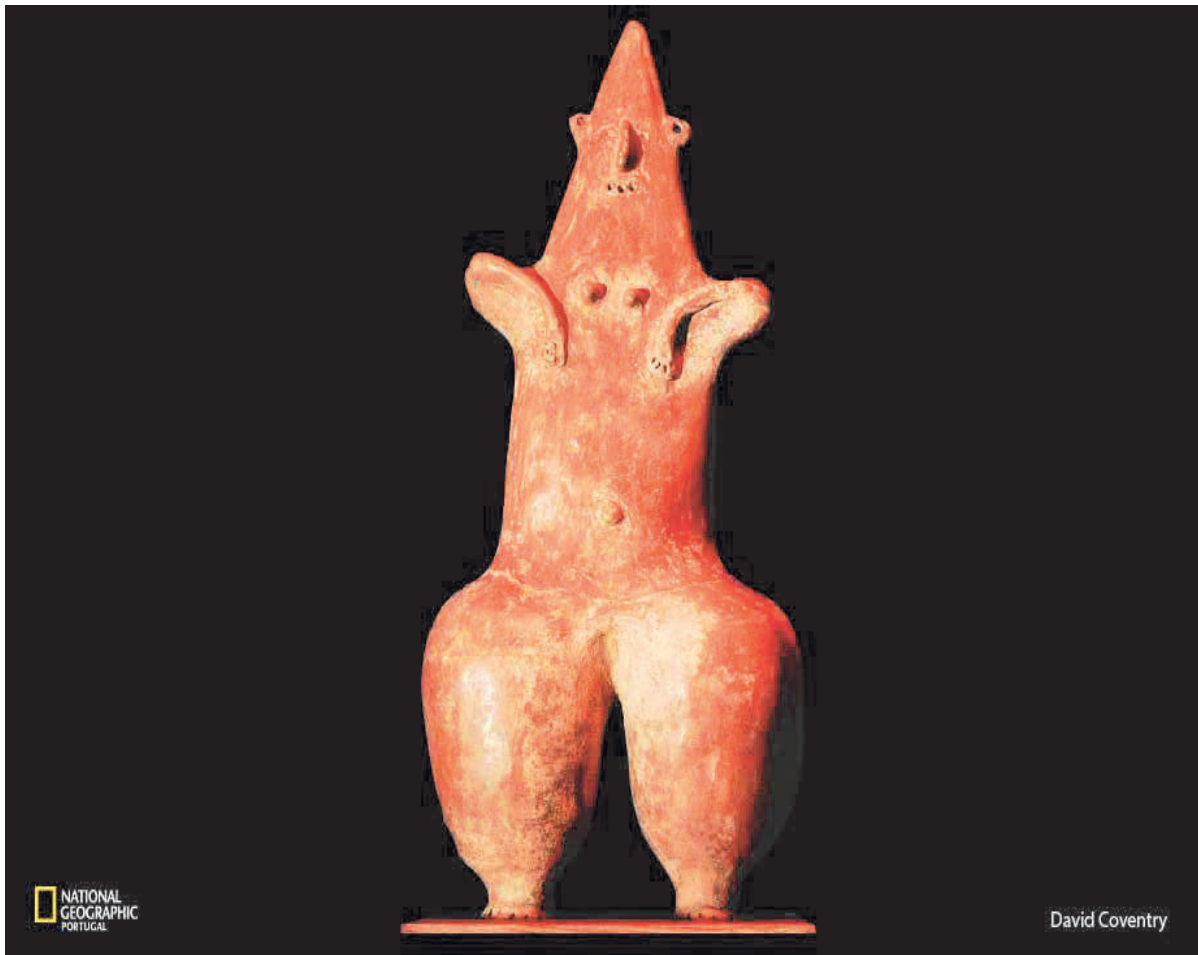
Fonte: BBC Brasil. Imagem cedida pela revista Science. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629\\_china\\_ceramica\\_fn](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629_china_ceramica_fn)>. Acesso 7 jul.2021.

Cooper (1987 apud SILVEIRA, 2006, p. 2), coloca que “de início, a cerâmica caracterizou-se como um artefato a serviço da sobrevivência e da manifestação da interioridade e crenças dos povos primitivos. Mas ao longo dos tempos, vem açambarcando uma série extensa de itens desenvolvidos pelas necessidades e ações humanas”.

As primeiras peças de cerâmica decoradas tinham motivos relacionados ao cotidiano das comunidades, como a caça, os animais e a luta. A grande maioria desses povos desenvolveram estilos que lhe são próprios e que com o passar do tempo acabaram

materializando tendências a ponto de ser possível situar uma civilização ou povo através do estudo de suas peças cerâmicas produzidas no decorrer do tempo (figuras 2 e 3).

Figura 2 - Deusa da Fertilidade, de argila endurecida. Proveniente da Anatólia, atual Turquia. VI milênio a.C.



Fonte: FENOLLÓS, J. L. M. Cerâmica, uma história com 9 mil anos. 2020. Disponível em: <<https://nationalgeographic.pt/historia/actualidade/2098-ceramica-uma-historia-com-9-mil-anos><https://nationalgeographic.pt/historia/actualidade/2098-ceramica-uma-historia-com-9-mil-anos#&gid=1&pid=1>>. Acesso 7 jul.2021.

A produção desses recipientes cerâmicos envolvia um conhecimento que compreendia várias etapas sequenciais. Todo o processo se inicia com a escolha e o preparo da argila. Vale salientar que a região da Mesopotâmia era formada por uma planície rica em argilas sedimentares, depositadas periodicamente pelas inundações dos seus dois principais rios, Tigre e Eufrates. Desta forma, a argila era uma matéria-prima abundante, sendo utilizada na forma de placas para a escrita cuneiforme, na arquitetura e também para utensílios em geral.

Figura 3 - Prato com figura humana. Esta peça de terracota, encontrada em Susa (atual Irã), foi produzida entre 4200 e 3800 a.C. A figura aqui representada poderia personificar a agricultura.



Fonte: FENOLLÓS, J. L. M. Cerâmica, uma história com 9 mil anos. 2020. Disponível em: <<https://nationalgeographic.pt/historia/actualidade/2098-ceramica-uma-historia-com-9-mil-anos>><<https://nationalgeographic.pt/historia/actualidade/2098-ceramica-uma-historia-com-9-mil-anos1>>. Acesso 7 jul.2021.

Figura 4 – Cerâmica minóica



Fonte: SQUIRIPA, A. La cerámica minoica, bella creatividad. Disponível em: <<http://sobregrecia.com/2009/04/16/la-ceramica-minoica-bella-creatividad/>>. Acesso em 10 jul.2021.



Feita a coleta da argila e retiradas as impurezas (pedras, folhas, pedaços de madeira), a mesma passava a ser trabalhada pelo artesão, até atingir a forma desejada.

Para a fabricação das peças de cerâmica haviam basicamente três técnicas:

- Modelagem;
- Moldagem;
- Torneamento;

Dentre essas, a mais antiga é a modelagem, utilizada desde o período neolítico. Totalmente manual, utilizava uma bola de argila a qual se ia dando a forma desejada, utilizando-se apenas as mãos. Era com essa técnica que se produziam vasos e pratos. Para a produção de peças maiores, como jarras e vasos, a técnica utilizada deveria ser a de formação de rolinhos, os quais eram colocados de forma sobrepostas, em anéis ou espiral, sendo posteriormente unidos à mão. Já a moldagem utilizava uma forma, um molde (de gesso ou cerâmica), no qual era colocada a argila e pressionada até ficar com a forma desejada.

Com relação ao torneamento, as primeiras peças confeccionadas em um torno surgiram por volta do IV milênio a.C. na Mesopotâmia. A técnica do torneamento possibilitou um avanço tecnológico considerável para a cerâmica, uma vez que por meio dela passou a ser possível uma produção padronizada e em quantidade.

Fenollós (2020) coloca que:

É difícil estabelecer quando aparece em cena o torno, pois é uma derivação direta da roda. O exemplo mais antigo já encontrado é uma roda de cerâmica de 75 centímetros de diâmetro e 44 quilogramas de peso encontrada na cidade de Ur, no Sul da Mesopotâmia, e datada de 3000 a.C. No entanto, o estudo da cerâmica de Uruk sugere o uso do torno de oleiro desde meados do IV milênio a.C. (National Geographic).

O torno pode ser de dois tipos: o de giro lento e o de giro rápido. O torno de giro lento consiste de uma roda giratória, a qual é acionada pelo próprio artesão, com uma das mãos.

Já o torno de giro rápido é acionado com o pé, deixando as mãos livres para a produção de qualquer item. O torno de giro rápido possibilita mais velocidade na confecção das peças, aliado a um tempo de produção menor. Permitiu o aumento da produção, mantendo um padrão e possibilitando assim atender a demanda das cidades da Mesopotâmia.

Cooper (1999, p.27) ao tratar da cultura minóica coloca que no ocidente, a cultura minóica já produzia recipientes caracterizados por apresentarem desenhos sobre formas simples e sem pinturas, com representação de plantas e criaturas marinhas. Entre os anos 2.000 e 1.000 a.C., a cultura minóica tardia (que desapareceu repentinamente no ano de 1.400 a.C.) já

produzia jarras torneadas e modeladas. As peças da cultura minóica tardia se distinguem por seus ornamentados desenhos policromados e pelas pequenas figuras humanas e de animais.

Segundo Squiripa (2009, tradução nossa), os cretenses eram caracterizados pela elegância e pela cor. Os vasos eram feitos de cerâmica de vários formatos para cumprir diferentes funções, e seus artesãos não economizavam no talento nas silhuetas refinadas dos vasos e em suas decorações pintadas. Como os gregos, suas primeiras representações consistiam em motivos geométricos incisos que datavam do período Neolítico.

Voltando à obra de Cooper (op. cit. p. 31), este destaca que:

Desde 1.500 a.C. a prática, o uso do torno, fornos e o refinamentos da argila passou a ser cada vez mais desenvolvida; "com a ascensão da civilização grega e a ênfase posta nas artes, podemos ver como esta perícia se desenvolveu em sua plenitude. Os romanos adotaram estas habilidades e se basearam nelas para estendê-las pela maior parte da Europa.

Podemos assim concluir, com base no artigo de Fenollós (2020) que as primeiras cerâmicas cozidas teriam sido produzidas, de forma acidental ou não, no contexto familiar, tendo servido para cozer ou guardar alimentos. A esta fase inicial da cerâmica podem corresponder os fragmentos hoje encontrados, bem como as figuras de argila cozidas a baixa temperatura encontradas no sítio arqueológico de Mureybet, no vale do Médio Eufrates Sírio, datadas de 7.000 a.C.

O desenvolvimento e a expansão da tecnologia cerâmica não foram seguramente conquistas imediatas nem generalizadas. Decorreram quase dois mil anos até que esta técnica se estendesse pelo Próximo Oriente, como sugerem os sítios arqueológicos do quinto milênio na região.

Há nove mil anos que a cerâmica cozida como a que hoje utilizamos começou a circular na Mesopotâmia, irradiando a partir dali para todo o mundo antigo.

#### **4.1 A CERÂMICA NO BRASIL**

Garcez (2011) coloca que pelo ano 1.000 d.C. às margens do rio Amazonas era possível encontrar sociedades populosas, as quais aproveitavam-se do solo fértil de suas várzeas para a agricultura, ao mesmo tempo que exploravam os recursos que o rio oferecia.

Aquelas populações desenvolveram complexas instituições sociopolíticas e uma rica cultura material. Pesquisas arqueológicas recentes têm demonstrado que sociedades

extensas, hierárquicas e sedentárias, ocuparam também a terra firme, fazendo parte de complexas redes de troca à longa distância. (p.33)

Desta forma, a história da cerâmica no Brasil tem sua origem às margens do rio Amazonas, mais precisamente na Ilha de Marajó, a qual está localizada no estado do Pará, ao norte do território brasileiro. É a maior ilha do arquipélago de Marajó e é também a maior ilha fluvial marítima do mundo, uma vez que é banhada pelas águas do Rio Amazonas e do Oceano Atlântico.

#### **4.1.1 Cerâmica Marajoara**

Foi na ilha de Marajó, há mais de 1500 anos, que se originou a cerâmica marajoara, fabricada pelos Nuaruaques, uma avançada cultura indígena que floresceu na ilha de Marajó. Voltando ao trabalho de Garcez (op. cit.), é possível, através das datações com carbono, situar entre os séculos V e XIV “o período de maior crescimento e expansão da cultura Marajoara”. A cerâmica marajoara, além de ser a cerâmica indígena que melhor se desenvolveu, é considerada também a mais elaborada, sendo decorada com desenhos geométricos.

Cabe destacar que a descoberta da cerâmica marajoara ocorreu apenas em 1871 quando dois pesquisadores visitavam a Ilha de Marajó. Foram eles que encontraram objetos de cerâmica em bom estado de conservação, com formas perfeitamente moldadas e delicadamente decoradas e pintadas.

Para Garcez (op. cit., p.34):

A cerâmica marajoara era altamente elaborada e de uma especialização artesanal que compreendia várias técnicas: raspagem, incisão, excisão e pintura. A modelagem era tipicamente antropomorfa, embora ocorressem exemplares de cobras e lagartos em relevo. De outros objetos de cerâmica, destacamos os bancos, estatuetas, rodela de fuso, tangas (estas nunca foram encontradas em nenhuma outra cultura, exceto a marajoara), colheres, adornos auriculares e labiais, apitos e vasos em miniatura. Assim, podemos constatar que a tradição ceramista não chegou ao Brasil com os portugueses ou na bagagem cultural dos escravos. O rudimentar processo aborígene, no entanto, sofreu modificações com as instalações de olarias portuguesas, onde se produzia, além de tijolos e telhas, também louça de barro para consumo diário.

Atualmente imita-se o estilo Marajoara, tanto em trabalhos manuais quanto em cerâmica industrializada.

Figura 5 - Cerâmica Marajoara - Urna



Fonte: MUSEU NACIONAL - Museu da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/arqbra009.html>>. Acesso em 10 jul.2021.

#### 4.1.2 Cerâmica Tapajós

Ao se tratar da origem da cerâmica no Brasil, é possível traçar um comparativo entre a cerâmica de Santarém (Tapajós) e a cerâmica Marajoara. As peças da cerâmica de Santarém têm como principal característica o fato de possuir um tamanho pequeno, porém com uma decoração extremamente complexa, possuindo ornamentos em relevos, com figuras humanas

ou de animais. Já as peças da cerâmica Marajoaras, dividem-se entre peças para uso doméstico e vasos cerimoniais e fúnebres, com tamanhos grandes e pinturas bicromáticas ou policromáticas, com deuses ou animais.

Figura 6 - Cerâmica Santarém - Estatueta Antropomórfica Feminina



Fonte: MUSEU NACIONAL - Museu da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/arqbra015.html>>. Acesso em 10 jul.2021.

Garcez (op. cit.) coloca que o complexo cerâmico da região do Tapajós não seria um complexo nativo, mas sim algo que quando ali chegou já se encontrava bem desenvolvido, sendo a cerâmica tapajós completamente diferente da cerâmica marajoara.

Priante (2016) destaca em seu estudo que os objetos de cerâmica encontrados em Santarém e na região próxima a ela, sempre intrigaram os pesquisadores, por um lado devido ao fato de se saber muito pouco sobre os povos que ali viveram e, por outro, devido ao fato de possuírem uma diversidade de formas e representações, revelando peças altamente elaboradas.

Barata (1950, apud PRIANTE op. cit., p.78) ao se referir a cerâmica tapajó coloca:

[...] o ineditismo das peças tapajônicas, sobretudo pela variedade e quantidade de adornos figurativos. Não que os Tapajó apenas tivessem produzido cerâmica complexa em sua conformação; o que ocorre é que esses objetos mais complexos se tornaram sua distinção em termos de estilo.

Uma característica marcante da cerâmica tapajó é o fato desta não produzir objetos de tamanhos grandes, como a marajoara. Não se encontrou até o momento, nas terras ocupadas pelas tapajós urnas funerárias grandes nem médias, mas sim apenas pequenos recipientes, os quais apesar de pequenos possuíam uma ornamentação extremamente complexa.

## 4.2 CERÂMICA INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL

Partindo do trabalho de Schmitz (2006), pode-se ter uma noção de que no século I, com o clima chegando a um estágio de chuvas e temperaturas próximas ao dos dias atuais, iniciaram-se os cultivos e a produção da cerâmica no território onde hoje é o Estado do Rio Grande do Sul. Tanto a introdução dos cultivos como da cerâmica foram responsáveis por uma alteração no modo de vida das populações que por aqui viviam, que até então eram formadas por coletores e caçadores nômades, passando a partir de então a ser mais sedentária, culminando em um aumento populacional.

O autor (2006, p.15) coloca que:

A nova tecnologia e o novo modo de vida tinham surgido anteriormente em outras áreas do continente (como o México, o Peru e a Amazônia) e são introduzidos no estado de formas diferentes: nas áreas de mata se estabelece um grupo de cultivadores escapados da Amazônia (tradição cerâmica Tupiguarani); nos pinheirais do planalto surge uma população ainda fortemente caçadora e coletora, mas que também planta e inova do ponto de vista do assentamento, construindo casas subterrâneas (tradição cerâmica Taquara); nos campos, as Pedro Ignácio Schmitz 16 Arqueologia do Rio Grande do Sul populações tornam-se mais estáveis e no fim provavelmente usam algumas plantas cultivadas (tradição cerâmica Vieira).

A cerâmica indígena no Rio Grande do Sul, é representada pelos Kaingang e Guarani. Conforme Laroque e Silva<sup>3</sup> (2012), os indígenas Kaingang viviam em uma grande área no sul

---

<sup>3</sup> LAROQUE, L. F. da S. SILVA, J. B. S. da. A história dos Kaingang da terra indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: sentidos de sua (re)territorialidade. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000300005>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

do Brasil, a qual se estendia desde a região Sudeste até o extremo sul do e formava "O Grande Território Kaingang". Essa área era delimitada pelo rio Tietê, no Sudeste, abrangendo os Estados de Paraná e Santa Catarina, se estendendo até os rios Jacuí e Ibicuí no Rio Grande do Sul. A oeste, avançava para a província argentina de Misiones.

#### 4.2.1 Cerâmica Kaingang

Partindo do trabalho de Parellada (2008), esta coloca que os Jê (hoje representados pelos kaingang) iniciaram sua migração para as terras do sul há cerca de 3.000 anos. Nessa época viviam em aldeias com até 300 pessoas e possuíam o costume de cremar seus mortos. Já com relação à cerâmica, esta caracterizava-se por apresentar uma espessura fina e um pequeno volume. Coloca o autor que, eventualmente, “as peças possuíam engobo negro ou vermelho, e em alguns casos marcada com impressão de tecido ou malha, ou mesmo carimbada e incisa, na face externa dos vasilhames”.

Para Matheus (2016, p.26) “A cerâmica Kaingang tem algumas características distintas de outras cerâmicas indígenas”.

Para a confecção das peças os kaingang utilizavam-se tanto da técnica do roletado, através da qual produziam vasos, como também a modelagem utilizada na produção de cachimbos. Na técnica do roletado são feitos rolos com a argila, os quais vão sendo colocados um sobre o outro até que se atinja o tamanho desejado para a peça. Já na técnica da modelagem, a argila é moldada com as mãos ou com o auxílio de um molde (um coco, um porongo ou até mesmo outra peça) para que fique com o formato desejado.

Outra característica da cerâmica kaingang conforme coloca Silva (2001, apud MATHEUS) era que após a queima, as peças eram colocadas em uma fogueira de palha de milho, pois devido a fuligem geradas a cerâmica ficava enegrecida.

Rodrigues (2007, p.139-140) destaca que um aspecto marcante da cerâmica kaingang é seu estilo decorativo:

Nota-se neste produto da olaria indígena a intencionalidade da ceramista em tratar a superfície da peça a partir do desenvolvimento de uma técnica que se baseia na aplicação de pigmentos de fuligem a partir de um esfumaçamento que gera manchas pretas e se espalham pelo corpo da cerâmica. Em alguns casos é nítida a continuidade decorativa com a execução de brunidura superficial que uniformiza as manchas e torna a superfície da peça mais suave. Porém, percebemos que nem sempre existe brunidura, fato que nos permite observar que a artesã deixa apenas as manchas de fuligem como produto final. Nesse estilo decorativo não se vê regularidades presentes nas faces da peça. A partir da técnica de pigmentação as manchas vão se formando aleatoriamente na superfície da cerâmica. O processo segue as escolhas realizadas pela artesã a partir da manipulação do utensílio ainda incandescente em contato com materiais orgânicos

que se aquecem com facilidade e resultam numa combustão incompleta. Nessa dinâmica, a peça vai absorvendo os pigmentos da combustão incompleta e, de acordo com o movimento realizado pela oleira que utiliza uma grande pinça, as manchas pretas vão se constituindo na superfície da cerâmica produzindo as mais variadas formas.

Figura 7 - Cerâmica Kaingang



Fonte: MUSEU INDIA VANUIRE. Disponível em: <<https://museuindiavanuire.org.br/acervo/colecoes/>>. Acesso em 10 jul.2021.

#### 4.2.2 Cerâmica Guarani

Com relação ao povo Guarani, Kreutz et al (2014) destacam que este é um dos principais grupos indígenas do Brasil. Sua chegada ao território que hoje é o Rio Grande do Sul data de 906 a.C., conforme datação da cerâmica e outros fragmentos localizados na região do rio Taquari. Acredita-se que eles vieram da região Amazônica, através dos rios e, justamente por isso, tenham ocupado as terras próximas a estes, onde praticavam a agricultura e a pesca. Tinham a característica de ser um povo guerreiro. Confeccionavam artefatos de pedra, construía habitações, extraindo do ambiente as matérias-primas necessárias. Fabricavam panelas, tigelas, jarros, pratos e urnas.

Para Alonso (2012, p.121):



Antes mesmo de focarmos nossa atenção sobre o grupo Guarani, é preciso que se entenda que ele foi (e ainda é) participante de uma identidade indígena maior nominada pelos estudiosos como Tronco Tupi. Este, por sua vez, tem – principalmente – aspectos lingüísticos comuns apresentados que o determina agregador de diversos ajuntamentos íncolas heteróclitos. Uma grande comunidade que peregrinaria no passado em levas humanas por toda a América do Sul e que deixaria em cada paragem, vários indícios materiais de sua existência

A principal característica da cerâmica Guarani se deve ao uso de argila misturada com pó de argila queimada e triturada - chamote. A adição de chamote a argila serve para dar uma maior resistência à peça, bem como dar textura, diminuir a retração durante a secagem e a queima, e reduzir o aparecimento de trincas.

Já a confecção das peças era feita através da técnica acordelada, ou seja, produziam-se cordões de argila, os quais eram sobrepostos, a partir de uma base cônica, por meio de pressão dos polegares, sempre em sentido perpendicular à borda possibilitando assim a moldagem dos mais variados formatos. Vale ressaltar que os cordões de argila raramente ficavam expostos sem que a superfície houvesse recebido tratamento, tanto a interna como a externa. Esse tratamento podia ser apenas a utilização da unha ou da impressão digital, mas também podia ser um tratamento corrugado, escovado ou pintado.

Figura 8 - Cerâmica Kaingang



Fonte: MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL.. Disponível em: <<http://museuantropologico.blogspot.com/2013/06/tradicao-tupiguarani.html>>. Acesso em 15 jul.2021.

Capucci (1987, p.89) ao tratar da cerâmica guarani coloca:

Trata-se de uma cerâmica tecnicamente grosseira e medianamente ornamentada. Predominam as formas simples, tais como as urnas e vasos de corpos bojudos e pescoços curtos, às vezes duplos, tigelas e potes semiesféricos. Há completa ausência de peças com alças e de fundo perfeitamente plano. Além dos vasos desprovidos de decoração, que constituem a maioria, surgem outros ornamentados com incisões, corrugações ou imbricamentos e estrias, obtidos com auxílio de espátulas, pentes, sabugos de milho, polpa dos dedos, unhas e outros meios. Muitas peças se apresentam pintadas de vermelho, preto e marrom, principalmente, as urnas funerárias. Algumas foram previamente cobertas com leve camada de argila clara, o que as tornou mais resistentes e impermeáveis. Os motivos ornamentais, cujos desenhos quase nunca se repetem, são traços retos, curvos, gregos etc., que raramente ocupam toda a superfície da peça. Completam os achados cerâmicos os cachimbos angulares, rudemente trabalhados, com rasos forninhos e grossos tubos de aspiração.

Já para Chmyz (1966):

A combinação de elementos ou motivos associados em um padrão comum é o que caracteriza os grupos culturais pertencentes a uma tradição arqueológica, neste caso especificamente, a Tradição Tupiguarani. Neste sentido, a caracterização do estilo começaria a partir da análise dos aspectos técnicos, que incluiriam a técnica de sobreposição dos roletes de argila; o tipo da queima (podendo ser completa ou incompleta); o tratamento de superfície (podendo ser alisado, corrugado, escovado ou unglado); a espessura das paredes e os tipos de borda (reforçada) e lábios (apontado ou arredondado); vasilhas com bocas circulares ou quadrangulares.

A cerâmica Guarani se destaca por usar várias cores e pintar a peça tanto por dentro quanto por fora. Normalmente eram aplicadas linhas ou faixas em vermelho ou castanho, sobre um fundo branco ou bege, muitas vezes acompanhadas por linhas pontilhadas e desenhos geométricos (paralelas, zigue zagues). (Figura 9)

A peça passava ainda por uma etapa denominada brunido, onde era realizada, nas superfícies lisas, a fricção de uma pedra (pedra ou outro material liso) para dar um efeito de polido. Após a peça era queimada, em uma queima com redução de oxigênio, produzindo dessa forma uma peça com uma coloração mais escura.

Outra característica da cerâmica Guarani era a produção de peças dos mais variados tamanhos, partindo de peças com 10cm de diâmetro até peças com um metro de diâmetro, as quais tinham os mais diversos usos, como armazenar bebidas, transporte de água e urnas funerárias. (Figura 10)

Figura 9 - Cerâmica Kaingang



Fonte: MUSEU ÍNDIA VANUÍRE. **Museu Histórico e Pedagógico**. Disponível em: <https://museuindivanuire.org.br/acervo/colecoes/> Acesso em: 15 jul. 2021.

Figura 10 - Cerâmica Kaingang



Fonte: LAROQUE, L. F. da S. SILVA, J. B. S. da. **A história dos Kaingang da terra indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: sentidos de sua (re)territorialidade**. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000300005>. Acesso em: 05 abr. 2021.

### 4.3 OFICINA DE CERÂMICA: METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DE FONTES

A produção de artefatos de cerâmica é algo que está e esteve presente em quase todas as culturas que já existiram, e hoje percebe-se o quão complexas eram essas sociedades. Cada sociedade desenvolveu uma maneira própria de fabricação, desde a moldagem da argila, a queima até a decoração, sendo possível por meio dessas características a identificação histórica e a diferenciação entre as culturas.

Partindo-se disso, o que se busca com a realização das oficinas de cerâmica é a construção do conhecimento a partir da experimentação, da manipulação e da própria criação de objetos de argila, resultando em uma aprendizagem mais dinâmica e atrativa.

As reflexões teóricas que embasam esse projeto focam no Ensino de História e a construção da consciência histórica. Construção esta fundamental para a compreensão da História como percepção do real, onde o educando não precisa saber tudo o que aconteceu na humanidade, desde que o que ele aprendeu adquira um significado. Uma consciência histórica, segundo Rüsen (2001), caracteriza-se “pela percepção das experiências do passado dos seres humanos, investigado por historiadores ou por professores de história e seus educandos, e realiza-se por interpretações feitas no presente à luz de uma expectativa de futuro”.

A metodologia está calcada no modelo de “aula oficina” proposto por Isabel Barca, em que o professor assume o papel de pesquisador social disposto a aprender e interpretar o mundo conceitual dos seus educandos, para que essa sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos mesmos, de modo que o educando seja efetivamente um agente na produção do próprio conhecimento. Sendo assim, o ensino de história é aqui compreendido como um processo de instrumentalização dos sujeitos, que os convida a desenvolver o raciocínio histórico, e não permutar um enredo já preestabelecido e repetitivo.

Os encaminhamentos metodológicos seguiram os pressupostos teóricos da aula-oficina, que rompe de forma rica com os moldes passivos e tradicionais de ensino, onde o professor domina a narrativa. Esse modelo vem sendo pesquisado pela historiadora Isabel Barca (2004, p. 134), que objetiva a construção do conhecimento histórico pelos educandos, usando o princípio investigativo como base da aprendizagem, onde o professor aparece como organizador das atividades que irão problematizar os saberes históricos. Privilegia a construção de uma aula organizada por um tema e um conjunto de materiais (fontes) que os estudantes devem ter acesso. O segundo momento da aula-oficina é motivado pelo debate do em torno do “conhecimento” ou conceitos e pré-conceitos que eles já possuem em relação ao tema.

Barca (op. cit. p. 134) estabelece que para ser competente em História, segundo os preceitos da Educação Histórica é preciso:

- Saber "ler" fontes históricas diversas, a vários níveis – com mensagens diversas e com formatos também diversos.
- Saber confrontar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade.
- Saber selecionar as fontes, para confirmação e refutação de hipóteses descritivas e explicativas.
- Saber entender- ou procurar entender
- O "Nós" e os "Outros", nos seus sonhos e angustias, nas suas grandezas e misérias, em diferentes tempos, diferentes espaços.
- Saber levantar novas questões, novas hipóteses a investigar.
- O que constitui, afinal, a essência da progressão do conhecimento

Para a autora não interessa ao professor se os conceitos e conhecimentos apresentados pelos estudantes estão certas ou erradas. Pois a aprendizagem histórica irá ocorrer no transcorrer da aula-oficina.

Ora se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus educandos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos educandos, tal como o construtivismo social propõe. Neste modelo, o educando é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação. (BARCA, op. cit. p. 131).

O conhecimento histórico de acordo com a autora deve levar a uma compreensão contextualizada do passado, pela interiorização do passado que foi compreendido, o presente que foi problematizado e o futuro previsto levando a uma instrumentalização em História.

As instrumentalizações em História que, numa perspectiva de progressão gradual, se exigem aos jovens de distintos níveis de escolaridade, aos cidadãos comuns, aos professores de História ou aos historiadores, poderão sintetizar-se assim:

#### I Interpretação de fontes

‘ler’ fontes históricas diversas – com suportes diversos, com mensagens diversas; cruzar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade; selecionar as fontes com critérios de objetividade metodológica, para confirmação ou refutação de hipóteses descritivas e explicativas.

#### II Compreensão contextualizada

entender – ou procurar entender – situações humanas e sociais em diferentes tempos, em diferentes espaços; relacionar os sentidos do passado com as suas próprias atitudes perante o presente e a projeção do futuro; levantar novas questões, novas hipóteses a investigar – o que constitui, em suma, a essência da progressão do conhecimento.

#### III Comunicação

Expressar a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade, utilizando a diversidade dos meios de comunicação atualmente disponíveis. (BARCA, op. cit. p. 133-134).

Para desenvolver essa instrumentalização e acompanhar a mudança conceitual dos educandos, as tarefas realizadas nas aulas têm de ser explicitadas.

Pensando nessa lógica e atentando aos objetivos estabelecidos, a proposta do manual produzido é trabalhar por etapas/momentos, com a sugestão de um tempo que pode variar, aqui apresentados separadamente a fim de facilitar a abordagem:

1. Contextualização Temática: neste momento será trabalhada a origem da cerâmica e a história da cerâmica indígena brasileira. Logo após serão reproduzidas imagens da localização espacial dos diferentes povos indígenas, enfatizando os povos ceramistas e de diferentes tipos de cerâmica encontradas no Brasil e no mundo, destacando as semelhanças e diferenças apresentadas entre elas. É importante questionar o educando com perguntas que despertem a curiosidade: Como eles conseguiram produzir a cerâmica? Existem semelhanças entre as cerâmicas apresentadas? Dentro de um conceito estético, existe a “mais bela”? Quais cerâmicas são expostas nos grandes museus do mundo? Desenvolva, de acordo com a série dos educandos, noções sobre a cerâmica ser uma prática colonizada, a visão de que o belo é de acordo com padrões europeus. Deixe um espaço para cada educando fazer um breve relato do que pensa sobre o saber-fazer indígenas;
2. Como proposta de atividade, os educandos realizam uma pesquisa sobre o grafismo indígena, identificando significados e padrões;
3. Análise: Neste momento serão apresentados os materiais básicos para trabalhar cerâmica. Durante esta etapa serão oferecidas noções de tipos de solo, argilas e massas cerâmicas. Essa etapa é enriquecida com a participação do professor de ciências e uma observação do solo da região;
4. Confecção de Artefatos de Cerâmica: Através da oficina serão trabalhadas todas as etapas da produção de um artefato de cerâmica, desde o manuseio da argila, passando pela moldagem, queima e esmaltação das peças a fim de perceber as relações entre as diferentes áreas do conhecimento bem como a diversidade cultural dos povos indígenas. Além das ciências humanas, são apresentadas noções que envolvem formas geométricas (nos ornamentos decorativos do utensílio), porcentagem (medindo dimensões e calculando a redução após a queima), processos químicos (componentes, temperatura, retração), as linguagens e processos criativos. A queima dos artefatos é feita em um forno alternativo e é nesta etapa que ocorre o processo de transformação da argila em cerâmica. Durante esta etapa o trabalho será em conjunto com o professor de ciências

que explicará aos educandos o processo químico que ocorre durante o processo da queima;

5. Debate: Nesta etapa ocorreram questionamentos sobre as impressões, aprendizados e de que forma os momentos anteriores reorientaram as noções a respeito do tema investigado. De tal forma, tanto professores quanto educandos conseguem perceber o ganho histórico-cognitivo oferecido pela oficina. Conforme BARCA (2004), há que se deixar um espaço para que o educando expresse suas impressões e ajudá-lo a conduzir suas reflexões, de modo que ele possa, na medida do possível, construir seu conhecimento e pensar historicamente. Este espaço será possibilitado pelo debate;

6. Exposição: Será organizado um espaço onde os educandos, em duplas ou grupos, irão expor os seus objetos e explicar para os visitantes as etapas para a confecção das peças.

A fim de que contribua para um enriquecimento cultural dos educandos, a oficina transcorrerá com momentos de reflexão que perpassam por questionamentos da postura social de cada indivíduo, promovendo mudança nesta postura, valorização pessoal - de acordo com as potencialidades de cada um - debate, reflexões, e ações a serem executadas que culminam na melhoria dos resultados de todo aproveitamento escolar. Para Barca (op. cit.) a ideia é que neste formato, todos se envolvem no processo e produzem conclusões históricas, que podem ser mais ou menos válidas e mais ou menos próximas às dos historiadores. No entanto, elas devem ser valorizadas, avaliadas e reconceitualizadas com a ajuda do professor. Assim, os educandos tomam consciência do que aprenderam, do que falta saber e do que mais gostariam de conhecer.

A oficina é “um local onde se trabalha, elabora e se transforma algo para ser utilizado” (ANDER-EGG, 1991, p.10 apud SCHMITT, 2013, p. 496). Sendo “um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer” (CUBERES, In: VIEIRA; VOLQUIND, 2002, p. 11). Portanto a utilização de oficinas como recurso pedagógico é uma forma de ensino-aprendizagem, que possibilita a interação coletiva, promovendo a ação, a investigação e a reflexão sobre o tema, onde a teoria não será desvinculada da prática, pois se surgirem dificuldades durante o processo de fabricação da cerâmica, retorna-se a teoria para concretizar a prática. Proporcionar aos educandos as oficinas de cerâmica é possibilitar uma forma dinâmica de aprendizado, onde o educando durante a ação pode refletir e entender as dificuldades que os povos ceramistas encontravam para confeccionar suas peças de argila, entendendo seus hábitos e costumes.

## **5 O PRODUTO - MATERIAL DIDÁTICO SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA**

Esse capítulo tem a finalidade de apresentar o produto dessa dissertação. O produto é um manual didático que embasa teoricamente a origem da cerâmica e a cerâmica indígena e descreve passo a passo a produção de um artefato de cerâmica através de técnicas utilizadas por povos indígenas. Como a lei de inclusão no ensino ainda não gerou a quantidade de material didático considerado necessário para a promoção de um aprendizado significativo (além do fato de uma parcela dos professores não ter tido formação nesta área de conhecimento), este produto possibilita o aprimoramento profissional.

A finalidade é oferecer suporte aos professores da Educação Básica no desenvolvimento de oficinas de cerâmica com proposta organizada para o componente curricular História com ênfase em temática indígena. O desenvolvimento das atividades se estrutura em promover uma aprendizagem significativa, com foco na importância dos trabalhos artesanais que estimulam a criatividade, e ainda desenvolvem a valorização e o respeito à diversidade cultural dos povos indígenas.

Este material didático apresenta de forma breve informações e conceitos básicos que servem para embasar teoricamente, bem como o passo a passo para a realização prática da oficina. Com isto, espero oferecer caminhos possíveis, rotas repletas de possibilidades, interpretações que permitam uma visão mais abrangente e necessária para o exercício de reconhecer o protagonismo dos povos indígenas na construção do nosso passado e de nossa realidade atual.

A última década têm apresentado uma vasta produção acadêmica com um grande número de monografias, dissertações e teses que tratam da temática indígena e abordam aspectos históricos, educacionais, socioeconômicos, culturais sobre vários grupos indígenas

No entanto, grande parte dessa produção permanece restrita às discussões de caráter historiográfico, sendo desconhecida para o público leigo em geral e, conseqüentemente, para os estudantes das redes municipais de ensino. No intuito de preencher tal lacuna e com base na produção historiográfica regional já citada, o presente trabalho propõe como produto final um livro didático para subsidiar o trabalho de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de educação.

A criação do Manual de Oficina de Cerâmica, como produto educacional, foi feita com a intenção de agrupar atividades, que foram planejadas, mas que não puderam ser aplicadas em decorrência da pandemia. O objetivo é compartilhar com outras docentes práticas de autonomia



que busquem a subjetivação, fazendo diálogo com o ensino de História e seus objetos de conhecimento.

A organização do material didático seguirá os momentos descritos abaixo e contemplará todas as etapas para a realização da oficina, sempre pensado através da abordagem da construção do conhecimento histórico, não se limitando a uma prática de transmissão deste conhecimento. Mais que sugestões de uma estratégia e abordagem temática, a confecção deste manual visou ajudar a perceber a importância do ato de analisar, investigar, relacionar e criar, ou seja, perceber o processo de aprendizado, no qual os educandos desenvolvem habilidades para a compreensão da temática indígena.

São atividades que buscam dar espaço a cultura juvenil, propondo participação ativa dos educandos, levando em conta suas características e individualização. A escola e sua cultura escolar têm dificuldades em trabalhar atividades dinâmicas, por isso acredito que o Manual de Oficina de Cerâmica Indígena pode ajudar docentes a refletir sobre como fazer essas atividades, além de ser usado como uma ferramenta para sua prática pedagógica. Acima de tudo, acredito que a democratização na escola se inicia com a criação de espaços de atividades coletivas, por isso a importância de pensar e produzir atividades com esse intuito.

Na elaboração da Material proposta deste trabalho foi elaborada pensando na necessidade de atender, efetivamente, o que propõe a Lei 11645/08 o foco principal nesta etapa de produção, é a tradição da cerâmica guarani no estado do Rio Grande do Sul. A cerâmica guarani caracteriza-se pela argila misturada com pó de argila cozida e moída (chamote) e a técnica utilizada por eles, e a ser reproduzida pelos educandos, é a modelagem “acordelada”.

A proposta inicial da oficina de cerâmica, era ser realizada com turmas do Ensino Básico da Escola Estadual de Ensino Médio Elisa Tramontina, na cidade de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul. As turmas contempladas seriam as do 4º ano do Ensino Fundamental Séries Iniciais, do 7º ano do Ensino Fundamental Séries Finais e do 2º ano do Ensino Médio.

Durante o ano de 2019, como uma tentativa de experiência, antes de desenvolver o manual, foi realizada uma atividade sobre a cerâmica indígena. Apesar de não ter sido realizada de maneira organizada como na descrição das etapas do manual, foi uma experiência gratificante. Essa atividade motivou ainda mais a produção de um material didático. Professores de diferentes componentes curriculares se mostraram interessados em participar da proposta, planejada para 2020 e interrompida com a vinda das aulas no formato remoto.

Apesar de não ter conseguido realizar a aplicabilidade do Manual produzido, a proposta da atividade implantada possibilitou observações importantes. Foi percebido que durante a atividade prática da manipulação da argila e confecção do utensílio, educandos que se destacam

no conhecimento teórico do conteúdo, tiveram dificuldades em lidar com as emoções e frustrações de uma atividade manual. Isso fez com que acendessem ainda mais a importância desse tipo de atividade, que não estimula apenas as artes manuais, mas também a criatividade e a socialização, algo fundamental para o pleno desenvolvimento humano.

Figura 11 - Confeção de peça de cerâmica pelos educandos do 7º do Colégio Santa Rosa



Fonte: Arquivo pessoal. 2020

Portanto, a premissa deste trabalho consiste em apresentar um material facilitador do processo de ensino e aprendizagem sobre a História e Cultura Indígena.

O Manual está dividido de uma maneira que um professor, mesmo que não tenha tido contato com a cerâmica, consiga desenvolver uma oficina. A figura 13 representa o sumário do material elaborado.

A introdução apresenta uma breve apresentação dos povos indígenas com uma representação de como esses povos estariam divididos no território brasileiro, nas primeiras décadas do século XVI.

Figura 12 - Distribuição da população indígena nas primeiras décadas do século XVI



Fonte: Albuquerque, M. M. de. Atlas Histórico Escolar, Rio de Janeiro: Fename, 1977. P 10.

Figura 13 - Sumário

## SUMÁRIO

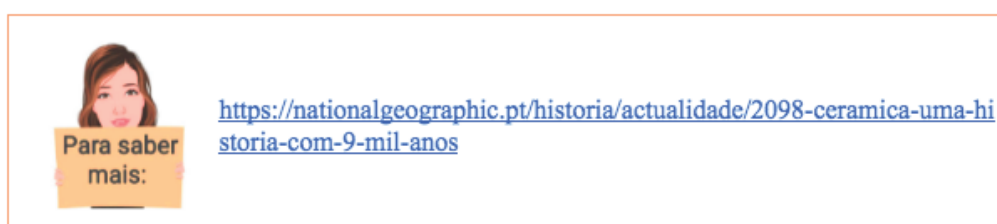
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1.1 SUGESTÕES DE PLANOS DE AULA .....</b>	<b>9</b>
• QUEM SÃO OS ÍNDIOS NO BRASIL? A CIDADANIA INDÍGENA NO SÉCULO XXI.....	9
• SER INDÍGENA E SER DOUTOR: DO ESTEREÓTIPO AO PRECONCEITO.....	9
• A PLURALIDADE DE POVOS INDÍGENAS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	10
• QUE ÍNDIO É ESSE?.....	10
• PROGRESSO VERSUS RESISTÊNCIA: A LUTA DOS INDÍGENAS KARIRI PELO DIREITO À TERRA.....	10
• KENÊS: MARCAS DA CULTURA IMATERIAL DOS POVOS INDÍGENAS .....	10
• COMPREENDENDO A REALIDADE: INDÍGENAS, QUEM SÃO E ONDE ESTÃO?.....	11
<b>2. A ORIGEM DA CERÂMICA.....</b>	<b>11</b>
<b>3. A ORIGEM DA CERÂMICA NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
<b>4. A CERÂMICA INDÍGENA BRASILEIRA.....</b>	<b>14</b>
<b>5. A CERÂMICA INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>15</b>
<b>5.1 CERÂMICA KAINGANG.....</b>	<b>16</b>
<b>5.2 CERÂMICA GUARANI .....</b>	<b>17</b>
<b>6. A TRADIÇÃO CERÂMICA INDÍGENA NA ATUALIDADE .....</b>	<b>20</b>
<b>CONHECIMENTOS BÁSICOS DE CERÂMICA .....</b>	<b>22</b>
• CERÂMICA.....	23
• ARGILA .....	23
• MASSA CERÂMICA .....	23
• PLASTICIDADE E RETRAÇÃO NA ARGILA (MASSA CERÂMICA) .....	24
• PONTOS DA ARGILA .....	24
• QUEIMA .....	25
• TIPOS DE FORNOS .....	26
• TEMPERATURA .....	26
• TÉCNICAS BÁSICAS DE MODELAGEM.....	27
• DECORAÇÃO .....	28
• ESMALTES .....	29
<b>OFICINA DE CERÂMICA INDÍGENA.....</b>	<b>31</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>MATERIAIS NECESSÁRIOS.....</b>	<b>33</b>
<b>ETAPAS .....</b>	<b>34</b>
<b>1º DIA .....</b>	<b>34</b>
<b>2º DIA .....</b>	<b>36</b>
<b>MÃOS NA ARGILA .....</b>	<b>37</b>
<b>4º DIA .....</b>	<b>41</b>
<b>QUEIMA.....</b>	<b>41</b>
<b>MONTAGEM DO FORNO .....</b>	<b>41</b>
<b>5º DIA .....</b>	<b>42</b>
<b>EXPOSIÇÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>AVALIAÇÃO:.....</b>	<b>42</b>

Fonte: Material didático elaborado.

Após a introdução, o professor terá um pouco da abordagem teórica sobre a origem da cerâmica do Brasil e no mundo. São apresentados elementos e características dos objetos de cerâmica encontrados no decorrer da história.

Cada sequência teórica é reforçada com sugestões de perguntas que desafiem o educando e links de acesso na parte apresentada como "Para saber mais". Esses links direcionam para reportagens, sites de museus ou imagens que enriquecem ainda mais o conhecimento do professor.

Figura 14 - Links de acesso a material adicional



Fonte: Material didático elaborado.

A parte que desenvolve o tema da cerâmica no Brasil e no Rio Grande do Sul é uma descrição escrita e visual das características e as técnicas utilizadas pelos povos ceramistas que viviam no território que hoje constitui o Brasil e o Rio Grande do Sul. Esta parte é finalizada no sexto item, que trabalha a tradição indígena cerâmica na atualidade e as ações de povos indígenas que estão procurando recuperar esse costume de seus ancestrais. Entre eles os dois grupos que habitam a região sul do Brasil.

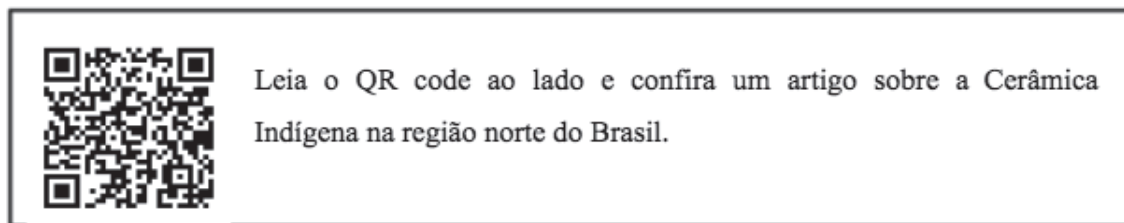
Figura 15 - Cerâmica Marajoara - Urna com motivo decorativo inciso sobre engobo branco, com retoque de pintura vermelha



Fonte: Fonte: AMORIN, L. B. de. Cerâmica Marajoara: A comunicação do Silêncio 2010. Disponível em: <<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/imprensa/downloads/catalogo-ceramica-marajoara.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2021

Nas descrições de toda a parte teórica e prática da proposta do manual, foram utilizados recurso de QR Code com imagens das cerâmicas citadas no texto. O QR Code é um gráfico 2D, que mais parece uma caixa preta com várias outras caixinhas dentro, divididas entre linhas brancas que são implementadas em diversas frentes. Neles contém dados que são pré-estabelecidos, textos ou até mesmo site. Ele pode ser usado para guiar para um site ou até mesmo endereço que ajudará o professor a conhecer mais sobre o tópico que está sendo desenvolvido. A maior importância dos QR Codes não está na sua aplicação específica, mas nas oportunidades de usá-los como dispositivos de entrada em ambientes de aprendizagem, podendo ser reproduzidos direto no *datashow* instalado na sala de aula.

Figura 16 - Links de acesso a material adicional



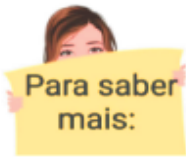
Fonte: Material didático elaborado.

Na sequência do manual, mantendo os links de acesso e os QR Code, são descritos os conhecimentos básicos da cerâmica com uma série de termos comuns no universo cerâmico.

Figura 17 - Conhecimentos básicos de cerâmica

- **ARGILA**

É um sedimento formado por partículas de dimensões muito pequenas que se formaram naturalmente, ao longo de milhões de anos, em decorrência da ação das intempéries (vento, chuvas, temperaturas e agentes químicos) sendo encontrada próximo a rios e lagos. Quando a argila se apresenta hidratada, ela forma uma pasta um pouco mais plástica e que pode ser moldada. Quando não hidratada, apresenta-se de forma quebradiça. É utilizada para a produção de massas cerâmicas. Apresenta-se em diversas cores: branca, cinza, amarelada, avermelhada, cor de café, esverdeada.



<http://www.cprm.gov.br/publique/CPRM-Divulga/Canal-Escola/Minerais-Argilosos-1255.html>

Fonte: Material didático elaborado.

Na parte que trata das técnicas básicas de modelagem, tipos de decoração e esmaltação, o professor tem acesso a links de vídeos que apresentam, de maneira didática, cada uma das possibilidades e dicas de cerâmica.

Figura 18 - Dicas de cerâmica



Dica de Cerâmica: engobe  
<https://www.youtube.com/watch?v=5SzXGc9N5Qs>

Dica de Cerâmica: colorindo o engobe  
<https://www.youtube.com/watch?v=5AKTmYNgCP8>

- **Máscaras:** máscara, ou reserva, é uma técnica na qual se cobre a peça com um papel, um plástico, ou qualquer outro isolante, protegendo assim as partes que não devem receber a aplicação do engobe. Após secar, retira-se a máscara e queima a peça;



Dica de Cerâmica: Máscara de jornal para engobe  
<https://www.youtube.com/watch?v=vCvmlzIU-74>

Fonte: Material didático elaborado.

Após se apropriar de conceitos referentes a técnicas de modelagem, pontos da argila, decoração, esmaltação e tipos de fornos e queima dos objetos de cerâmica, no final desta unidade, o professor terá o conhecimento básico necessário para iniciar a Oficina.

Na sequência é ressaltado, dentro das considerações iniciais, que para a realização da Oficina se faz necessário que o educando já tenha tido contato com o objeto do conhecimento referente aos povos indígenas. No manual é recomendada a abordagem dos seguintes tópicos:

- Processo de ocupação do território;
- A visualização da distribuição territorial dos povos indígenas antes da chegada dos europeus e na atualidade;
- A divisão em grupos, de acordo com o fator linguístico, tem o objetivo de facilitar os estudos e que não deve levar a uma homogeneização das culturas;
- A generalização do termo “índio” para designar os habitantes da América Pré-colombiana e o erro histórico de se dar continuidade ao uso do termo;

- As maneiras de viver e de pensar desses grupos;
- Características comuns no que diz respeito à relação com a natureza, às atividades Produtivas, aos confrontos entre eles e às manifestações do espírito;
- Enfoque que esses elementos variam de acordo com fatores regionais e culturais;
- Debata a visão eurocêntrica nos registros e fontes utilizadas pelos historiadores;
- Conceitos e elementos da cultura material e imaterial indígena.


Após esse primeiro contato com o tema, é proposta a parte prática da Oficina de Cerâmica, sendo descrito em primeiro lugar, a lista de materiais necessários para realização da mesma e sugestões de sites onde é possível comprar os materiais necessários para a oficina.

Figura 19 - Lista de materiais necessários

**MATERIAIS NECESSÁRIOS**

- 250g argila;
- 1 pote plástico (250 ml);
- 1 palito de churrasco;
- Pedaçoes de madeira, pedras, folhas e flores;
- 1 pedaço de tecido 0,70m x 0,70m;
- 1 sacola plástica;
- Jornal (2 folhas).

Necessário destacar que o material acima deve ser solicitado para cada aluno que for participar da oficina.

 Sugestões de onde comprar Massas Cerâmicas:

- <https://www.casadoceramista.com.br/loja/home;>
- [https://www.facebook.com/lojatielierselmoramos/;](https://www.facebook.com/lojatielierselmoramos/)
- [https://www.artebrasilmateriais.com.br/index.php?route=common/home.](https://www.artebrasilmateriais.com.br/index.php?route=common/home)


Cada etapa da oficina é separada em dias, e dentro disso está disponibilizado propostas de atividade de pesquisa e/ou interdisciplinares a fim de desenvolver melhor o objeto do conhecimento.

Figura 20 - Etapas da oficina

## ETAPAS

### 1º DIA

- **Recursos didáticos:**
  - Sala com mesas e cadeiras;
  - Datashow;
  - Laboratório de Informática.
- **Aula expositiva:**
  - Trabalhar a origem da cerâmica e a história da cerâmica indígena brasileira;
  - Apresentar imagens de diferentes tipos de cerâmica encontradas no Brasil e no mundo, destacando as semelhanças e diferenças apresentadas entre elas.




**Para saber mais:** Grafismo e Arte Indígena

<https://blog.modacad.com.br/grafismo-identidade-cultural-indigena/>

<https://www.youtube.com/watch?v=zdwWJqZhE8>

- **Atividade**
  - Pesquisa sobre o grafismo indígena;



**Atividade Interdisciplinar História, Matemática e Artes:**

Trabalhe conceitos: apresente modelos de grafismo indígena e proponha, com base neles, a discussão de conceitos matemáticos.

**Dica** Aplique os conceitos: Proponha a construção de faixas reproduzindo

Fonte: Material didático elaborado.

No decorrer do primeiro dia, a proposta é trabalhar a cerâmica desde a origem, apresentando imagens de objetos de cerâmica e comparando as encontradas no Brasil e no



mundo. No segundo dia é abordado conceito de solo, argila e cerâmica. Na sequência de cada orientação do dia, o professor encontrará atividades interdisciplinares que contribuirão para a análise e reflexão dos estudos realizados, bem como sugestões de leituras e vídeos em que poderá enriquecer seus estudos sobre o tema. A etapa do terceiro dia é a confecção do objeto utilizando a técnica do acordelado. Esta modelagem consiste na produção de cordões de argila sobrepostos para moldar utensílios de formatos variados e está descrita e explicada em vídeos de apoio, na parte das técnicas de modelagem do manual.

Figura 21 - Etapas da oficina

**3º DIA**

- Modelagem de travessas usando a técnica do acordelado (técnica comum à quase totalidade das comunidades indígenas;
- Uso de técnicas decorativas;
- Secagem e preparação das peças para queima;

**MÃOS NA ARGILA**

O processo de construção de uma peça cerâmica se dá com a argila ainda úmida e é preciso que a peça seque antes de ir ao forno, para evitar que a mesma estoure durante a queima.

Fonte: Material didático elaborado.

Foram anexadas imagens da realização desta etapa para facilitar a orientação do professor.

Figura 22 - Etapas da oficina



Fonte: Material didático elaborado.

Após a confecção ocorre a fase da secagem da peça. Nesta etapa é descrito a importância e os cuidados necessários para uma secagem, que não pode ser feita de qualquer maneira. Sendo que uma secagem bem-feita evita rachaduras, deformações e mesmo a quebra da peça. A secagem não pode ocorrer de forma brusca, mas sim de maneira gradual e homogênea.

No quarto dia é apresentado o processo de queima, pelo qual a argila “se transforma” em cerâmica. É através da queima que a peça de argila adquire durabilidade e resistência, tornando possível o seu uso. No manual é descrita a queima feita utilizando-se um método alternativo, explorando as técnicas ancestrais e fugindo assim dos métodos industriais que possuem um custo mais alto. Nesta sequência ocorre a descrição de como fazer a montagem do forno, os materiais necessários e os cuidados durante a queima.

Figura 23 - Etapas da oficina

**MONTAGEM DO FORNO**

Para a queima, vamos construir um forno de baixo custo, apenas com tijolos sobrepostos.

➤ **Materiais necessários:**

- Cerca de 20 tijolos;
- Serragem;
- Gravetos pequenos;
- Chapa de alumínio;
- Álcool

Fonte: Material didático elaborado.

Para apoio didático desta etapa essencial da oficina, o manual traz dica de um vídeo de como montar um forno alternativo.

Figura 24 - Dica para montagem de forno alternativo



Como montar um forno alternativo para queima de peças cerâmicas

<https://www.youtube.com/watch?v=ygvkkN86hHA>

Fonte: Material didático elaborado.

Durante o 5º dia de oficina, é realizada a exposição dos objetos cerâmicos para toda a comunidade escolar. Neste momento, os educandos têm a oportunidade de expor oralmente as etapas que foram realizadas na oficina e os conhecimentos adquiridos, relacionando-os com a História e cultura indígena.

A sequência didática intitulada: “Avaliações”, apresenta uma visão fundamental de avaliação da aprendizagem.

Figura 25 - Avaliação

<p><b>AVALIAÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Conteúdos conceituais: será avaliado a compreensão da História e Cultura Indígena; a capacidade de explicar oralmente as etapas da oficina, através da apresentação dos objetos cerâmicos confeccionados;</li> <li>○ Conteúdos procedimentais: será avaliada a construção de um objeto cerâmico utilizando a técnica de modelagem do fazer cerâmico a fim de compreender a complexidade das manifestações artísticas e culturais dos indígenas;</li> <li>○ Conteúdos atitudinais: será avaliada a participação, a cooperação e o respeito à diversidade cultural e artística.</li> </ul>
--

Fonte: Material didático elaborado.

Nesta etapa é fundamental a avaliação sistemática, respeitando as ideias dos educandos desde o momento inicial o momento final da intervenção educativa, sendo possível um exercício de análise de mudança conceitual durante a exposição das peças e explanação oral do que o educando adquiriu de conhecimento.

Assim, mais que sugestões de uma estratégia e abordagem temática, a confecção deste manual visa ajudar a perceber a importância do ato de analisar, investigar, relacionar e criar, ou seja, perceber o processo de aprendizado, no qual os educandos desenvolvem habilidades para a compreensão da temática indígena. A fim de que contribuir para um enriquecimento cultural dos educandos, a oficina deve transcorrer com momentos de reflexão que perpassam por questionamentos da postura social de cada indivíduo, promovendo mudança nessa postura, valorização pessoal - de acordo com as potencialidades de cada um – debate, reflexões, e ações a serem executadas que culminam na melhoria dos resultados de todo aproveitamento escolar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves reflexões apresentadas nessa pesquisa me estimularam a buscar outros caminhos de exploração no Ensino de História.

É importante destacar que o Ensino desenvolvido em nossas escolas, sempre foi e, em alguns casos continua sendo um Ensino que ao invés de desmistificar, abrir e ampliar a visão dos seus educandos, manteve-se parado no século XIX, contribuindo para a disseminação de ideias genéricas, preconceituosas e defasadas sobre os povos indígenas.

Em 2008 foi promulgada a Lei nº 11.645, a qual determina a obrigatoriedade de se trabalhar a temática indígena na sala de aula. Todavia é necessário entendermos que as histórias dos povos indígenas não podem ser trabalhadas apenas por uma exigência de lei. O real estudo da temática indígena pelos pesquisadores e professores da Educação Básica é apenas o início de uma longa luta em que também estou inserida.

Verifica-se que a partir da promulgação da lei, a luta pela inclusão desses grupos ganhou um novo e importante aliado: a educação. A partir de então, a educação passou a ser a principal responsável pela reconstrução e pela transmissão de saberes, colocando a necessidade de se implementar, já na educação básica, o estudo de temas pertinentes à história e cultura dos povos indígenas.

A educação, no entanto, para poder realmente ser essa ferramenta de transformação, precisa implementar mudanças teóricas e políticas, tanto nos cursos de formação de professores, como nos currículos e nas práticas dos docentes.

As recentes reconstruções de conceitos de Ensino de História, dos Materiais Didáticos e do Patrimônio Cultural levaram à inclusão e reconhecimento da História e Cultura Indígena como essenciais para a construção de uma identidade nacional, viabilizando ainda mais a mudança na sala de aula. Isso permite a quebra de visões cristalizadas, preconceituosas e de exclusão sofridas pelos povos originários, as quais, infelizmente, se mantêm ainda hoje, em pleno século XXI.

Através desta pesquisa foi possível levantar dados que vem confirmar que o lugar hoje ocupado pelo Ensino de História na Educação Básica, foi marcado rigidamente por um ensino baseado em fatos, ideias e valores, os quais eram tidos como verdades absolutas, inquestionáveis, dificultando e até mesmo eliminando a possibilidade do educando desenvolver a criatividade e, principalmente, a criticidade.

Essa concepção não permitia o exercício da reflexão, da descoberta, da possibilidade de construir os saberes através de atividades práticas. Era necessário memorizar nomes, datas e fatos políticos centrados na história da Europa.

Apesar de nos últimos anos terem ocorrido muitas mudanças, os livros e materiais didáticos, como suportes curriculares acabavam reproduzindo as velhas e ideias, mantendo assim o status quo de uma história que exclui o povo indígena no presente, passando para o educando apenas a visão destes no passado.

Esta pesquisa aponta que, embora haja a inclusão da temática nos manuais em decorrência da obrigatoriedade determinada na lei, essa inclusão é feita de forma simplória e muitas vezes equivocada.

Assim, a construção de uma proposta pedagógica que viabilize a inclusão da História e Cultura Indígena nos currículos de História busca atender uma demanda dos professores da área de História, nascida também a partir da lei Nº 11.645/2008.

Ao sugerir práticas e formas de aplicação de uma Oficina de Cerâmica Indígena procurei oferecer subsídios para os professores desenvolverem, em suas práticas docentes, uma metodologia baseada em oficinas que permitam ao educando refletir sobre a história e cultura indígena centrando na produção de cerâmica. A execução de artefatos em argila é um aspecto presente na maioria das comunidades indígenas brasileiras e passa despercebida por boa parte de nós.

Esperava-se que a lei cumprisse o papel de mudança na visão sobre a História Indígena, mas na prática não foi o que ocorreu. De acordo com a pesquisa, ocorreram, sim, várias mudanças, mas ainda há muito a ser feito para a construção de uma mentalidade baseada no respeito à diversidade cultural.

Estudos retratados em trabalhos acadêmicos, principalmente sobre a inclusão da temática indígena nos livros didáticos de história, bem como a análise do preparo dos professores para lecionar o tema em sala de aula, apontam carências que não até o momento ainda não foram supridas.

Ao buscar um aprofundamento na questão da cerâmica, desde a sua origem até a produção cerâmica indígena na atualidade, o foco foi a reflexão sobre os saberes populares intrínsecos nessa prática, tanto a nível de Brasil, como do Rio Grande do Sul.

No manual, na etapa da prática, procurei dar destaque a cultura kaingang e a cultura guarani, uma vez que são os dois principais povos indígenas da região e, apesar do produto não ter sido aplicado na prática, em decorrência da pandemia, as possibilidades que esta prática abre são muitas, passando pela cultura indígena, pelo patrimônio e pela interdisciplinaridade.

Ao utilizar a Oficina de Cerâmica como preceito básico desta dissertação, dentro do contexto de Ensino da História e Cultura Indígena, desenvolvo a proposta de uma prática que também foi muito colonizada, onde o jeito facilmente reconhecido do saber-fazer indígena foi, no decorrer da história, tratado como artesanato. No momento em que o educando reconhece os saberes e técnicas utilizadas pelos povos indígenas, os conhecimentos e valores aplicados no fazer cerâmico, eles estão tendo contato com a diversidade cultural e construindo um conhecimento baseado no respeito à diversidade cultural existente.

A pesquisa sinaliza que ainda se faz necessário continuar a aperfeiçoar a produção de materiais didáticos que apresentem a riqueza da temática indígena, a fim de que tanto possa contribuir para a compreensão e implementação de políticas e saberes que atendam aos desafios do século XXI, como promova um ensino de história que gere a construção da consciência cidadã e pautada na diversidade.

Concluo acreditando que a luta contra o preconceito e a discriminação depende da elaboração de um conhecimento histórico que venha a desconstruir as imagens negativas e estereotipadas produzidas. Para que isso venha a ocorrer é necessário um esforço coletivo de todos os educadores, de todas as disciplinas, uma vez que estes podem redirecionar os olhares sobre os povos indígenas.

## REFERÊNCIAS

ABCERAM. **Cerâmica. Informações técnicas - definição e classificação da associação brasileira de cerâmica.** Disponível em: <http://abceram.org.br/definicao-e-classificacao/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

ALONSO, F. da S. **O desenvolvimento cerâmico na cultura guarani.** Revista Mundo Antigo – Ano II, V. 02, N° 01 – Junho – 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nica/wp-content/uploads/2021/08/o-desenvolvimento-cer%C3%A2mico-na-cultura-guarani.pdf>. Acesso em 17 jul. 2021.

ANPUN (2016). Disponível em <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3352-manifestacao-publica-da-anpuh-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>>. Acesso em 18 jun. 2021.

BARCA, I. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica.** Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. Disponível em [http://sefarditas.net.br/ava/aula\\_oficina/isabel\\_barca1.pdf](http://sefarditas.net.br/ava/aula_oficina/isabel_barca1.pdf)>. Acesso em 10 jun. 2021.

BITTENCOURT, C. F. **Ensino de História, fundamentos e métodos.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal.** Disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 21 mai. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRAZÃO, D. A. **A BNCC como um território de disputas de poder: As permanências e rupturas do pensamento eurocêntrico no componente curricular de História da Base Nacional Comum Curricular.** In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: UNB, 2017.

CAPUCCI, V. Z. **Fragmentos de cerâmica brasileira.** São Paulo: Ed. Nacional INL, 1987

CHMYZ, I. 1966. **Terminologia Arqueológica Brasileira Para a Cerâmica.** Paranaguá: Universidade Federal do Paraná, Museu de Arqueologia e Artes Populares.

COOPER, E. **Historia de la cerâmica.** Barcelona: Ediciones CEAC, 1999.

COSTA, G.; OLIVEIRA, L.; FIGUEIREDO, R. **A Cerâmica Tupiguarani.** Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/34429/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Giseli%20Santana%20da%20Costa.pdf>>. Acesso em: 10 jun.2021.

DALMOLIN, S. de F. dos S. **Cerâmica: arte e conhecimento prático e teórico para a educação básica**. 2018. 148 f.. Dissertação - Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.uninter.com/handle/1/331>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão internacional educação para o Século XXI**. In UNESCO. Brasília, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>.

DUTRA, E. **Da cerâmica arqueológica indígena à cerâmica artística contemporânea: uma questão de identidade cultural na formação e ação de professores**. 2005. 251 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2005. Disponível em <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7088>>. Acesso 7 jul. 2021.

FENOLLÓS, J. L. M. **Cerâmica, uma história com 9 mil anos**. 2020. Disponível em: <<https://nationalgeographic.pt/historia/actualidade/2098-ceramica-uma-historia-com-9-mil-anos><https://nationalgeographic.pt/historia/actualidade/2098-ceramica-uma-historia-com-9-mil-anos1>>. Acesso 7 jul.2021.

FONSECA, M. C. L. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3160394/mod\\_resource/content/1/Para%20a%20%20da%20pedra%20e%20cal%20por%20uma%20concep%C3%A7%C3%A3o%20ampla%20de%20patrim%C3%B4nio%20cultural.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3160394/mod_resource/content/1/Para%20a%20%20da%20pedra%20e%20cal%20por%20uma%20concep%C3%A7%C3%A3o%20ampla%20de%20patrim%C3%B4nio%20cultural.pdf)>. Acesso em 12 jul. 2021.

FREITAS, O. **Equipamentos e materiais didáticos**. - Brasília: UNB, 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equipamentos.pdf>> Acesso em 02 jun. 2021.

FUNARI, P.P.; PIÑÓN, A. **A temática indígena na escola: subsídios para professores**. Contexto. 2011.

GALLOIS. D. T (org.). **Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará**. São Paulo: Iepé, 2006.

GATTI JÚNIOR, D. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru, SP: EDUSC/Belo Horizonte, MG: EDUFU, 2004.

GARCEZ, L. R. N. **Cerâmica**. UNIASSELVI. Indaial, SC. 2011.

GERMINARI, G. D. **Educação Histórica: a constituição de um campo de pesquisa**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, p. 54-70, jun2011

GHOSH, P. Arqueólogos descobrem pedaço mais antigo de cerâmica na China. BBC Brasil. 2012. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629\\_china\\_ceramica\\_fn](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629_china_ceramica_fn)>. Acesso em: 7 jul.2021.



GIDALTE, L. X. **Diálogos entre a História Local e o Ensino Fundamental – 2º segmento: propostas de inserção curricular em Casimiro de Abreu/RJ**. São Gonçalo, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na escola: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

IPHAN. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1\\_Manual\\_de\\_Elaboracao\\_de\\_Projetos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf). Acesso em: 27 ago. 2021.

KREUTZ, M. R.; et. al. **A colonização Guarani nas Planícies do Taquari**, Rio Grande do Sul, Brasil. Tellus, ano 14, n. 27, p. 33-66, jul./dez. 2014 Campo Grande, MS. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

KOFFLER, M. **Narciso ceramista: paleteado**. Disponível em: <http://gilbertonarciso.blogspot.com/2011/10/mayy-kofflerpaleteadodigitando.html>. Acesso em: 03 ago. 2021.

LAROQUE, L. F. da S. SILVA, J. B. S. da. A história dos Kaingang da terra indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: sentidos de sua (re)territorialidade. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000300005>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

Lei 93.364 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível no site: <<http://www.portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 04 jun 2021.

LIMA, T. A. **Cerâmica Indígena Brasileira**. In: Suma Etnológica Brasileira. Edição atualizada do Handbook of South America Indians. Darcy Ribeiro (Editor). Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MACHADO, M. B. P. **Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.

MATHEUS, E. P. **A caracterização da indústria cerâmica e possíveis correlações culturais: O estudo do sítio arqueológico Nova Palmeira**. 2016, 185p. TCC (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, SP, 2016. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/155482>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MONTEIRO, A. M. **Ensino de história: entre memória e história**. 2007. Artigo disponível em: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2020

MONTEIRO, A. M. F. da C.; PENNA, F. de A. **Ensino de História: saberes em lugar de fronteira**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr., 2011. Disponível em: <[http://www.ufgrs.br/edu\\_realidade](http://www.ufgrs.br/edu_realidade)> Acesso em: 18 jun. 2021.

MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Tradição Tupiguarani**, 2013. Disponível em: <<http://museuantropologico.blogspot.com/2013/06/tradicao-tupiguarani.html>> Acesso em: 02 abr. 2021.

MUSEU ÍNDIA VANUÍRE. **Museu Histórico e Pedagógico**. Disponível em: <<https://museuindivanuire.org.br/acervo/colecoes/>> Acesso em: 15 jul. 2021.

MUPA. **Museu Paranaense**. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/>. Acesso em: 12. Jun. 2021.

NUÑEZ, R. **Técnicas: Maciço Ocado**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/lacad/macicoocado.htm>. Acesso em: 14 jun. 2021.

OLIVEIRA, F. de, e WENCESLAU, F. F. **Educação Patrimonial e a Pesquisa Arqueológica do Sítio “Casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS**. Disponível em <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/nep1.pdf>>. Acesso em 10 Jun. 2021.

PARELLADA, C. I. **Estética indígena Jê no Paraná: tradição e mudança no acervo do museu paranaense**. Disponível em <[https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/70525/Estetica\\_Indigena\\_Je\\_no\\_Parana\\_tradicao.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/70525/Estetica_Indigena_Je_no_Parana_tradicao.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PENIDO, E. **Oficina Cerâmica**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1999.

PEREIRA, N. M. RODRIGUES, M. C. M. **BNCC e o Passado Prático: Temporalidades e Produção de Identidades no Ensino de História**. AAPE, v. 26, n. 127. Disponível em <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/3494/2119>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PRIANTE, W. P. **A cerâmica dos Tapajó e o desejo de formas estudo de peças cerâmicas arqueológicas mirando potências criativas**. 2016, 282p. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP, 2016. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/140279>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

RIBEIRO, B. **A linguagem simbólica da cultura material**. In Suma Etnológica Brasileira 3 – Arte Índia. Vozes, Petrópolis, 1986.

RIBEIRO, R. R.; RIBEIRO JUNIOR, H. C.; VALÉRIO, M. E. **O “Legado” da Aprendizagem Histórica: Refazendo percursos de Leituras**. Disponível em: <<http://www.Dialnet-OLegadoDaAprendizagemHistorica-5843925.pdf>> Acesso em 16 jun. 2021.

RODRIGUES, R. A. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí**. 2007, 211p. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-12092007-141110/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ROTERMUND S. **O grafismo indígena, suas formas e cores relato de um trabalho pedagógico-terapêutico**. Associação Ita Wegman, Curitiba, 2016 disponível em: <http://pindorama.art.br/indigena/grafismo-suzane.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.

SCHMITT, D. V.; AVELLO, A. S. **Por uma história moldada na argila: O uso de oficina de cerâmica para conhecer diferentes culturas.** Revista Latino Americana de História, V. 2, n. 5. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/211/165>>. Acesso em 10 jul. 2021.

SCHIMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMITZ, P. I. **Pré-história do Rio Grande do Sul.** Instituto Anchieta de Pesquisas - UNISINO. São Leopoldo, RS, Brasil. 2006. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SILVA JUNIOR, A. F. **BNCC, componentes curriculares de história: perspectivas de superação do eurocentrismo.** Revista Científica, São Paulo, n. 41, p. 95-xx. Set/2016. Disponível em < <https://periodicos.uninove.br/eccos/issue/view/n41>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SILVA JUNIOR, A. G. **Educação Patrimonial, História Local e Ensino de História: uma proposta para o trabalho docente.** Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/4606/Educa%E7%E3o%20patrimonial,%20hist%F3ria%20local%20e%20ensino%20de%20hist%F3ria%20uma%20proposta%20para%20o%20trabalho%20docente.pdf;jsessionid=4BC473E3C430DA9E7F69C2B0115E4031?sequence=1>>. Acesso em 10 jul. 2021.

SILVEIRA, M. B. **Tecer o Barro: Uma Construção de Percursos e Conexões da Cerâmica em Hipermídia.** 2006. 70 p. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27131/tde-23072009-161200/publico/5062896.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SILVEIRA, N. R. **A temática indígena nos livros didáticos de história no interior de Goiás: Uma análise do prescrito.** 2016. 81 p. TCC (graduação em Pedagogia). Instituto Federal Goiano, Campos Morrinho, GO. 2016. Disponível em:<[https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1079/1/TC\\_PEDAGOGIA\\_NAYANE%20SILVEIRA.pdf](https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1079/1/TC_PEDAGOGIA_NAYANE%20SILVEIRA.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2021.

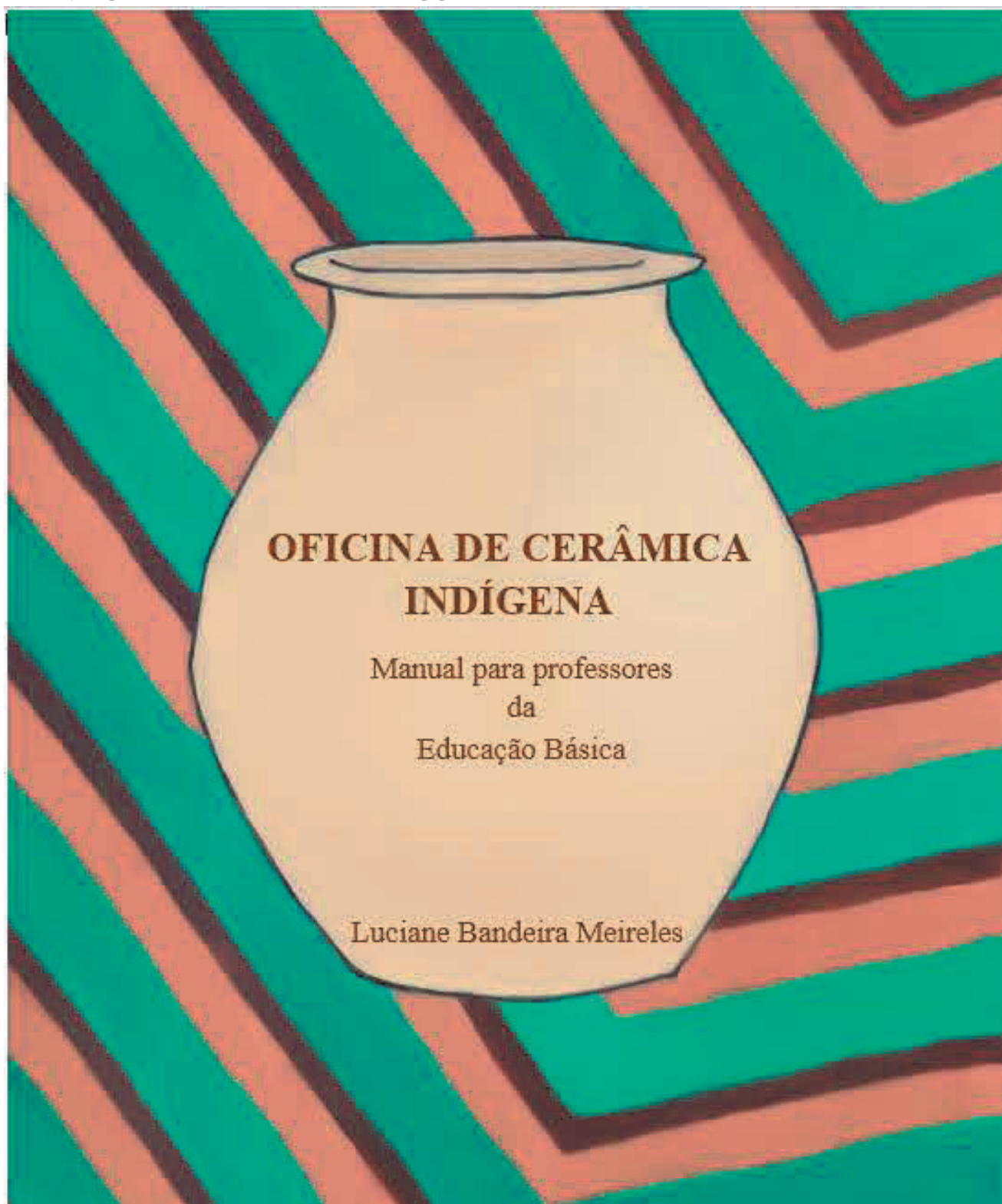
SOARES, A.L.R. e KLAMT, S. C. **Educação Patrimonial: Teoria e Prática.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

SQUIRIPA, A. **La cerámica minoica, bella creatividad.** Disponível em: <<http://sobregrecia.com/2009/04/16/la-ceramica-minoica-bella-creatividad/>>. Acesso em: 10 jul.2021.

VIDAL, L.; SILVA, A. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: Arte e cultura material. In A temática Indígena na Escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus, edited by L. D. Grupioni. MEC/MARIUnesco, Brasília, 1995.

VIEIRA, E.; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

## APÊNDICE A – MATERIAL DIDÁTICO



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



© Luciane Bandeira Meireles  
Todos os direitos reservados  
Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a autoria.

Santa Maria, outubro de 2021.

Capa  
Arte: Vanessa Meireles Barboza

“Há milênios, sob todas as suas formas – barro esmaltado ou não, faiança, porcelana – a cerâmica está presente em todos os lares, humildes ou aristocráticos. Tanto que os antigos egípcios diziam “meu pote” para dizer “meu bem”, e nós mesmos, quando falamos em reparar danos de qualquer espécie, ainda dizemos ‘pagar os vasos quebrados’ [payer les pots cussés]”

Claude Lévi-Strauss

## APRESENTAÇÃO

Aos professores que trabalham a História/Temática Indígena e que contribuem para a implementação da Lei 11.645/08.

Este produto educacional, é um material didático instrucional de apoio aos professores que trabalham a História/Temática Indígena e que contribuem para a implementação da Lei 11.645/08. É composto de uma descrição sobre o planejamento e desenvolvimento de uma Oficina de Cerâmica com temática indígena.

O Produto, é resultado de minha pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Mestrado Profissional ProfHistória/UFSM, vinculado à dissertação **OFICINA DE CERÂMICA: UM CAMINHO PARA POTENCIALIZAR O ENSINO DA HISTÓRIA E A CULTURA INDIGENA.**

Enquanto professora de História e gestora de uma escola afirmo que, principalmente para o Ensino Fundamental e Médio, a História indígena durante muito tempo tem sido apresentada como a de um grupo exótico, com pouca ou nenhuma expressão cultural na sociedade brasileira contemporânea. Atualmente, governos tentam cada vez mais criar mecanismos de dissolução de elementos culturais indígenas sob o pretexto de que esses grupos devem ser englobados pela sociedade do chamado “homem branco”.

É recorrente o questionamento sobre nosso trabalho em relação à temática indígena, justamente criticando o livro didático, a falta de informação e material e a própria deficiência no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. Entre os vários fatores limitantes, a maior deficiência é a falta de recursos didáticos diversificados com a temática indígena, que saia do senso comum e da visão repleta de estereótipos.

Quando a Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, tornou obrigatório o estudo da história e cultura dos povos indígenas, surgiu um novo desafio: como rever o silenciamento dado a esse tema, por tanto tempo? Essa lei acabou produzindo mudanças nas propostas de elaboração e apresentação dos conteúdos programáticos das escolas. A obrigatoriedade do ensino das temáticas propostas pela Lei implica a necessidade de abordagem na docência de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio.

Trabalhar com essa temática na sala de aula, implica em uma série de questões que vão muito além da lei em si, principalmente em relação aos docentes e as suas concepções de ensino, suas relações com o tema e até a formação inicial desses profissionais. Pois observa-se que a história e cultura indígena na escola, na maioria das vezes, ainda tem sido tratada somente na data ou na semana do dia do índio, 19 de abril, ou seja, um ensino muito restrito, por vezes,

preconceituoso e que avança muito timidamente, pois os livros didáticos brasileiros ainda carecem de conteúdos significativos para o longo do ano letivo.

Assim, toda a tentativa de desenvolver pesquisas e práticas educacionais que ampliam a visão e busca problematizar e movimentar reflexões constituídas a partir do estudo e do reconhecimento da produção cultural material e imaterial dos povos indígenas é de fundamental importância.

A finalidade desse material é oferecer suporte aos professores da Educação Básica no desenvolvimento de oficinas de cerâmica com proposta organizada para o componente curricular História com ênfase em temática indígena. O desenvolvimento das atividades se estrutura em promover uma aprendizagem significativa, com foco na importância dos trabalhos artesanais que estimulam a criatividade, e ainda desenvolvem a valorização e o respeito à diversidade cultural dos povos indígenas.

Assim, este material didático apresenta de forma breve informações e conceitos básicos que servem para embasar teoricamente, bem como o passo a passo para a realização prática da oficina. Com isto, espero oferecer caminhos possíveis, rotas repletas de possibilidades, interpretações que permitam uma visão mais abrangente e necessária para o exercício de reconhecer o protagonismo dos povos indígenas na construção do nosso passado e de nossa realidade atual.

Luciane Bandeira Meireles, Professora de História da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul, Mestre em Ensino de História, Programa de Pós-graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional - ProfHistória/UFSM.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Marta Rosa Borin.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>86</b>
1.1 SUGESTÕES DE PLANOS DE AULA .....	88
• QUEM SÃO OS ÍNDIOS NO BRASIL? A CIDADANIA INDÍGENA NO SÉCULO XXI .....	88
• SER INDÍGENA E SER DOUTOR: DO ESTEREÓTIPO AO PRECONCEITO .....	88
• A PLURALIDADE DE POVOS INDÍGENAS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO .....	89
• QUE ÍNDIO É ESSE? .....	89
• ..... PROGRESSO VERSUS RESISTÊNCIA: A LUTA DOS INDÍGENAS KARIRI PELO DIREITO À TERRA .....	89
• KENÊS: MARCAS DA CULTURA IMATERIAL DOS POVOS INDÍGENAS .....	89
• COMPREENDENDO A REALIDADE: INDÍGENAS, QUEM SÃO E ONDE ESTÃO? .....	90
<b>2. A ORIGEM DA CERÂMICA .....</b>	<b>90</b>
<b>3. A ORIGEM DA CERÂMICA NO BRASIL .....</b>	<b>91</b>
<b>4. A CERÂMICA INDÍGENA BRASILEIRA .....</b>	<b>93</b>
<b>5. A CERÂMICA INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>94</b>
5.1 CERÂMICA KAINGANG .....	95
5.2 CERÂMICA GUARANI.....	96
<b>6. A TRADIÇÃO CERÂMICA INDÍGENA NA ATUALIDADE .....</b>	<b>99</b>
<b>CONHECIMENTOS BÁSICOS DE CERÂMICA .....</b>	<b>101</b>
• CERÂMICA .....	102
• ARGILA .....	102
• MASSA CERÂMICA .....	102
• PLASTICIDADE E RETRAÇÃO NA ARGILA (MASSA CERÂMICA) .....	103
• PONTOS DA ARGILA .....	103
• QUEIMA.....	104
• TIPOS DE FORNOS .....	105
• TEMPERATURA .....	105
• TÉCNICAS BÁSICAS DE MODELAGEM .....	106
• DECORAÇÃO .....	107
• ESMALTES .....	108
<b>OFICINA DE CERÂMICA INDÍGENA .....</b>	<b>110</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>111</b>
<b>MATERIAIS NECESSÁRIOS .....</b>	<b>112</b>
<b>ETAPAS .....</b>	<b>113</b>
1º DIA .....	113
2º DIA .....	115
MÃOS NA ARGILA .....	116
4º DIA .....	120
QUEIMA .....	120
MONTAGEM DO FORNO .....	120
5º DIA .....	121
EXPOSIÇÃO .....	121
AVALIAÇÃO: .....	121

## 1. INTRODUÇÃO

Em todo o território brasileiro, existem marcas da presença indígena, sejam lugares, com suas denominações de diversas origens, sejam sítios arqueológicos ou ainda monumentos históricos que se referem a uma contínua ocupação do espaço por populações que foram invisibilizadas.

Apesar de existirem várias teorias a respeito de quando os primeiros seres humanos chegaram às terras que hoje formam o Brasil, não há de fato um consenso a respeito. O que se sabe, graças às evidências arqueológicas, é que há mais de 12 mil anos os seres humanos já ocupavam essas terras.

Esses grupos de humanos eram nômades, vivendo em um deslocamento constante sempre em busca de alimentos. Justamente por serem nômades, eles não praticavam a agricultura, sendo predominantemente caçadores e coletores.

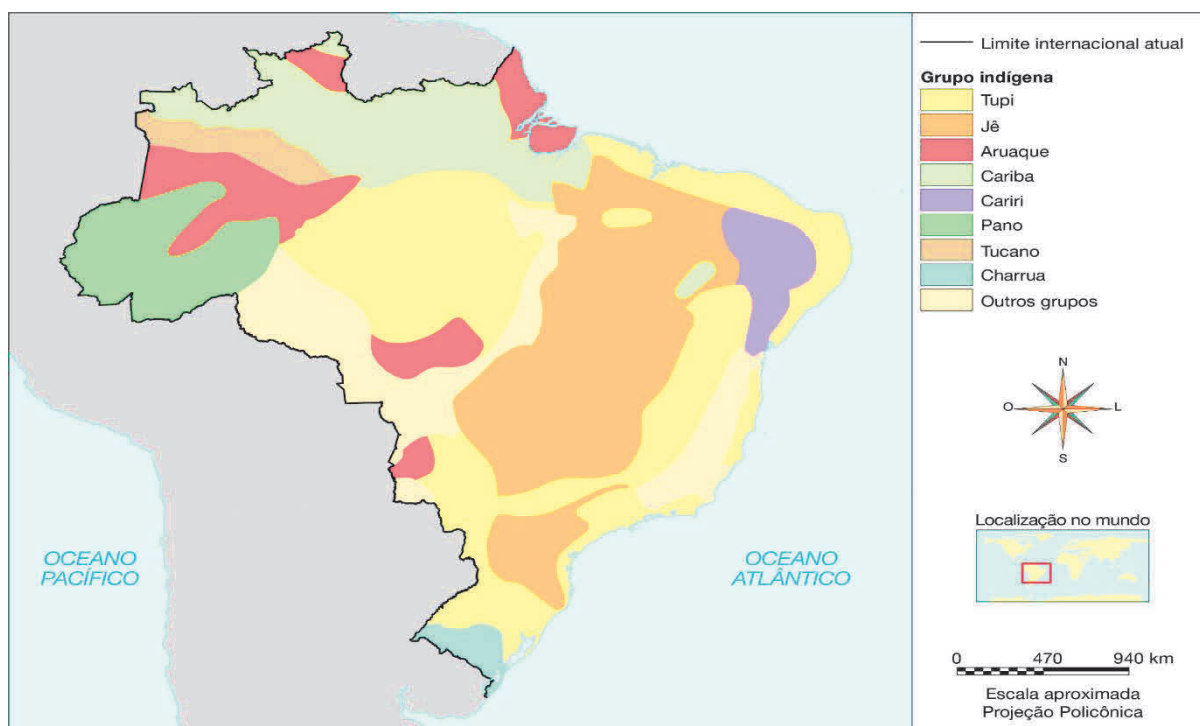
Alguns desses grupos começaram a praticar a agricultura por volta de 6.000 anos atrás, tornando-se, pouco a pouco, seminômades. No ano 1000 a.C., o território brasileiro já estava ocupado por diferentes povos. Por volta do ano de 1500, quando os portugueses chegaram ao litoral brasileiro, havia cerca de três milhões de habitantes em todo o território.

Ao se estudar os povos indígenas, normalmente estes estudos são organizados pelas diferenças e/ou semelhanças entre as línguas faladas por esses grupos. Considerando o fato de que várias sociedades indígenas se situam em região de fronteira e que circulam pelos países limítrofes ao Brasil- onde vivem parentes e outros grupos com os quais se relacionam, foram estabelecidas divisões denominadas troncos linguísticos; cada tronco é subdividido em famílias linguísticas, e cada família pode ser formada por uma ou mais línguas. Desta forma, a primeira classificação dos povos indígenas nativos do Brasil estabeleceu quatro grupos, ou nações, considerando, justamente, os idiomas falados: os tupis-guaranis, os jês ou tapuias, os aruaques ou maipurés e os caraíbas ou caribes.

Todavia, a língua, apesar de ser definida como a principal forma distinguir uma sociedade de outra, não era a única diferença entre os vários grupos que habitavam o Brasil. Havia entre eles também grandes diferenças em relação aos costumes e valores, bem como com a organização das aldeias.

Assim, permanece a ideia, como recurso didático, de distribuir as sociedades indígenas em áreas, chamando atenção para suas características específicas e, ao mesmo tempo, assinalando a sua diversidade cultural. A classificação linguística é importante na medida em que existe um fundo cultural comum às sociedades que falam línguas relacionadas.

No mapa abaixo temos uma representação de como esses povos estariam divididos no território brasileiro, nas primeiras décadas do século XVI.



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Atlas Histórico Escolar. Rio de Janeiro: Fename, 1977. p.10.

No ano de 2010, conforme apontado pelo censo do IBGE, haviam 1.856 localidades indígenas, localizadas e identificadas no Brasil. Já na estimativa de 2019, o IBGE levantou a existência de 7.103 localidades indígenas, das quais 63,4% estão na região Norte, 17% na região Nordeste, 10% na região Centro-Oeste, 5,3% na região Sudeste e 4,3% na região Sul. Essas localidades distribuem-se por 827 municípios, sendo que apenas 632 são terras oficialmente delimitadas.

Ainda conforme dados do mesmo censo, viviam no Brasil cerca de 896.917 indígenas, divididos em 305 etnias, as quais falam pelo menos 274 línguas.

Esses povos, vítimas do preconceito e violência desde a chegada dos europeus, seguem resistindo e lutando para preservar a sua cultura.

Para saber mais:



<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato?start=1#>

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>

## 1.1 SUGESTÕES DE PLANOS DE AULA

Em 2016, os professores do Departamento de História da Unicamp e professores convidados de outras universidades organizaram um Curso de Formação Continuada “História dos índios em sala de aula”. A proposta foi elaborada especialmente para os professores orientadores de equipes da Olimpíada e aberto a outros professores que tivessem interesse.

O curso foi um projeto criado de forma paralela às provas da 7ª Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB). O objetivo é oferecer materiais que possam enriquecer o debate e o trabalho dos professores em sala de aula. Apesar do curso ser voltado a professores de história e/ou áreas afins, outros interessados de outras áreas de ensino ou não, podem participar.

No final do curso os participantes entregaram uma atividade que consistia em um Plano de Aula Comentado com base nos conteúdos e discussões do decorrer do curso.

Na sequência a relação dos planos que foram classificados com Nota 10. As notas finais foram baseadas nas notas parciais produzidas durante o curso: questões, fóruns e planos de aula.

- **QUEM SÃO OS ÍNDIOS NO BRASIL? A CIDADANIA INDÍGENA NO SÉCULO XXI**

A história indígena no Ensino Médio é comumente associada aos estudos sobre a colonização portuguesa e há pouco enfoque sobre a diversidade cultural e as trajetórias dos povos indígenas até o presente. Voltadas a alunos do 3º ano do Ensino Médio, as atividades almejam abordar as diferentes tribos e refletir sobre as culturas indígenas no século XXI.

Plano de aula construído por Fabio Lucas da Cruz (Sorocaba / SP).



[https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos\\_de\\_aula/plano/103](https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos_de_aula/plano/103)

- **SER INDÍGENA E SER DOUTOR: DO ESTEREÓTIPO AO PRECONCEITO**

A proposta é pensar o indígena e seus costumes, no contexto da diversidade do povo brasileiro. A experiência dos indígenas é marcada pelo contato com outros povos desde o período colonial, por isso, depois de cinco séculos não continuariam exatamente da mesma forma. Através do diálogo com Edson Kayapó, turmas do Ensino Médio refletirão sobre a visão da sociedade brasileira sobre o indígena hoje.

Plano de aula construído por Ivaneide Almeida da Silva (Porto Seguro / BA).



[https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos\\_de\\_aula/plano/169](https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos_de_aula/plano/169)

- **A PLURALIDADE DE POVOS INDÍGENAS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO**

O Plano de Aula proposto consiste em um conjunto de atividades realizadas em sala de aula que estimulam a discussão e a análise crítica dos estereótipos construídos acerca das populações indígenas no Brasil, propondo, desta forma, a construção de conhecimento sobre a diversidade cultural dos povos indígenas brasileiros e a reflexão de sua presença na realidade atual do país.

Plano de aula construído por Laura Stocco Felicio (São Bernardo do Campo / SP).



[https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos\\_de\\_aula/plano/114](https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos_de_aula/plano/114)

- **QUE ÍNDIO É ESSE?**

Inicialmente os alunos farão um desenho sobre como eles percebem o índio. Depois assistirão ao vídeo "Índios no Brasil.1.Quem são eles?" e discutirão o tema. Em seguida o professor irá projetar imagens dos mapas com os povos indígenas do Brasil e de Minas Gerais. Então os alunos farão uma pesquisa sobre os povos indígenas em Minas Gerais e finalizarão com uma redação. Aula destinada ao 7º ano.

Plano de aula construído por Larissa Carvalho Sandes (Betim / MG)



[https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos\\_de\\_aula/plano/157](https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos_de_aula/plano/157)

- **PROGRESSO VERSUS RESISTÊNCIA: A LUTA DOS INDÍGENAS KARIRI PELO DIREITO À TERRA.**

Aula para o 1º ano do Ensino Médio. Aborda a ocupação de terras indígenas na atualidade, enfatizando os efeitos do projeto Cinturão das Águas do Ceará, na comunidade indígena de Poço Dantas. Dividida em 120 minutos: exposição por parte do professor utilizando o livro didático, análise da letra de uma música, socialização de textos lidos em casa pelos alunos e orientações para o trabalho de casa.

Plano de aula construído por Antonia Valdenia de Araújo (Crato / CE).



[https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos\\_de\\_aula/plano/136](https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos_de_aula/plano/136)

- **KENÊS: MARCAS DA CULTURA IMATERIAL DOS POVOS INDÍGENAS**

A partir da interação entre estudantes do 2º ano de Ensino Médio do IFAC e indígenas de dois povos da região, a finalidade da aula é apresentar distintas visões de mundo, mesmo entre indígenas, expressas artisticamente em kenês -traços que representam trajetórias

cosmológicas próprias. Os estudantes também terão a oportunidade de questionar seu próprio universo simbólico.

Plano de aula construído por Blenda Cunha Moura (Cruzeiro do Sul / AC).



[https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos\\_de\\_aula/plano/105](https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos_de_aula/plano/105)

- **COMPREENDENDO A REALIDADE: INDÍGENAS, QUEM SÃO E ONDE ESTÃO?**

Aula destinada aos alunos do 2º Ano do Ensino Médio, tendo como objetivo saber quem são e onde estão os indígenas para compreender a realidade. A qual será desenvolvida por meio de atividades variadas em 6 etapas. Sendo 5, realizada em sala de aula -120 min, e, a última em grupo por meio de pesquisa extraclasse. Os resultados pesquisados e/ou elaborados serão apresentados em outra aula de 120 min.

Plano de aula construído por Divina Pereira Primo (Alexânia / GO).



[https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos\\_de\\_aula/plano/161](https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/3-curso/planos_de_aula/plano/161)



Leia no QR Code ao lado e confira os 50 Melhores Planos de Aula, do 3º Curso de Formação, da 7ª Olimpíada Nacional em História do Brasil ONHB (2016), cujo tema foi: “História do Índio na Sala de Aula”.

## 2. A ORIGEM DA CERÂMICA

A história da cerâmica é muito antiga, acompanhando a história das civilizações desde a descoberta do fogo. Peças de argila cozida foram encontradas em diversos sítios arqueológicos, uma vez que a argila queimada era utilizada em praticamente todas as sociedades, tanto na criação de objetos decorativos e utilitários até aqueles que eram utilizados em rituais.

Seria dessa forma a cerâmica a mais antiga das indústrias? Podemos afirmar que sim, visto que a cerâmica surge no momento em que o homem começou a utilizar o barro endurecido pelo fogo. Esse processo de endurecimento, obtido provavelmente ao acaso, multiplicou-se, evoluiu e continua evoluindo até os dias de hoje. Os artefatos de cerâmica permitiram ao homem

substituir as vasilhas que até então eram feitas de pedra trabalhada, de madeira e até mesmo de cascas de frutos.

As primeiras cerâmicas de que se tem conhecimento datam da pré-história (período da história que antecede a invenção da escrita, desde o começo dos tempos históricos registrados até aproximadamente em 3 500 a. C). Já a cerâmica para a construção e a cerâmica artística com características industriais só surgiram na Antiguidade em grandes centros comerciais, (desde a invenção da escrita - de 4 000 a.C. a 3 500 a.C.- até à queda do Império Romano do Ocidente - 476 d.C.).



<https://nationalgeographic.pt/historia/actualidade/2098-ceramica-uma-historia-com-9-mil-anos>

### 3. A ORIGEM DA CERÂMICA NO BRASIL

No Brasil, a cerâmica tem seus primórdios na Ilha de Marajó. A cerâmica marajoara aponta à avançada cultura indígena que floresceu na ilha, com peças datadas entre os anos 400-1400 d.C.

A cerâmica marajoara, assim denominada por ter origem na Ilha de Marajó, na foz do Rio Amazonas, é a mais conhecida no exterior, sendo considerada a primeira arte de cerâmica brasileira. Ela era altamente elaborada e de uma especialização artesanal que compreendia técnicas como raspagem, incisão, excisão e pintura. A modelagem é tipicamente antropomorfa, embora haja exemplares de cobras e lagartos em relevo.



Urna com motivo decorativo inciso sobre engobo branco, com retoques de pintura vermelha

Fonte: AMORIN, L. B. de. **Cerâmica Marajoara: A comunicação do Silêncio** 2010. Disponível em: <<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/imprensa/downloads/catalogo-ceramica-marajoara.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2021

De outros objetos de cerâmica, destacam-se bancos, estatuetas, rodela-de-fuso, tangas, colheres, adornos auriculares e labiais, apitos e vasos miniatura. Mesmo desconhecendo o torno e operando com instrumentos rudimentares, os indígenas criaram uma cerâmica de valor, que dá a impressão de superação dos estágios primitivos da Idade da Pedra e do Bronze.

Atualmente a cerâmica marajoara segue sendo pintada de vermelho ou preto sobre um fundo claro.



Arte Marajoara nos dias de hoje

Fonte: ARTEPHETU. **Arte Marajoara**. 2017. Disponível em: <<http://artephatu.blogspot.com/2017/04/arte-marajoara.html>>. Acesso em: 05 set. 2021.



Leia o QR Code ao lado e confira a cerâmica marajoara exposta no Museu Nacional.

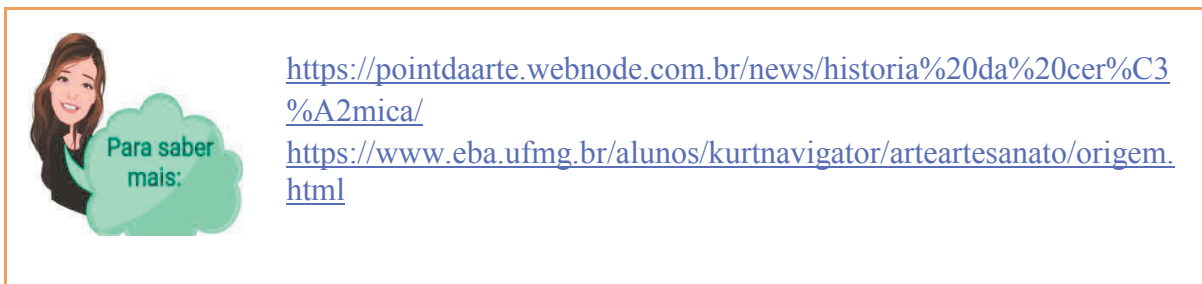
Pode-se assim afirmar que a tradição ceramista do Brasil não chegou com os portugueses ou na bagagem cultural dos escravos, como alguns acreditam.

Quando Cabral aportou no território brasileiro, os colonizadores portugueses, apesar de instalarem as primeiras olarias para a produção de tijolos e telhas, nada de novo trouxeram, apenas estruturaram e concentraram a mão de obra.

O que os colonizadores fizeram foi, com a introdução do torno e das rodadeiras, modificar o processo até então feito pelos indígenas. A partir de então, com essa técnica, as



peças fabricadas passaram a ter uma maior simetria na forma, um acabamento mais aprimorado e despendiam um menor tempo de trabalho.



#### 4. A CERÂMICA INDÍGENA BRASILEIRA

O Brasil é um país de dimensões continentais, o que contribui para a grande diversidade de culturas indígenas existentes, mas ao mesmo tempo torna a tarefa de trabalhar sobre todas elas quase impossível.

Alguns grupos indígenas, como os Tapajós, os indígenas da tradição Guarani e os indígenas da Ilha de Marajó criavam suas próprias peças cerâmicas. Havia recipientes para armazenar água, para o preparo de bebidas e alimentos, para a produção de farinha e para rituais.

A produção de peças cerâmicas possui uma importância muito significativa, pois além de representarem nas peças sua cultura, essa produção demonstra ainda que os povos indígenas necessitavam armazenar alimentos, fato esse que está relacionado com o desenvolvimento da agricultura.

Conforme Ribeiro (1989), as cerâmicas produzidas por esses grupos, além de serem fundamentais para o desenvolvimento cultural destes, possuem valores e simbologia a elas incorporadas.

Essa simbologia, quando associada às técnicas e padrões estéticos de cada cultura, conseguem diferenciar os grupos entre si. Sobre isso, Vidal e Silva (1995) esclarecem que:

Assim também, como formas expressivas da cultura de um povo e elementos de sistemas de comunicação, o sistema de objetos e as artes são produtos de uma história: remetem-se às tradições identificadas pelos grupos como suas marcas distintas, específicas de sua identidade; falam dos modos de viver e de pensar compartilhados no momento da confecção do produto material ou artístico ou da vivência da dramaturgia dos rituais, indicando uma situação no presente; em suas inovações, no esmero de sua produção e no uso que dela faz, indicam as relações entre o indivíduo e o patrimônio cultural do grupo a que pertence e apontam para canais de comunicação com o exterior e para projetos de futuro (VIDAL e SILVA, 1995, p. 371).

Justamente por essa grande variedade de culturas espalhadas por esse território a oficina aborda aquilo que é, de certa forma, comum a todas elas, trabalhando mais especificamente a cultura guarani.

Essa ênfase na cultura guarani se dá pelo fato destes serem um dos principais grupos indígenas do Brasil, de norte a sul. São uma fonte inesgotável de pesquisa para as ciências sociais e humanas, pois vários de seus símbolos (materiais e imateriais) acabaram sendo incorporados por outras culturas e pela sociedade atual, seja pelo contato direto ou pela tradição passada de geração a geração.

<https://gustavoassisceramicas.com.br/as-ceramicas-indigenas-brasileiras-parte-i/>

<https://gustavoassisceramicas.com.br/as-ceramicas-indigenas-brasileiras-parte-ii/>



Leia o QR code ao lado e confira um artigo sobre a Cerâmica Indígena na região norte do Brasil.

## 5. A CERÂMICA INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL

A cerâmica indígena no Rio Grande do Sul, é representada pelos Kaingang e Guarani.

Conforme LAROQUE E SILVA (2012), os indígenas Kaingang viviam em uma grande área no sul do Brasil, a qual se estendia desde a região Sudeste até o extremo sul do e formava "O Grande Território Kaingang". Essa área era delimitada pelo rio Tietê, no Sudeste, abrangendo os Estados de Paraná e Santa Catarina, se estendendo até os rios Jacuí e Ibicuí no Rio Grande do Sul. A oeste, avançava para a província argentina de Misiones.

Uma das características dos povos Kaingang era a de construírem suas habitações abaixo do nível do solo, algo necessário para sobreviverem ao frio e se protegerem de outros povos. No Rio Grande do Sul, existem atualmente cinco Terras Indígenas Kaingang.

Com relação ao povo Guarani, KREUTZ et al (2014) destacam que este é um dos principais grupos indígenas do Brasil. Sua chegada ao território que hoje é o Rio Grande do Sul

data de 906 a.C., conforme datação da cerâmica e outros fragmentos localizados na região do rio Taquari. Acredita-se que eles vieram da região Amazônica, através dos rios e, justamente por isso, tenham ocupado as terras próximas a estes, onde praticavam a agricultura e a pesca. Tinham a característica de ser um povo guerreiro. Confeccionavam artefatos de pedra, construía m habitações, extraindo do ambiente as matérias-primas necessárias. Fabricavam panelas, tigelas, jarros, pratos e urnas.

### 5.1 CERÂMICA KAINGANG

Para a produção de cerâmica, os Kaingang utilizavam uma técnica denominada de taquara. Essa técnica consiste em uma produção de três etapas.

Na primeira etapa era efetuada a confecção de roletes, os quais eram sobrepostos, um a um, desde a base da peça até o final da parede da peça.

Na segunda etapa era feito o alisamento da parede da peça, através do emprego de objetos retirados da natureza (pedras lisas, seixos, pedaços de madeira). Feito isso, a peça era deixada para secar por sete dias, na sombra.

Passado esse período, na terceira etapa, era então feito um novo alisamento na peça e somente depois disso a peça era levada ao fogo para queimar. era feita uma fogueira com palha de milho verde, onde a peça era colocada. O resultado desta queima era uma cerâmica escurecida e lisa.



Vasilha em formato de cuiá era usada para servir alimentos.

Fonte: MUSEU ÍNDIA VANUÍRE. **Museu Histórico e Pedagógico.** Disponível em: <<https://museuindivanuire.org.br/acervo/colecoes/>> Acesso em: 15 jul. 2021.

Os Kaingang produziam basicamente panelas, tigelas, jarras e peças decorativas, apresentando características singulares como a estrutura aberta, simples e com boca de forma circular. Outro ponto que chama a atenção é a técnica de escurecimento da peça, através da qual realizava-se a aplicação de fuligem, o que acabava gerando manchas escuras que se espalhavam por toda a peça, de maneira irregular.

A partir da técnica de pigmentação as manchas vão se formando aleatoriamente na superfície da cerâmica. O processo segue as escolhas realizadas pela artesã a partir da manipulação do utensílio ainda incandescente em contato com materiais orgânicos que se aquecem com facilidade e resultam numa combustão incompleta. Nessa dinâmica, a peça vai absorvendo os pigmentos da combustão incompleta e, de acordo com o movimento realizado pela oleira que utiliza uma grande pinça, as manchas pretas vão se constituindo na superfície da cerâmica produzindo as mais variadas formas. (RODRIGUES, 2007, p. 139 – 140).



Apresenta decoração simples, com pigmentos de fuligem de fibra vegetal na coloração preta que se espalha pelo corpo da peça.

Fonte: MUSEU ÍNDIA VANUÍRE. **Museu Histórico e Pedagógico**. Disponível em: <<https://museuindiavanuire.org.br/acervo/colecoes/>> Acesso em: 15 jul. 2021.

## 5.2 CERÂMICA GUARANI

A principal característica da cerâmica Guarani se deve ao uso de argila misturada com pó de argila queimada e triturada - chamote. A adição de chamote a argila serve para dar uma maior resistência à peça, bem como dar textura, diminuir a retração durante a secagem e a queima, e reduzir o aparecimento de trincas.

Já a confecção das peças era feita através da técnica acordelada, ou seja, produziam-se cordões de argila, os quais eram sobrepostos, a partir de uma base cônica, por meio de pressão dos polegares, sempre em sentido perpendicular à borda possibilitando assim a moldagem dos mais variados formatos. Vale ressaltar que os cordões de argila raramente ficavam expostos

sem que a superfície houvesse recebido tratamento, tanto a interna como a externa. Esse tratamento podia ser apenas a utilização da unha ou da impressão digital, mas também podia ser um tratamento corrugado, escovado ou pintado.



Borda de vasilha cerâmica corrugada

Fonte: MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Tradição Tupiguarani**, 2013. Disponível em: <<http://museuantropologico.blogspot.com/2013/06/tradicao-tupiguarani.html>> Acesso em: 02 abr. 2021.



Cerâmica Guarani

Fonte: MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Tradição Tupiguarani**, 2013. Disponível em: <<http://museuantropologico.blogspot.com/2013/06/tradicao-tupiguarani.html>> Acesso em: 02 abr. 2021.

Com relação a pintura, a cerâmica Guarani se destaca por usar várias cores e pintar a peça tanto por dentro quanto por fora. Normalmente eram aplicadas linhas ou faixas em vermelho ou castanho, sobre um fundo branco ou bege, muitas vezes acompanhadas por linhas pontilhadas e desenhos geométricos (paralelas, zigue zagues).



Fonte: MUSEU ÍNDIA VANUÍRE. **Museu Histórico e Pedagógico**. Disponível em: <<https://museuindiavanuire.org.br/acervo/colecoes/>> Acesso em: 15 jul. 2021.

A peça passava ainda por uma etapa denominada brunido, onde era realizada, nas superfícies lisas, a fricção de uma pedra (pedra ou outro material liso) para dar um efeito de polido. Após a peça era queimada, em uma queima com redução de oxigênio, produzindo dessa forma uma peça com uma coloração mais escura.

Outra característica da cerâmica Guarani era a produção de peças dos mais variados tamanhos, partindo de peças com 10cm de diâmetro até peças com um metro de diâmetro, as quais tinham os mais diversos usos, como armazenar bebidas, transporte de água e urnas funerárias.



Foto Stephen Shennan/Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul

Fonte: LAROQUE, L. F. da S. SILVA, J. B. S. da. **A história dos Kaingang da terra indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: sentidos de sua (re)territorialidade**. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000300005>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

Vale ressaltar que as peças encontradas inteiras foram, quase em sua totalidade, encontradas em sepultamentos, as quais eram utilizadas como urnas funerárias.



Leia o QR Code ao lado e confira a cerâmica tupi-guarani exposta no Museu Nacional.



Acesse o link abaixo para visualizar um vídeo sobre Cerâmica Guarani, produzido pelo LASCA - Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas, do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria

[https://www.youtube.com/watch?v=B\\_jN86elo0A](https://www.youtube.com/watch?v=B_jN86elo0A)

## 6. A TRADIÇÃO CERÂMICA INDÍGENA NA ATUALIDADE

Atualmente, conforme dados da FUNAI, existem no Brasil cerca de 250 sociedades indígenas registradas, cada qual com seus costumes, sua crença, sua cultura e sua arte.

No que se refere a arte, mais especificamente a arte ceramista, verifica-se que atualmente esta encontra-se ausente na maioria das comunidades. Essa perda, esse desaprendizado da arte cerâmica se deve basicamente a opressão e a política de extermínio imposta ao povo indígena, bem como ao fato de que, ano após ano, estes eram expulsos de suas terras, sendo relegados cada vez mais a áreas pequenas, próximas às florestas e sem acesso aos rios e ao barro, elementos essenciais para a prática da cerâmica.

Esta situação acabou por limitar, ou mesmo acabar com a produção cerâmica dos povos indígenas, fazendo com que esses passassem a confeccionar outros tipos de artesanato.

Todavia, em alguns povos a tradição da cerâmica conseguiu sobreviver até os dias de hoje, e agora, graças a projetos de recuperação desta memória, está sendo passada para outras sociedades, uma vez que a cerâmica fazia parte da cultura material dos povos indígenas e carrega uma enorme carga de significados, reforçando assim a tradição e a identidade de cada povo.

Nas sociedades que conseguiram manter a arte da cerâmica viva, bem como naquelas em que a cerâmica está renascendo, verifica-se que a técnica de produção ainda é a mesma

utilizada pelos seus antepassados: o acordelado. Nos estudos arqueológicos do grupo indígena Guarani, especificamente, essa também é a mais encontrada nos estudos arqueológicos. (BROCHADO, 1980, p. 48)

O processo se inicia com a coleta do barro, geralmente no período das secas, sendo este retirado das margens ou dos leitos de rios ou córregos. Após é feita a retirada das impurezas (pedras, gravetos, folhas) e o barro então é amassado (com as mãos ou em um pilão) a fim de virar uma massa uniforme e após é deixada para descansar por vários dias. Passado o período de descanso do barro, é feita a adição de palha, areia ou qualquer outro mineral para dar ligar e tornar o barro algo fácil para ser moldado. Agora que o barro está pronto para ser moldado, eles confeccionam painéis, vasos, vasilhas, urnas funerárias, peças decorativas e cachimbos, utilizando as mãos ou outras ferramentas como pedras, gravetos, cipós, penas e sementes.



Leia o QR code ao lado e confira a produção de cerâmica nas comunidades indígenas brasileiras.

Para saber mais:



Mulheres guarani e kaingang recuperam o costume ancestral de produção cerâmica.

[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/especiais/reportagem\\_cultural/2021/03/781904-mulheres-guarani-e-kaingang-recuperam-costume-ancestral-da-producao-ceramica.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/reportagem_cultural/2021/03/781904-mulheres-guarani-e-kaingang-recuperam-costume-ancestral-da-producao-ceramica.html)


<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/cultura-povos-guarani-mbya-e-kaingang-retomam-arte-da-ceramic>



**CONHECIMENTOS BÁSICOS  
DE CERÂMICA**

- **CERÂMICA**


A cerâmica é a arte de produzir objetos utilitários e artísticos modelando argila. É essencial que as peças modeladas em argila passem por um tratamento térmico, a queima, para que esse material se transforme em cerâmica e ganhe dureza e resistência.



<https://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/8/ceramica.htm>

- **ARGILA**

É um sedimento formado por partículas de dimensões muito pequenas que se formaram naturalmente, ao longo de milhões de anos, em decorrência da ação das intempéries (vento, chuvas, temperaturas e agentes químicos) sendo encontrada próximo a rios e lagos. Quando a argila se apresenta hidratada, ela forma uma pasta um pouco mais plástica e que pode ser moldada. Quando não hidratada, apresenta-se de forma quebradiça. É utilizada para a produção de massas cerâmicas. Apresenta-se em diversas cores: branca, cinza, amarelada, avermelhada, cor de café, esverdeada.



<http://www.cprm.gov.br/publique/CPRM-Divulga/Canal-Escola/Minerais-Argilosos-1255.html>

- **MASSA CERÂMICA**

São produzidas pela mistura de argilas e outros minerais que darão características específicas para cada tipo de massa. Esses minerais atuam no aumento ou redução da plasticidade, na temperatura da queima e na porosidade da peça. As massas cerâmicas conhecidas são: massa refratária, terracota, porcelana e paperclay.

## ● PLASTICIDADE E RETRAÇÃO NA ARGILA (MASSA CERÂMICA)

Plasticidade é a capacidade que a argila tem de se deformar, sem se romper ou quebrar, e de se manter uniforme.

É a plasticidade que faz com que a argila seja maleável, possibilitando assim que uma bolinha de argila possa se transformar em uma panela ou um prato, por exemplo.

A plasticidade está diretamente ligada à quantidade de água e ao tamanho das partículas de argila. Dessa forma, a argila será mais plástica à medida que houver mais água e as partículas de argila forem menores.

A retração, como o próprio nome já diz, é o quanto a peça encolhe após a evaporação da água. Essa evaporação ocorre em duas fases: a primeira, de forma natural, após a peça ficar pronta em temperatura ambiente. Já a segunda ocorre durante a queima (quando a peça perde a água química).

A plasticidade e a retração são proporcionais, ou seja, quanto maior for a plasticidade, maior será a retração. Da mesma forma, quanto mais água tiver na peça, maior será o encolhimento desta, uma vez após a evaporação da água o espaço por ela ocupado será perdido.

Por causa dessa “perda” de água, que é maior nas primeiras horas, é maior também o risco de que ocorram trincas e rachaduras.

Uma forma de evitar as trincas e as rachaduras é evitar adicionar mais água do que o necessário e proporcionar à peça uma secagem mais lenta e uniforme, em um ambiente sem sol e sem vento.

## ● PONTOS DA ARGILA

Os pontos da argila, ou da massa cerâmica, são os pontos que se encontra o produto. Estes pontos são divididos em três:

- **Ponto de Modelagem:** quando a argila está ainda úmida e maleável, sendo possível dar forma à peça;
- **Ponto de Couro:** a argila já se encontra mais rígida, não sendo mais possível alterar o formato da peça e quando tocada, não suja os dedos. Nesta fase deve-se manusear a peça com cuidado. Sua textura é semelhante ao sabão e é nesse ponto que é feito o acabamento;
- **Ponto de Osso:** a argila já está totalmente rígida, tendo perdido toda a umidade possível. Esse é o momento em que a peça deve ir para a primeira queima (queima de biscoito). Nesse ponto fica muito frágil e pode quebrar facilmente.



Fonte: Artesanato em cerâmica: crie peças únicas para decorar e usar. **Blog Eduk**, 2021. Disponível em: <https://blog.eduk.com.br/post/artesanato-em-ceramica-crie-pecas-unicas-para-decorar-e-usar/>. Acesso em: 02 abr 2021.

Atente que antes da queima, a peça ainda não é uma cerâmica e se for colocado água na argila em ponto de couro ou de osso, ela voltará para o ponto de modelagem.

### • QUEIMA

A transformação da argila em cerâmica somente é possível através da queima da argila. Durante a queima ocorrem várias transformações na argila, conforme a temperatura a qual ela é submetida.

A queima de uma peça é realizada duas vezes. A primeira queima (chamada de queima de biscoito) é onde ocorre o processo de transformação química do barro seco e frágil para a cerâmica, todavia essa cerâmica resultante continua sendo um material poroso, além de não ter atingido sua cor final. Já na segunda queima (chamada de queima de esmalte), a peça ganha uma camada vítrea na parte esmaltada.

A queima tem como finalidade:

- Transformar as características físicas da argila, dando durabilidade, resistência e impermeabilidade à peça;
- Ampliar as possibilidades de cores e texturas de acordo com os diversos tipos de massas, de fornos e de queimas utilizadas;
- Fixar e incorporar os revestimentos cerâmicos (esmaltes, engobe) utilizados na decoração da peça.



Dica de Cerâmica - Por que queimar suas peças?

<https://www.youtube.com/watch?v=lyNiHQNUZiE>

## ● TIPOS DE FORNOS

Para queimarmos a argila e a transformarmos em cerâmica, podemos fazer como os indígenas faziam, escavando um buraco no chão, colocando as peças nele e cobrindo com terra e pedras, utilizando folhas secas e lenha como combustível. Outra opção é a utilização de um forno especialmente desenvolvido para esta finalidade.

Optando-se por um forno, há uma grande variedade de tipos e modelos, sendo que cada forno apresenta suas próprias características e apresenta seu próprio resultado final.

- **Forno a lenha:** por ser um forno a lenha, as peças nele queimadas são expostas a uma variação de temperatura dentro do próprio forno, além de estarem sujeitas a ação da fumaça e das cinzas, o que acaba por gerar efeitos sutis na peça;
- **Forno a gás:** por ser um forno a gás, a variação de temperatura dentro do forno é mínima, possibilitando desta forma um maior controle da queima, esta é considerada uma queima limpa.
- **Forno elétrico:** o forno elétrico é o mais simples e fácil de utilizar, possibilitando um controle total da queima e, praticamente, nenhuma variação de temperatura em seu interior.

## ● TEMPERATURA

A temperatura durante a queima da argila tem um papel fundamental, pois é graças a ela que ocorrem as transformações que fazem com que a argila vire cerâmica, tornando-a permanentemente dura.

É importante salientar que a elevação da temperatura deve ocorrer de forma gradual, cerca de 100°C por hora, pois caso a temperatura aumente em uma taxa maior que essa, poderá ocorrer a explosão da peça.

Entre as transformações pelas quais a argila passa, as principais são:

- 100°C: evaporação da água;
- 100°C a 200°C: começa a queima de materiais orgânicos;
- 350°C: ocorre a eliminação da água química;


- 573°C: ocorre a inversão da sílica, que é uma mudança na estrutura cristalina acompanhada por um aumento de volume;
- 600°C: carbono, enxofres e outros elementos continuam a queimar.

## ● TÉCNICAS BÁSICAS DE MODELAGEM

A modelagem da argila pode ser feita de forma manual ou com uso do torno.


A modelagem manual é a técnica mais simples e mais antiga de modelar a argila. Nesta técnica a argila é modelada através da pressão da mão, criando assim as formas. Abordaremos aqui três técnicas: acordelado, pinch pot (beliscão) e placas.

- **Acordelado:** consiste em fazer rolinhos de argila que são sobrepostos a partir de de uma base;




<https://www.youtube.com/watch?v=9faXQQW7IKE>

- **Pinch pot:** também chamado de beliscão, essa técnica consiste em trabalhar com uma bola de argila menor que a palma da mão. Com o polegar faz-se um buraco no centro e com a pressão dos dedos (beliscos) vai se formando a peça;



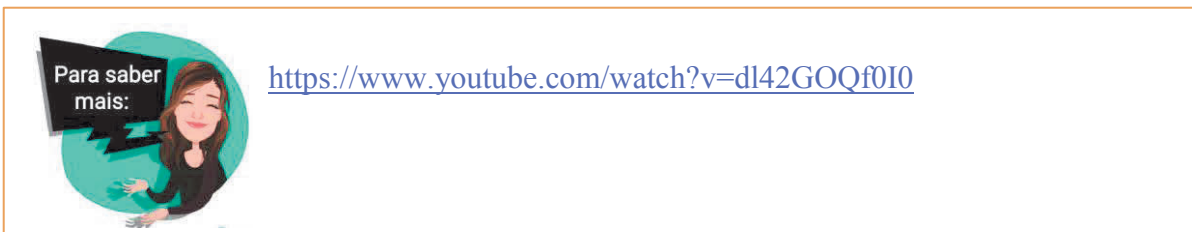
<https://www.youtube.com/watch?v=Bgb7jEnjpt4>

- **Placas:** nesta técnica primeiro se faz uma placa de argila, ou seja, espalha-se uma quantidade de argila em uma superfície plana, compactando com as mãos. Após compactada, utiliza-se um rolo, como os de abrir massa, e régua de madeira para deixar a placa na espessura desejada.



<https://www.youtube.com/watch?v=FW2KCaDg6Bc&t=428s>

A modelagem com o uso do torno é uma técnica que se utiliza de um torno, o qual pode ser manual ou elétrico. Nesta técnica se coloca uma porção de argila no centro do disco do torno. O disco começa a girar e, com as mãos, o ceramista vai dando forma à peça. É uma técnica que requer muita prática e habilidade.



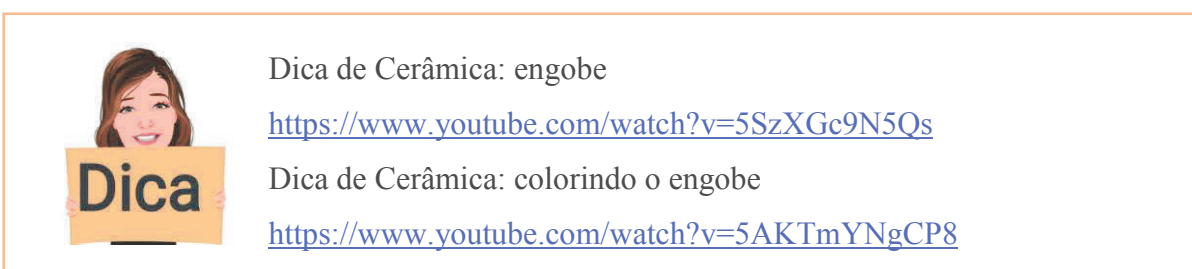
## • DECORAÇÃO

A decoração de uma peça de cerâmica pode ser realizada tanto antes como depois da queima. Antes da queima a decoração é feita por meio de texturas aplicadas a argila; após a queima a decoração é feita pela esmaltação.

- **Textura:** nada mais é do que acrescentar informação tátil à peça. A textura pode ser feita com os mais diversos materiais (carimbos, folhas, rendas, escovas), desde que esses apresentem algum tipo de textura. Pode ser utilizado também ferramentas pontiagudas, as quais são utilizadas para fazer desenhos.



- **Engobe:** é uma mistura de argila com água, formando um composto que apresenta uma consistência cremosa. Ele é aplicado sobre a argila sem queima e ainda úmida (ponto de couro), pois dessa forma, durante a secagem e a queima, ambos (engobe e peça) irão encolher juntos. É uma das maneiras mais fáceis de decorar e colorir a peça, integrando-se a essa após a queima. Existem várias técnicas de aplicação do engobe, destacando-se:



- **Máscaras:** máscara, ou reserva, é uma técnica na qual se cobre a peça com um papel, um plástico, ou qualquer outro isolante, protegendo assim as partes que não devem receber a aplicação do engobe. Após secar, retira-se a máscara e queima a peça;



Dica de Cerâmica: Máscara de jornal para engobe

<https://www.youtube.com/watch?v=vCvmlzIU-74>

- **Esgrafito:** é uma técnica através da qual, com o auxílio de uma ferramenta de ponta fina, se retira o engobe que foi aplicado na peça, criando desenhos e outros padrões. As linhas e os desenhos deixam a mostra a cor original da peça. Esta é uma técnica versátil e que pode ser utilizada em qualquer peça;



Dica de Cerâmica: Esgrafito

<https://www.youtube.com/watch?v=86zYCGu7fSU>

- **Stencil:** a técnica do stencil é o inverso da técnica da máscara. Nessa técnica se isola a área em torno da figura que se quer colorir.



Dica de Cerâmica - Stencil

<https://www.youtube.com/watch?v=y2d0ZMeW3XA>

## ● ESMALTES

O esmalte, ou vidrado, é um revestimento aplicado a objetos de cerâmica para dar cor, formando uma superfície dura e impermeável (não porosa). São produzidos com pó de vidro (daí o nome de vidrado), junto com óxidos coloridos (cobalto, cromo, manganês) em suspensão em água.

O esmalte pode ser aplicado com o uso de pincel, por imersão ou pulverização, como veremos na sequência.

Após a aplicação e secagem do esmalte, a peça é lavada ao forno, pois é através da queima que ocorre a fixação do mesmo à peça. É durante a queima que o vidro amolece e escorre por toda a peça.



É muito importante lembrar que, após a esmaltação, a parte da peça que entrará em contato com o forno deve ser limpa, removendo qualquer resquício do esmalte, pois caso contrário a mesma irá grudar no forno.

- **Imersão:** na técnica a peça é mergulhada por 15 segundos em um recipiente cheio de esmalte, normalmente com o auxílio de uma pinça. É uma técnica de aplicação simples e rápida, porém que demanda um grande volume de esmalte.



Dica de Cerâmica: Esmaltação por imersão

<https://www.youtube.com/watch?v=h9AAnGh3FxU&t=1s>

- **Pulverização:** a pulverização é realizada com o auxílio de um compressor de ar acoplado a uma pistola de pintura. Nesta técnica pulveriza-se a peça girando-a lentamente, para que o esmalte fique uniforme. É uma técnica muito útil para peças grandes e/ou de formatos diferentes, uma vez que o esmalte não escorre e nem deixa marcas ao ser aplicado.



Dica de Cerâmica: Esmaltação por pulverização

[https://www.youtube.com/watch?v=vrU\\_xxgrUxM](https://www.youtube.com/watch?v=vrU_xxgrUxM)

- **Pincel:** esta é a técnica mais simples e mais utilizada. Nela o esmalte é aplicado com o auxílio de um pincel. É necessário destacar que esmaltar uma peça não é a mesma coisa que pintar, por isso não devem ser feitos movimentos de pintura, mas sim, deve-se depositar o esmalte sobre a peça. É uma técnica que não necessita de muito esmalte, sendo a ideal para uma decoração mais detalhada, todavia o cuidado na aplicação do esmalte deve ser maior, pois a peça pode ficar com as marcas das pinceladas.



Dica de Cerâmica: esmaltação com pincel

<https://www.youtube.com/watch?v=noRTACkn0g4>

# OFICINA DE CERÂMICA INDÍGENA

**“A habilidade das mãos e a ocupação com o artesanato preparam no homem a vontade de se dedicar ao seu intelecto. Aquele que desenvolve habilidades nas mãos também desenvolve ideias e pensamentos flexíveis.”**

**(Rudolf Steiner)**

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para a realização da Oficina se faz necessário que o **Objeto do Conhecimento: Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais**, já tenha sido desenvolvido em sala de aula.

É recomendada a abordagem dos seguintes tópicos:

- Processo de ocupação do território;
- A visualização da distribuição territorial dos povos indígenas antes da chegada dos europeus e na atualidade;
- A divisão em grupos, de acordo com o fator linguístico, tem o objetivo de facilitar os estudos e que não deve levar a uma homogeneização das culturas;
- A generalização do termo “índio” para designar os habitantes da América Pré-colombiana e o erro histórico de se dar continuidade ao uso do termo;
- As maneiras de viver e de pensar desses grupos;
- Características comuns no que diz respeito à relação com a natureza, às atividades produtivas, aos confrontos entre eles e às manifestações do espírito;
- Enfoque que esses elementos variam de acordo com fatores regionais e culturais;
- Debata a visão eurocêntrica nos registros e fontes utilizadas pelos historiadores;
- Conceitos e elementos da cultura material e imaterial indígena.

## MATERIAIS NECESSÁRIOS

- 250g argila;
- 1 pote plástico (250 ml);
- 1 palito de churrasco;
- Pedacos de madeira, pedras, folhas e flores;
- 1 pedaço de tecido 0,70m x 0,70m;
- 1 sacola plástica;
- Jornal (2 folhas).

Necessário destacar que o material acima deve ser solicitado para cada aluno que for participar da oficina.



Sugestões de onde comprar Massas Cerâmicas:

- <https://www.casadoceramista.com.br/loja/home;>
- [https://www.facebook.com/lojatelierselmoramos/;](https://www.facebook.com/lojatelierselmoramos/)
- [https://www.artebrasilmateriais.com.br/index.php?route=common/home.](https://www.artebrasilmateriais.com.br/index.php?route=common/home)

## ETAPAS

### 1º DIA

➤ **Recursos didáticos:**

- Sala com mesas e cadeiras;
- Datashow;
- Laboratório de Informática.

➤ **Aula expositiva:**

- Trabalhar a origem da cerâmica e a história da cerâmica indígena brasileira;
- Apresentar imagens de diferentes tipos de cerâmica encontradas no Brasil e no mundo, destacando as semelhanças e diferenças apresentadas entre elas.



Grafismo e Arte indígena

<https://blog.modacad.com.br/grafismo-identidade-cultural-indigena/>

<https://www.youtube.com/watch?v=zdwWJjqZhE8>

➤ **Atividade**

- Pesquisa sobre o grafismo indígena;



**Atividade Interdisciplinar História, Matemática e Artes:**

Trabalhe conceitos: apresente modelos de grafismo indígena e proponha, com base neles, a discussão de conceitos matemáticos.

Aplice os conceitos: Proponha a construção de faixas reproduzindo padrões e criando desenhos utilizando símbolos de padrão gráfico indígena.

### Encaminhamentos Metodológicos:

Discussões conduzidas: uma discussão conduzida é o exercício de debate a partir de questões direcionadas pelo mediador da oficina. Os questionamentos devem levar os alunos a refletirem sobre a realidade em questão, comparando ou associando com os conhecimentos científicos apresentados.

- Sugestões: É importante estimular a curiosidade e o interesse do aluno com perguntas que desafiam a pensar. Isso pode ser feito durante o momento em que são trabalhados os conceitos, a origem da cerâmica e a história da cerâmica indígena brasileira. Questione:
  - ✓ Como eles conseguiram produzir a cerâmica?
  - ✓ Para que era usado?
  - ✓ De que maneira?
  - ✓ Existem semelhanças entre as cerâmicas apresentadas?
  - ✓ Dentro de um conceito estético, existe a “mais bela”?
  - ✓ Quais cerâmicas são expostas nos grandes museus do mundo?
  - ✓ De que material são os objetos decorativos ou utilitários da casa de cada um?
  - ✓ Alguém tem objetos parecidos com os expostos na aula?
- Desenvolva, de acordo com a série dos alunos, noções sobre:
  - ✓ A cerâmica ser uma prática colonizada;
  - ✓ A visão de que o belo é de acordo com padrões europeus.
- Deixe um espaço para cada aluno fazer um breve relato do que pensa sobre o saber-fazer indígena.

## 2º DIA

### ➤ Apresentação dos materiais:

- Argila e suas propriedades;
- Diferença entre argila e massa cerâmica.



### Atividade Interdisciplinar História e Ciências:

Proponha uma aula para trabalhar solo, abordando composição e tipos de solo no Brasil.

### Encaminhamentos Metodológicos:

Discussões conduzidas.

- Sugestões para a apresentação do material: procure trazer amostras de materiais e faça com que os alunos os manuseiem. É importante questionar o aluno com perguntas que despertem a curiosidade:
  - ✓ Existe um solo ideal para a cerâmica?
  - ✓ De que é constituído o solo?
- Leve o aluno para observar o solo da região e formular as respostas.

### 3º DIA

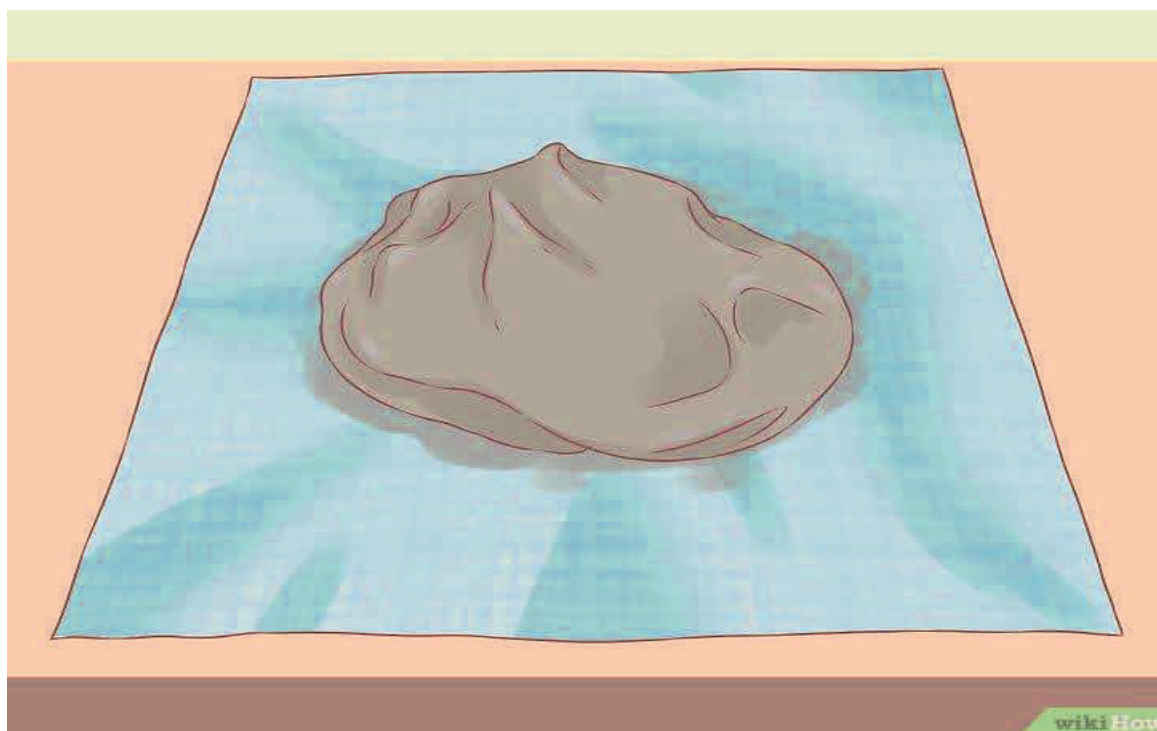
- Modelagem de travessas usando a técnica do acordelado (técnica comum à quase totalidade das comunidades indígenas);
- Uso de técnicas decorativas;
- Secagem e preparação das peças para queima;

### MÃOS NA ARGILA

O processo de construção de uma peça cerâmica se dá com a argila ainda úmida e é preciso que a peça seque antes de ir ao forno, para evitar que a mesma estoure durante a queima.

#### Primeiro Passo: sovar a argila

Coloque a argila sobre uma superfície lisa



Fonte: <https://pt.wikihow.com/Modelar-Argila#/Imagem:Mold-Clay-Step-1-Version-2.jpg>



Amasse muito bem



Fonte: <https://pt.wikihow.com/Modelar-Argila#/Imagem:Mold-Clay-Step-7-Version-2.jpg>

É necessário eliminar todas as bolhas de ar que possam estar presentes na massa, evitando assim que a peça exploda durante a queima. Este processo serve também para a argila ficar uniforme, deixando a mesma maleável e, com isso, mais fácil de ser modelada.



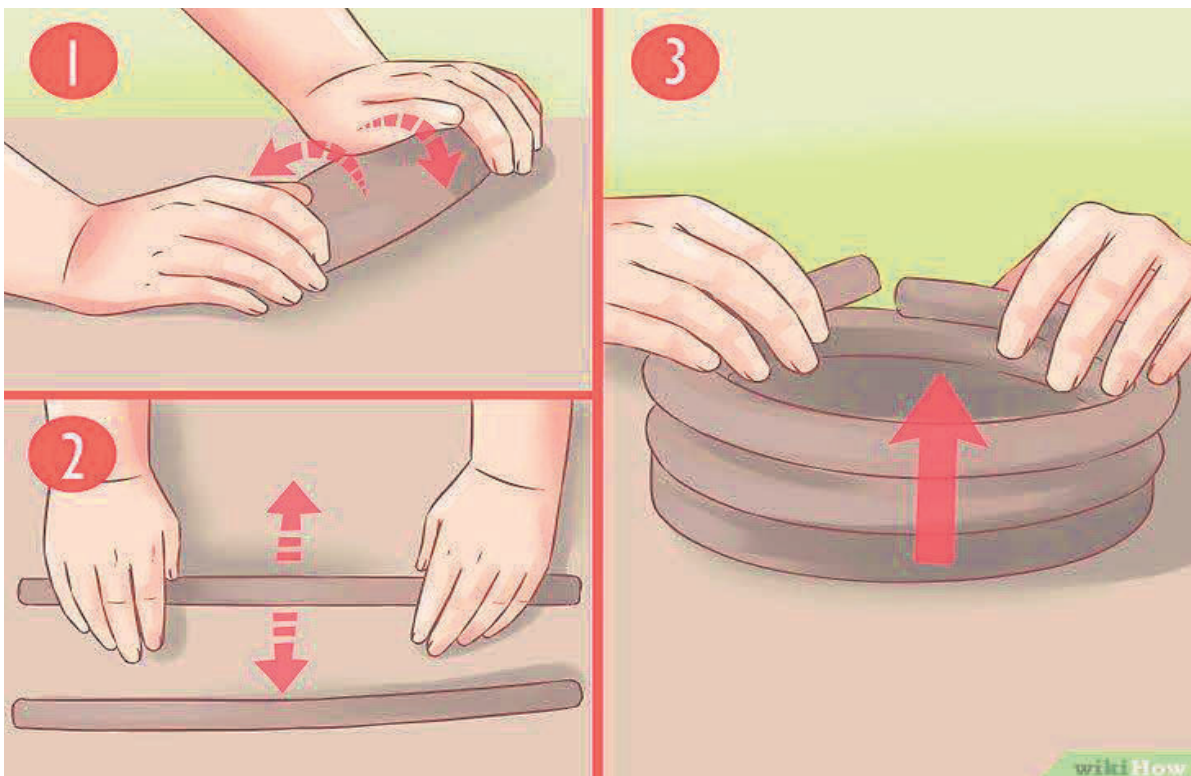
<https://www.youtube.com/watch?v=2thG0zexQ8A>

### Segundo Passo: modelar a peça

Para modelar a peça será utilizada a Técnica do Rolo ou Acordelado. Com esta técnica pode-se confeccionar qualquer objeto, de qualquer tamanho.

- Preparar a placa que servirá de base para a peça, alisando bem os dois lados;
- Fazer rolinhos, cuidando para que todos tenham a mesma espessura;
- Colocar, a partir da base, um rolinho em cima do outro, tomando cuidado para que não fiquem bolhas de ar entre eles. Uma maneira de se evitar as bolhas é fazer ranhuras na parte onde os rolinhos se juntam e depois umedecer com água, ou utilizar uma pasta de argila, garantindo assim uma junção perfeita e sem bolhas.

- Prosseguir desta forma até chegar na altura desejada. A medida que a peça for subindo, a cada três ou quatro rolos, trabalhe alisando a parte interior da peça. Essa etapa dará a forma desejada a peça que está sendo modelada;
- Dar o acabamento:
  - Deixar os rolinhos a vista;
  - Alisar a parte de fora;
  - Fazer impressões na argila utilizando elementos da natureza, como flores ou folha.



Fonte: <https://www.wikihow.com/images/thumb/9/9f/Mold-Clay-Step-3-Version-2.jpg/v4-728px-Mold-Clay-Step-3-Version-2.jpg>

Para saber mais:



Para facilitar a compreensão e a execução da técnica de acordelado, acesso o vídeo abaixo

Dica de Cerâmica: Acordelado

<https://www.youtube.com/watch?v=uCKF5CvGmXc&t=140s>

### **Terceiro Passo: secagem**

O processo de secagem é uma etapa muito importante na cerâmica. Todavia a secagem não pode ser feita de qualquer maneira. Uma secagem bem-feita evita rachaduras, deformações e mesmo a quebra da peça.

A secagem não pode ocorrer de forma brusca, mas sim de maneira gradual e homogênea. Há que se atentar que a secagem de uma peça de argila acontece de fora para dentro, ou seja, a água das extremidades da peça evapora antes que a das partes internas. Por isso, quanto mais homogênea for a secagem, melhor.

Para secar uma peça, o correto é colocá-la em uma prateleira e deixar que o ar faça o serviço, porém deve-se cuidar com a humidade e o calor do ambiente, pois em ambientes muito úmidos a secagem demora mais, enquanto em ambientes muito quentes a secagem será acelerada, demandando assim um maior cuidado para que esta ocorra de maneira homogênea.

Outro ponto a ser considerado é a prateleira onde a peça é colocada, uma vez que como é o ar que retira a umidade e faz a secagem, a parte de peça que fica em contato com a prateleira irá secar mais lentamente, pois não há circulação de ar entre ela e a prateleira. Uma solução para isso é forrar a prateleira com jornal, pois este absorve a umidade, ou virar a peça para que todas as partes fiquem em contato com o ar.

Deve-se levar em consideração que a secagem nada mais é do que a perda de água e, essa perda acaba causando uma redução (encolhimento) da peça, a qual varia conforme a argila utilizada.

A etapa da secagem é a mais demorada, a sugestão é aguardar no mínimo duas semanas para que a peça esteja adequadamente seca.

## 4º DIA

### QUEIMA

A queima é o processo pelo qual a argila “se transforma” em cerâmica. É através da queima que a peça de argila adquire durabilidade e resistência, tornando possível o seu uso.

Na oficina a queima será feita utilizando-se um método alternativo, explorando as técnicas ancestrais e fugindo assim dos métodos industriais que possuem um custo mais alto.

### MONTAGEM DO FORNO

Para a queima, vamos construir um forno de baixo custo, apenas com tijolos sobrepostos.

- Materiais necessários:
  - Cerca de 20 tijolos;
  - Serragem;
  - Gravetos pequenos;
  - Chapa de alumínio;
  - Álcool

É essencial que na montagem do forno sejam deixados espaços entre os tijolos, pois são esses espaços que permitem a entrada de oxigênio durante a queima.

Primeiro selecione quais peças serão queimadas, lembrando que as mesmas devem estar completamente secas.

Inicie a montagem colocando no fundo do forno os gravetos e os cubra com serragem (é necessário colocar serragem até cobrir todos os gravetos).

Na sequência coloque algumas peças e as cubra com serragem, repetindo essa operação até encher o forno. Lembre-se que as peças maiores devem ser colocadas de forma horizontal ao forno.

Após encher o forno, coloque uma camada de gravetos e cubra com serragem. Coloque um pouco de álcool e com o auxílio de um papel - CUIDADO.

Quando começar a queimar, colocar a tampa de para reduzir a velocidade da queima e, colocar um tijolo em cima para mantê-la presa. Irá queimar por algumas horas. Se quiser pode ir adicionando serragem durante a queima.

O forno poderá ser aberto 24 horas após terminada a queima, pois aí já estará frio.



Como montar um forno alternativo para queima de peças cerâmicas

<https://www.youtube.com/watch?v=ygvkkN86hHA>

## 5º DIA

### EXPOSIÇÃO

Organizar um espaço onde os alunos, em grupos ou duplas, irão expor para a comunidade escolar os seus objetos e socializar:

- ✓ Os materiais utilizados;
- ✓ As etapas para a confecção das peças;
- ✓ Os processos de decoração, secagem e queima das peças;
- ✓ Os conhecimentos adquiridos na oficina.

### AVALIAÇÃO:

- Conteúdos conceituais: será avaliado a compreensão da História e Cultura Indígena; a capacidade de explicar oralmente as etapas da oficina, através da apresentação dos objetos cerâmicos confeccionados;
- Conteúdos procedimentais: será avaliada a construção de um objeto cerâmico utilizando a técnica de modelagem do fazer cerâmico a fim de compreender a complexidade das manifestações artísticas e culturais dos indígenas;
- Conteúdos atitudinais: será avaliada a participação, a cooperação e o respeito à diversidade cultural e artística.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMEIDA, F. O. de. **A arqueologia dos fermentados: a etílica história dos Tupi-Guarani**. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/pt3bsKHrDSqSszYKsJ4P6Zq/?lang=pt>>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- AMORIN, L. B. de. **Cerâmica Marajoara: A comunicação do Silêncio**. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. Disponível em: <<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/imprensa/downloads/catalogo-ceramica-marajoara.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- ANDRADE, J.A.de; SILVA, T. A. A. da (org.). **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas**. Recife: Edições Rascunhos, 2017. <[https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7214\\_5423.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7214_5423.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- ARTEPHETU. **Arte Marajoara**. 2017. Disponível em: <<http://artephatu.blogspot.com/2017/04/arte-marajoara.html>>. Acesso em: 05 set. 2021.
- BROCHADO, P. J. **A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul**. Clio – Série Arqueológica, UFPE, número 3, 1980.
- Associação Brasileira de Cerâmica. **Informações técnicas - definição e classificação da associação brasileira de cerâmica**. Disponível em: <<http://abceram.org.br/definicao-e-classificacao/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- COOPER, E. **Historia de la cerâmica**. Barcelona: Ediciones CEAC, 1999.
- COSTA, G.; OLIVEIRA, L. e FIGUEIREDO, R. **A Cerâmica Tupiguarani**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/34429/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Giseli%20Santana%20da%20Costa.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2021
- DALMOLIN, S. de F. dos S. **Cerâmica: arte e conhecimento prático e teórico para a educação básica**. 2018. 148 f.. Dissertação - Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.uninter.com/handle/1/331>>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão internacional educação para o Século XXI**. In UNESCO. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Cultura: Povos Guarani Mbyá e Kaingang retomam arte da cerâmica**. Disponível em <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/cultura-povos-guarani-mbya-e-kaingang-retomam-arte-da-ceramic>>. Publicado em 22/03/2021. Acesso em: 21 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas Nacional Digital do Brasil Caderno Temático 2016: Populações Indígenas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível: <[https://www.ibge.gov.br/apps/atlas\\_nacional/](https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/)> Acesso em: 02 ago. 2021.

KIYOMURA, L. Na arte indígena, as formas do barro contam histórias. 2017. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/na-arte-indigena-as-formas-do-barro-contam-historias/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

KREUTZ, M. R.; SANTOS, P. D.; MACHADO, N. G.; LAROQUE, L. F. da S. SILVA. **A colonização Guarani nas Planícies do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil**. Tellus, ano 14, n. 27, p. 33-66, jul./dez. 2014 Campo Grande, MS. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

KOFFLER, M. **Narciso ceramista: paleteado**. Disponível em: <<http://gilbertonarciso.blogspot.com/2011/10/mayy-kofflerpaleteadodigitando.html>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

LAROQUE, L. F. da S. SILVA, J. B. S. da. **A história dos Kaingang da terra indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: sentidos de sua (re)territorialidade**. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000300005>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

LIMA, T. A. **Cerâmica Indígena Brasileira**. In: **Suma Etnológica Brasileira**. Edição atualizada do Handbook of South America Indians. Darcy Ribeiro (Editor). Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MASSOLA, D. **Cerâmica: uma história feita à mão**. São Paulo: Ática, 1994.

MONTEIRO, A.; MENDES, J. R. **A etnomatemática no encontro entre práticas e saberes: convergências, tensões e negociação de sentidos**. Revista Latinoamericana de Etnomatemática, v. 73, n. 3, p. 55-70, 2014. Disponível em: <<http://www.revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/index>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Tradição Tupiguarani**, 2013. Disponível em: <<http://museuantropologico.blogspot.com/2013/06/tradicao-tupiguarani.html>> Acesso em: 02 abr. 2021.

MUSEU ÍNDIA VANUÍRE. **Museu Histórico e Pedagógico**. Disponível em: <<https://museuindivanuire.org.br/acervo/colecoes/>> Acesso em: 15 jul. 2021.

NUÑEZ, R. **Técnicas: Maciço Ocado**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/lacad/macicoocado.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

PENIDO, E. **Oficina Cerâmica**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1999.

RIBEIRO, B. **A linguagem simbólica da cultura material.** In *Suma Etnológica Brasileira* 3 – Arte Índia. Vozes, Petrópolis, 1986.

RODRIGUES, J. **Planos de Aula: A textura do solo.** Nova Escola. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/plano-de-aula/2362/a-textura-do-solo>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Planos de Aula: É preciso preservar o solo.** Nova Escola. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/plano-de-aula/2365/e-preciso-preservar-o-solo>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROTERMUND S. **O grafismo indígena, suas formas e cores, relato de um trabalho pedagógico-terapêutico.** Associação Ita Wegman, Curitiba, 2016 disponível em: <http://pindorama.art.br/indigena/grafismo-suzane.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Laboratório de Cerâmica Artística à Distância.** Lacad, Porto Alegre, [201-]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/lacad/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

VIDAL, L.; SILVA, A.. **O sistema de objetos nas sociedades indígenas: Arte e cultura material.** In A temática Indígena na Escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. MEC/MARI Unesco, Brasília, 1995.